

# Relatório da Administração

Senhores acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da CPFL Geração de Energia S.A. (CPFL Geração) submete à apreciação dos senhores o relatório da Administração e as demonstrações financeiras da companhia, com o relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015. Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração os dados consolidados em relação ao exercício de 2014, exceto quando especificado em contrário.

## 1. Considerações iniciais

O ano de 2015 para o segmento de geração de energia começou com a necessidade de superação em relação a alguns obstáculos, principalmente o risco de racionamento e a necessidade de uma solução para o GSF (*Generation Scalling Factor*) que estava afetando o caixa das empresas geradoras de energia. E o resultado visto foi um desfecho positivo desses dois problemas ao longo do último ano.

O risco de racionamento no começo de 2015 era iminente. Com um período úmido onde a Energia Natural Afluyente (ENA) no Sistema Interligado Nacional (SIN) atingiu apenas 71% da média de longo termo (MLT), os reservatórios do SIN chegaram ao final de abril com 35% de sua capacidade. A recuperação veio com uma ENA de 113% da MLT no período seco, aliada à queda da carga no Brasil de 1,7% no ano de 2015. Agora, no começo de 2016, o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) calculou o risco de racionamento em 0% trazendo uma preocupação a menos aos agentes do setor.

Do ponto de vista regulatório, o tema que moveu o setor foi a repactuação do risco hidrológico dos geradores (GSF), que foi conquistada após quatro rodadas de Audiência Pública. Além do impacto das condições hidrológicas desfavoráveis, a geração hidrelétrica começou a ser reduzida também por fatores não previstos e alheios ao controle das usinas hidrelétricas, como o despacho térmico fora da ordem de mérito e o crescimento da capacidade de energia de reserva, composta basicamente por energia eólica, uma fonte não despachável. Tais condições vinham impactando negativamente o balanço dos geradores desde o final de 2013. As usinas receberam então a possibilidade de pagar um prêmio para repactuar esse risco. A CPFL Energia optou por aderir à repactuação de seus contratos elegíveis no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), na modalidade SP100, protegendo-se de 100% do GSF até o final dos contratos. A repactuação do risco hidrológico devolve a previsibilidade e a estabilidade dos fluxos de caixa aos geradores hidrelétricos.

A CPFL Geração compreende os grandes empreendimentos hidrelétricos do grupo CPFL Energia, bem como as térmicas a óleo combustível, além de 3 PCHs (Rio do Peixe I, Rio do Peixe II e Macaco Branco) transferidas da CPFL Centrais Geradoras em setembro de 2015. A capacidade instalada da CPFL Geração é de 2.132 MW.

A CPFL Geração também detém 51,6% da CPFL Renováveis, que é líder no segmento de energia renovável. Em 31 de dezembro de 2015, o portfólio da CPFL Renováveis totalizava 1.802 MW de capacidade instalada em operação e 333 MW em construção. Em 2015, 29 MW foram agregados à capacidade instalada da CPFL Renováveis, relacionados à entrada em operação do parque eólico Morro dos Ventos II.

Reconhecida por seus processos de gestão fundados na excelência operacional, a CPFL Geração e as empresas nas quais detém participação reafirmam o compromisso de ampliar sua capacidade de geração baseada predominantemente em fontes limpas e renováveis, com investimentos considerados indispensáveis para o desenvolvimento sustentável das comunidades em que atua.

## 2. Comentário sobre a conjuntura

### Ambiente macroeconômico

Por mais um ano, a atividade econômica mundial frustrou expectativas. Em janeiro de 2015, o FMI projetava um crescimento de 3,5% para o ano que se iniciava e, portanto, pouco acima do realizado em 2014 (+3,1%). Em dezembro, a instituição apontava um crescimento de 3,0% para o ano, 0,5 p.p. abaixo do inicialmente projetado.

A frustração deveu-se principalmente ao desempenho dos países emergentes, cuja atividade deve encerrar 2015 com crescimento de 3,9% (ante os 4,5% previstos no início do ano). Por trás dessa revisão está a desaceleração chinesa que, ao reduzir a sua demanda externa, prejudicou os países exportadores de commodities, entre eles o Brasil, que tem o país asiático como seu principal parceiro comercial.

Além da desaceleração chinesa, o cenário político em alguns emergentes como o Brasil, Argentina e Rússia prejudicou igualmente as expectativas.

Em meio às frustrações, houve surpresas, como a Zona Euro que deve encerrar 2015 com crescimento de 1,8% (ante projeção inicial de 1,2%). Contribuiu para a retomada de crescimento da região, o preço do barril de petróleo cuja queda de 75% em 18 meses permitiu um repasse parcial ao preço final da gasolina e de outros subprodutos. Essa redução possibilitou queda dos custos da indústria e um reflexo positivo na cesta de compra dos consumidores europeus.

Os EUA encerraram o ano materializando a expectativa de elevação da taxa básica de juros após 7 anos entre 0% e 0,25%, ainda que o mercado de trabalho não tenha dado sinais de retomada vigorosa (importante participação de trabalho precário e *part time jobs*) e o país esteja sob ameaça de deflação (o que o aumento da taxa de juros tende a piorar).

No Brasil, o cenário macroeconômico teve importante deterioração com consequências no mercado de trabalho e no consumo das famílias. A taxa de desemprego atingiu, em dezembro de 2015, 6,9% da população economicamente ativa (PME/IBGE), revertendo o movimento de queda observado nos últimos 6 anos. A queda da ocupação levou a uma retração do rendimento médio e a uma consequente queda da massa salarial, prejudicando o desempenho do comércio e da indústria. A crise de confiança perdurou durante todo o ano, resultante não só da atividade econômica, mas principalmente da instabilidade política e das incertezas quanto ao ajuste fiscal e as consequências na economia do país. Como apontam as projeções, esse cenário parece se manter em 2016, assim como o desempenho negativo da produção industrial, vendas do comércio e massa de renda do trabalho.

### Ambiente regulatório

Em 2015, para a CPFL Geração, o principal destaque foi a repactuação do risco hidrológico (GSF), estabelecido por meio da Lei 13.203/2015 (publicada a partir da MP 688), que possibilitou às usinas hidrelétricas do Grupo CPFL mitigar eventuais impactos negativos

resultantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), mediante o pagamento de um prêmio e cancelamento de toda e qualquer ação judicial referente ao assunto.

Destacam-se também os seguintes temas que foram discutidos ao longo de 2015: **(i)** alteração dos limites máximos e mínimos do PLD para R\$ 422,56/MWh e R\$ 30,25/MWh, respectivamente (REH nº 2.002, de 15 de dezembro de 2015); **(ii)** redeclaração dos valores de TEIF e TEIP (Portaria MME nº 284/15), que serão utilizados no processo de revisão da garantia física das UHEs; **(iii)** o adiamento da revisão da garantia física das usinas hidrelétricas para 2016, que ocorrerá após a conclusão dos estudos de grupo de trabalho específico (Portaria MME nº 537/15); **(iv)** diversas ações judiciais impetradas pelos agentes hidrelétricos, em função dos severos impactos no Mecanismo de Realocação de Energia ("MRE") devido à menor quantidade de energia alocada (GSF), causada pela hidrologia desfavorável, fizeram com que o MME negociasse, com a participação dos agentes e associações, a Medida Provisória nº 688, posteriormente convertida na Lei 13.203/2015, que possibilitou a repactuação do risco hidrológico **(v)** leilão de concessão nº 12/2015, referente às diversas UHEs cujas concessões estavam vencidas ou para vencer, cabendo destaque para as UHEs Jupiá (1.551,2 MW) e Ilha Solteira (3.444 MW); **(vi)** a grande quantidade de lotes de leilões de transmissão para os quais não houve lances, obrigando a ANEEL a considerar um menor número de empreendimentos por lotes e um maior número de leilões por ano, indicando um bom sinal para os investidores; **(vii)** PL 1.917 – Portabilidade e abertura do mercado, que basicamente estabelece: (a) renovação das concessões de geração, de forma onerosa, eliminando o modelo de cotas do ACR, por consequência trazendo isonomia entre os ambientes regulado e livre; (b) leilões de geração, com destinação do risco hidrológico para o gerador e participação de comercializadoras, distribuidoras e consumidores; (c) leilões descentralizados, por processo licitatório, para contratação do mercado de distribuição; (d) liberalização do mercado para todos os consumidores do setor elétrico, de forma gradual; e (e) leilões de sobras contratuais da distribuidora, com ganhos compartilhados com os consumidores.

Em relação à **regulação** destacam-se as seguintes regulamentações: **(i)** Resolução Normativa nº 645, de 19.12.2014, publicada no Diário Oficial de 05.01.2015, que altera a estrutura organizacional da ANEEL. Foram extintas as Superintendências de Gestão e Estudos Hidroenergéticos – SGH, a Superintendência de Regulação Econômica – SRE, a Superintendência de Regulação dos Serviços Comerciais – SRC, a Superintendência de Planejamento e Gestão – SPG. Foram criadas as Superintendências de Regulação Econômica e Estudos de Mercado – SRM e a Superintendência de Gestão Tarifária – SGT. **(ii)** Lei nº 13.097, de 19.01.2015, originária da MP 656/2014, que implementa os Leilões A-0 e A-2 de energia existente e dispõe sobre características de PCHs, ampliando o limite de potenciais hidráulicos que estão dispensados de autorização pela Aneel e precisam apenas de registro no poder concedente, que agora passa a ser 3.000 kW (antes era 1.000 kW); **(iii)** Decreto n.º 8.401, de 04.02.2015, que estabelece que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE deverá criar e manter a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias, destinadas a administrar os recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias instituídas pela Aneel.; **(iv)** Portaria MME nº 39, que prova as diretrizes e a sistemática para a realização do Leilão de Fontes Alternativas de 2015; e altera o art. 9º da Portaria MME 563 de 17.10.2014; **(v)** Portaria MME nº 40, de 27/02/2015, que altera o art. 3º da Portaria MME 653 de 11.12.2014, bem como, revoga, no art. 1º da Portaria MME 012, de 29.01.2015, as alterações relativas ao art. 3º, parág. 2º, da Portaria MME 653 de 11.12.2014, **(vi)** Despacho nº 458, de 27/02/2015, autorizando o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, a celebrar com qualquer agente habilitado a importação e/ou exportação de energia elétrica, a contratação do uso do sistema de transmissão, juntamente com o uso das instalações de transmissão destinadas a interligações internacionais, por meio de contratos de no mínimo um dia, sendo vedada a celebração de mais de um contrato por semana; **(vii)** Despacho nº 477, de 27/02/2015, fixa o valor da Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE para

os agentes de distribuição de energia elétrica com aniversário contratual no mês de março de 2015; **(viii)** Resolução Homologatória nº 1.857, de 02/03/2015, estabelece o montante da quota anual da Conta de Desenvolvimento Energético para o ano de 2015; **(ix)** Resolução Homologatória nº 1.858, de 02/03/2015, homologa os resultados da revisão tarifária extraordinária de 2015, fixa as tarifas de energia - TE e as Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSD das concessionárias de distribuição de energia elétrica; **(x)** Portaria nº 69, de 16/03/2015, estabelece que ANEEL deverá promover, direta ou indiretamente, Leilão para Contratação de Energia de Reserva, denominado 1º Leilão de Energia de Reserva, de 2015; **(xi)** Portaria nº 70, de 17/03/2015, estabelece que a ANEEL deverá promover, direta ou indiretamente, Leilão para Contratação de Energia de Reserva, denominado 2º Leilão de Energia de Reserva, de 2015; **(xii)** Resolução Normativa nº 654, de 31/03/2015, altera a Resolução Normativa ANEEL 570 de 23.07.2013, que trata da comercialização varejista de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional - SIN; **(xiii)** Portaria nº 119, de 08/04/2015, a ANEEL deverá promover, direta ou indiretamente, Leilão para Contratação de Energia de Reserva, denominado 3º Leilão de Energia de Reserva, de 2015; **(xiv)** Resolução Normativa nº 658, de 20/04/2015, estabelece a obrigação de entrega de energia dos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEARs por disponibilidade proveniente de Leilões de Energia Nova e o critério de alocação dos custos decorrentes da operação de usinas termelétricas despachadas por ordem de mérito, cujo Custo Variável Unitário - CVU seja superior ao valor do Preço de Liquidação das Diferenças - PLD; e altera o art. 21, parágrafo 4º da Resolução Normativa 622 de 19.08.2014; **(xv)** Decreto nº 8.437, de 23/04/2015, regulamenta o disposto no art. 7º, caput, inciso XIV, alínea "h", e parágrafo único, da Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, para estabelecer as tipologias de empreendimentos e atividades cujo licenciamento ambiental será de competência da União; **(xvi)** Despacho nº 1.252, de 30/04/2015, indefere o pedido de reconhecimento de excludente de responsabilidade pelos períodos de atraso citado, na implantação das obras nos sítios Pimental e Belo Monte; indefere pedido de alteração do cronograma de implantação da Usina Hidrelétrica Belo Monte, proposto pela Norte Energia S.A; conhece e nega provimento ao pedido de medida cautelar; e conhece e, no mérito, nega provimento do pedido pela NESA, como direito de petição; **(xvii)** Despacho nº 1.249, de 07/05/2015, conhece e, no mérito, nega provimento do pedido de reconsideração da Energia Sustentável do Brasil S.A, mantendo o reconhecimento do excludente da responsabilidade pelo atraso no cronograma de implantação da Usina Hidrelétrica Jirau, e ratifica o deslocamento do cronograma para 01.08.2013; revoga o Despacho ANEEL 3.588, de 22.10.2013, tornando sem efeito a decisão proferida e suspende, por prazo determinado, a exigibilidade da liquidação financeira relativa aos CCEAR da citada Usina, facultando à concessionária a apresentação de proposta de Termo de Compromisso, para o equacionamento das respectivas obrigações; **(xviii)** Despacho nº 1.250, de 04/05/2015, conhece e, no mérito, nega provimento do pedido apresentado pela Santo Antônio Energia S.A - Saesa para postergar o início de suprimento dos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado da Usina Hidrelétrica Santo Antônio e recontabilizar os contratos, de modo a contabilizar, no Ambiente de Contratação Livre a energia fornecida durante o período que precede a entrada em operação comercial do sistema de transmissão definitivo; **(xix)** Despacho nº 1.251, de 04/05/2015, conhece e, no mérito, nega provimento do pedido de reconhecimento de causas excludentes de responsabilidade apresentado pela Santo Antônio Energia S.A - Saesa, haja vista a ausência do nexo de causalidade entre os eventos apresentados e a capacidade de atender aos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado; **(xx)** Resolução Normativa nº 666, de 29/06/2015, regulamenta a contratação do uso do sistema de transmissão em caráter permanente, flexível, temporário e de reserva de capacidade, as formas de estabelecimento dos encargos, bem como, revoga o art. 14 da Resolução ANEEL 281 de 01.10.1999, a Resolução ANEEL 371 de 29.12.1999, a Resolução Normativa ANEEL 399 de 13.04.2010, a Resolução Normativa ANEEL 429 de 15.03.2011 e os arts. 5º e 6º da Resolução Normativa ANEEL 442 de 26.07.2011; **(xxi)** Despacho nº 1.840, de 29/06/2015, determina à Câmara de

Comercialização de Energia Elétrica - CCEE que altere o módulo de votos e contribuição associativa, para transferir aos varejistas os votos do gerador com capacidade instalada igual ou superior a 50 MW não comprometido com contratos regulados e optante por ser representado por varejistas; **(xxii)** Resolução Normativa nº 673, de 02/09/2015, estabelece os requisitos e procedimentos para a obtenção de outorga de autorização para exploração de aproveitamento de potencial hidráulico com características de Pequena Central Hidrelétrica - PCH; revoga o Capítulo VI da Resolução ANEEL 395, de 04.12.1998, a Resolução ANEEL 652, de 09.12.2003, e as disposições contrárias constante da Resolução Normativa ANEEL 343, de 09.12.2008; altera a Resolução Normativa ANEEL 395, de 1998, e a Resolução Normativa ANEEL 412, de 05.10.2010; **(xxiii)** Portaria 556/2015, de 29/12/2015, reconhece a necessidade de importação de energia elétrica, de forma excepcional e temporária, do Uruguai, por meio das Conversoras de Frequência de Rivera, no município de Rivera, Uruguai, Santana do Livramento e Jaguarão, no Estado do Rio Grande do Sul, e futura Conversora de Melo, no município de Melo, no Uruguai; **(xxiv)** Portaria 555/2015, de 29/12/2015, aprova o Plano Decenal de Expansão de Energia - PDE 2024, disponível na página do Ministério de Minas e Energia - MME, no sítio citado.

## Contratos de venda de energia

Os contratos de venda de energia relativos às geradoras contêm cláusulas específicas de reajuste, que têm como principal indexador a variação anual medida pelo IGP-M. Os contratos celebrados no Ambiente de Contratação Regulado (ACR) utilizam o IPCA como indexador, e os contratos bilaterais firmados pela Enercan utilizam uma combinação de indexadores de dólar e IGP-M.

## 3. Desempenho operacional

A CPFL Geração compreende os grandes empreendimentos hidrelétricos do grupo CPFL Energia, as UHEs Serra da Mesa, Foz do Chapecó, Campos Novos, Barra Grande, Castro Alves, Monte Claro e 14 de Julho, bem como as térmicas a óleo combustível (UTES Termonordeste e Termoparaíba), além de 3 PCHs (Rio do Peixe I, Rio do Peixe II e Macaco Branco) transferidas da CPFL Centrais Geradoras em setembro de 2015. A capacidade instalada da CPFL Geração é de 2.132 MW.

A CPFL Geração também detém 51,6% da CPFL Renováveis, que é líder no segmento de energia renovável, atuando nas quatro fontes: eólica, biomassa, PCH e solar. Em 31 de dezembro de 2015, o portfólio da CPFL Renováveis totalizava 1.802 MW de capacidade instalada em operação, compreendendo 38 PCHs (399 MW), 34 parques eólicos (1.032 MW), 8 usinas termelétricas a biomassa (370 MW) e 1 usina solar (1 MW). Ainda estão em construção 11 parques eólicos (282 MW) e 2 PCHs (51 MW), sendo o cronograma de entrada em operação da seguinte forma: 255 MW em 2016, 51,3 MW em 2018 e 26,5 MW em 2020.

Em abril de 2015, o parque eólico Morro dos Ventos II, localizado no município de João Câmara/RN, iniciou sua operação com 29,2 MW de capacidade instalada.

## 4. Desempenho econômico-financeiro

Os comentários da administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas.

**Receita operacional:** Em 2015, a CPFL Geração alcançou receita líquida de R\$ 2.494 milhões, um aumento de 1,6% (R\$ 39 milhões).

**Geração operacional de caixa (EBITDA):** o EBITDA é uma medida não contábil calculada pela Administração a partir da soma de lucro, impostos, resultado financeiro e depreciação/amortização. Essa medida serve como indicador do desempenho do *management* e é habitualmente acompanhada pelo mercado. A Administração observou os preceitos da Instrução CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, quando da apuração desta medida não contábil.

<i>Conciliação do Lucro Líquido e EBITDA</i>		
	<b>2015</b>	<b>2014</b>
<b>Lucro Líquido</b>	<b>245.899</b>	<b>(43.138)</b>
Depreciação e Amortização	668.995	565.306
Resultado Financeiro	891.289	761.048
Contribuição Social	32.948	25.301
Imposto de Renda	56.003	42.530
<b>EBITDA</b>	<b>1.895.134</b>	<b>1.351.047</b>

A Geração Operacional de Caixa, medida pelo EBITDA, foi de R\$ 1.895 milhões, aumento de 40,3% (R\$ 544 milhões), devido principalmente às reduções de 40,3% (R\$ 322 milhões) no custo com energia elétrica e de 7,1% (R\$ 26 milhões) nos custos e despesas operacionais, onde estão excluídos os gastos com depreciação e amortização e aos aumentos de 263,4% (R\$ 157 milhões) na equivalência patrimonial e de 1,6% (R\$ 39 milhões) na receita líquida.

A redução de 7,1% (R\$ 26 milhões) nos custos e despesas operacionais decorre principalmente dos seguintes efeitos:

- ✓ Aumento nas despesas com pessoal (R\$ 3 milhões);
- ✓ Aumento nas despesas com material (R\$ 10 milhões);
- ✓ Aumento nas despesas com serviços de terceiros (R\$ 21 milhões);

Parcialmente compensado pelo:

- ✓ Redução nos outros custos/despesas operacionais (R\$ 33 milhões);
- ✓ Redução nos custos com construção de infraestrutura (R\$ 29 milhões);
- ✓ Redução no item Entidade de Previdência Privada (R\$ 0,4 milhão).

**Lucro Líquido:** Em 2015, a CPFL Geração apurou lucro líquido de R\$ 246 milhões, revertendo prejuízo líquido de R\$ 43 milhões registrado em 2014, refletindo principalmente o aumento de 40,3% (R\$ 544 milhões) no EBITDA, parcialmente compensado pelos aumentos de 18,4% (R\$ 104 milhões) nos gastos com depreciação e amortização, decorrentes principalmente da entrada em operação dos novos empreendimentos de geração da CPFL Renováveis, de 17,1% (R\$ 130 milhões) nas despesas financeiras líquidas e pelo efeito negativo do Imposto de Renda e da Contribuição Social (R\$ 21 milhões).

**Endividamento:** no final de 2015, a dívida financeira (incluindo derivativos) da CPFL Geração atingiu R\$ 9.595 milhões, um aumento de 0,7%.

## 5. Investimentos

Em 2015, foram investidos R\$ 500 milhões, sendo R\$ 7 milhões de geração convencional e R\$ 494 milhões da CPFL Renováveis, destinados principalmente ao Complexo Eólico Morro dos Ventos II, empreendimento que entrou em operação em 16 de abril de 2015, e Complexos Eólicos Campo dos Ventos, São Benedito, e Pedra Cheirosa e PCH Mata Velha, empreendimentos ainda em construção. Complementarmente, houve um investimento de R\$ 57 milhões relacionado à construção de linhas de transmissão da CPFL Transmissão que, de acordo com o IFRIC 12, está registrado como "Ativos Financeiros de Concessão" (ativo não circulante).

## 6. Sustentabilidade e responsabilidade corporativa

A CPFL Geração desenvolve iniciativas que buscam gerar valor para todos os seus públicos de relacionamento e mitigar os impactos de suas operações por meio da gestão dos riscos econômicos, ambientais e sociais associados aos seus negócios. Abaixo estão relacionados os destaques do exercício:

**Plataforma de sustentabilidade:** consiste na ferramenta de gestão da sustentabilidade, integrada ao planejamento estratégico do Grupo CPFL. Contempla: a) Temas relevantes para a condução dos negócios, definidos junto a públicos de relacionamento; b) Alavancas de valor relacionadas aos temas; c) Indicadores estratégicos corporativos, com metas de desempenho para o curto e médio prazo.

**Comitê de Sustentabilidade:** principal órgão interno de governança da sustentabilidade, também responsável pelo monitoramento da Plataforma.

**Sistema de Gestão e Desenvolvimento da Ética (SGDE):** no final de 2015, foi concluída a revisão do Código de Ética, para alinhamento com as mudanças ocorridas na sociedade e no ambiente de negócio. O novo Código de Ética foi aprovado pelo Conselho de Administração e será implementado em 2016 para todo o Grupo CPFL Energia, juntamente com a atualização do Sistema de Gestão e Desenvolvimento de Ética. Em 2015, foram realizadas 10 reuniões do Comitê de Ética que, além de tratar de questões relacionadas com a disseminação das diretrizes éticas também analisaram propostas, sugestões e denúncias de transgressões ao Código vigente.

**Gestão socioambiental:** em 2015, a CPFL Geração realizou inventário de emissões de gases de efeito estufa referente ao ano de 2014, integrante do inventário da CPFL Energia, premiado com medalha de ouro pelo Programa Brasileiro GHG Protocol. Em paralelo, cada empresa controlada desenvolveu projetos mitigar os impactos socioambientais de seus empreendimentos, com destaque para: **UHE Foz do Chapecó** – (i) Em 2015 foi realizada a soltura de 148 mil alevinos de curimatás e dourados visando o repovoamento do rio Uruguai. Os alevinos foram produzidos na Estação de Piscicultura de Águas de Chapecó, por intermédio de convênio entre a empresa e o Instituto Goio-En; (ii) as associações de pescadores

beneficiadas pelo Programa de Apoio aos Pescadores participaram de visitas técnicas para conhecer novas técnicas de cultivo e processamento de peixes. As visitas, patrocinadas pela Foz do Chapecó Energia, tiveram o acompanhamento técnico do SEBRAE e da Emater; (iii) Realizada em novembro de 2015 pela certificadora BSI a auditoria externa das certificações do Sistema de Gestão Integrado da FCE (ISO 9001, ISO 14001 e OHSAS 18001), com recomendação da manutenção das certificações obtidas pela empresa; a **Ceran** – mantém um Sistema de Gestão Integrado, na sede da empresa e em suas Usinas (Monte Claro, Castro Alves e 14 de Julho). O Sistema atende aos requisitos das normas ISO 9001:2008, ISO 14001:2004 e OHSAS 18001:2007 e seus certificados têm validade até janeiro de 2018; **UHE Campos Novos (Enercan)** - (i) Em 2015, a ENERCAN apoiou diversas ações para desenvolvimento da região nas áreas cultural, socioambiental e econômica, com apoio a 31 projetos, gerando 500 empregos diretos, indiretos ou temporários, e beneficiando mais de 36 mil pessoas. Um desses projetos, Protetores Ambientais, é desenvolvido em parceria com a Polícia Militar Ambiental e forma estudantes para atuarem como agentes multiplicadores de preservação ambiental; (ii) A ENERCAN desenvolveu pelo 4ª ano consecutivo o Programa de Conservação da Área de Preservação Permanente (APP) com os moradores lindeiros ao reservatório da UHE Campos Novos, premiando as cinco melhores iniciativas; (iii) A ENERCAN, em parceria com Epagri, Senar e Secretarias de Agricultura, apoiou projetos de cultivo de frutas e peixes, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento da economia local e proporcionar uma alternativa de renda para os produtores rurais da região. Além do apoio financeiro da Enercan, os participantes recebem cursos gratuitos de cooperativismo, associativismo, gestão de propriedade rural, empreendedorismo, além de capacitações específicas, como técnicas de produção e manejo; **UHE Barra Grande (BAESA)** – (i) Em 2015, o Programa de Responsabilidade Socioambiental apoiou 40 projetos em municípios da área de influência da UHE Barra Grande. Voltados à geração de renda, meio ambiente, cultura, esporte, segurança pública e desenvolvimento social, os projetos receberam aporte de R\$ 424 mil da empresa e mais de R\$ 1,2 milhão de acionistas e parceiros locais; (ii) implantada a 4ª edição do Programa de Incentivo à Conservação da Área de Preservação Permanente do reservatório, que reconhece ações dos moradores da região na preservação da vegetação. Em 2015, dez moradores foram premiados, em cerimônia realizada durante a 8ª Semana de Sustentabilidade da BAESA, evento que anualmente destaca projetos socioambientais desenvolvidos nos municípios da área de abrangência da UHE Barra Grande; (iii) As certificações ISO 14001 e OHSAS 18001 foram mantidas após auditoria externa, que verificou o bom funcionamento do Sistema de Gestão Integrada implantado; (iv) A BAESA criou um Conselho Comunitário Consultivo, que visa fortalecer o diálogo com a comunidade do entorno da UHE Barra Grande. A intenção é que as instituições promovam debates para definir investimentos nas áreas de saúde, educação, segurança e proteção ao meio ambiente nos municípios da região; (v) A transparência e a correção na declaração das emissões de gases do efeito estufa (GEE) renderam à BAESA a conquista do Selo Ouro do GHG Protocol. O Selo Ouro é o mais alto reconhecimento concedido pelo Programa e atesta a transparência nas informações do Inventário 2014 realizado pela BAESA.

## 7. Auditores independentes

A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes (Deloitte) foi contratada pela CPFL Geração para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da companhia. Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que a Deloitte não prestou, em 2015, serviços não-relacionados à auditoria externa cujos honorários fossem superiores a 5% do total de honorários recebidos por esse serviço.

Durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, a Deloitte prestou além dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras e de revisão das informações intermediárias, o seguinte serviço relacionado à auditoria:

Natureza	Data do contrato	Duração	Valor	Percentual do total do contrato de auditoria
Revisão tributária - Escrituração Contábil-Fiscal (ECF)	22/04/2015	Ano calendário 2015	10.777,50	3%
Demonstrações Contábeis Regulatórias (DCR)	16/04/2015	Média de 5 meses	30.870,00	8%
Procedimentos previamente acordados - Asseguração de <i>covenants</i> financeiros	09/05/2014	Média de 1 mês	42.761,97	11%
			<b>84.409,47</b>	<b>22%</b>

Como se observa, a CPFL Paulista não contratou a Deloitte para a prestação de outros serviços que não sejam relacionados à auditoria durante o exercício de 2015.

A CPFL Geração adota a prática de não contratação dos auditores independentes para a prestação de serviços que não sejam relacionados à auditoria. A contratação dos auditores independentes, conforme estatuto social, é recomendada pelo Conselho Fiscal da controladora CPFL Energia S.A., e compete ao Conselho de Administração deliberar sobre a seleção ou destituição dos auditores independentes.

A Administração da CPFL Geração declara que a prestação dos serviços foi feita em estrita observância das normas que tratam da independência dos auditores independentes em trabalhos de auditoria e não representaram situações que poderiam afetar a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa pela Deloitte.

## 8. Agradecimentos

A Administração da CPFL Geração agradece às empresas com as quais desenvolve seus negócios, aos seus fornecedores e às comunidades em que atua, pela confiança depositada na companhia no ano de 2015. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação para o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos.

### **A Administração**

**Para mais informações sobre o desempenho desta e de outras empresas do Grupo CPFL Energia, acesse o endereço [www.cpfl.com.br/ri](http://www.cpfl.com.br/ri).**

## Balanco Social Anual - 2015 / 2014 [\*]

Empresa: CPFL Geração Energia S/A Consolidado

1 - Base de Cálculo	2015 Valor (Mil reais)			2014 Valor (Mil reais)		
Receita líquida (RL)	2.493.509			2.454.518		
Resultado operacional (RO)	334.849			24.693		
Folha de pagamento bruta (FPB)	87.219			70.965		
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	4.366	5,01%	0,18%	3.294	4,64%	0,13%
Encargos sociais compulsórios	22.011	25,24%	0,88%	19.624	27,65%	0,80%
Previdência privada	2.095	2,40%	0,08%	2.430	3,42%	0,10%
Saúde	5.029	5,77%	0,20%	3.519	4,96%	0,14%
Segurança e saúde no trabalho	280	0,32%	0,01%	306	0,43%	0,01%
Educação	149	0,17%	0,01%	118	0,17%	0,00%
Cultura	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	1.508	1,73%	0,06%	1.281	1,81%	0,05%
Creches ou auxílio-creche	120	0,14%	0,00%	95	0,13%	0,00%
Participação nos lucros ou resultados	9.144	10,48%	0,37%	10.358	14,60%	0,42%
Outros	2.109	2,42%	0,08%	932	1,31%	0,04%
<b>Total - Indicadores sociais internos</b>	<b>46.811</b>	<b>53,67%</b>	<b>1,88%</b>	<b>41.957</b>	<b>59,12%</b>	<b>1,71%</b>
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	2	0,00%	0,00%	34	0,14%	0,00%
Cultura	0	0,00%	0,00%	392	1,59%	0,02%
Saúde e saneamento	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Esporte	0	0,00%	0,00%	82	0,33%	0,00%
Combate à fome e segurança alimentar	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros	1.074	0,32%	0,04%	519	2,10%	0,02%
<b>Total das contribuições para a sociedade</b>	<b>1.076</b>	<b>0,32%</b>	<b>0,04%</b>	<b>1.027</b>	<b>4,16%</b>	<b>0,04%</b>
Tributos (excluídos encargos sociais)	251.600	75,14%	10,09%	231.436	937,25%	9,43%
<b>Total - Indicadores sociais externos</b>	<b>252.676</b>	<b>75,46%</b>	<b>10,13%</b>	<b>232.463</b>	<b>941,41%</b>	<b>9,47%</b>
4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	11.404	3,41%	0,46%	14.630	59,25%	0,60%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	0	0,00%	0,00%	73	0,30%	0,00%
<b>Total dos investimentos em meio ambiente</b>	<b>11.404</b>	<b>3,41%</b>	<b>0,46%</b>	<b>14.703</b>	<b>59,54%</b>	<b>0,60%</b>
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50%		<input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input checked="" type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%		<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input checked="" type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%	
5 - Indicadores do Corpo Funcional	2015			2014		
Nº de empregados(as) ao final do exercício	526			499		
Nº de admissões durante o exercício	102			94		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	ND			ND		
Nº de estagiários(as)	11			5		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	93			88		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	147			135		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	39,84%			0,00%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	13			13		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	0,00%			0,00%		
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	4			2		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2015			2014		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	26,99			23,58		
Número total de acidentes de trabalho	3			1		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) + Cipa	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> segue as normas da OIT	<input checked="" type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> segue as normas da OIT	<input checked="" type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	<input type="checkbox"/> não são considerados	<input type="checkbox"/> são sugeridos	<input checked="" type="checkbox"/> são exigidos	<input type="checkbox"/> não são considerados	<input type="checkbox"/> são sugeridos	<input checked="" type="checkbox"/> são exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> apóia	<input checked="" type="checkbox"/> organiza e incentiva	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> apóia	<input checked="" type="checkbox"/> organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 2.025.091	no Procon 1.947	na Justiça 0	na empresa 1.964.743	no Procon 1.386	na Justiça 6.025
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	0	0	0	0	0	0
Valor adicionado total a distribuir (em R\$ mil):	<b>Em 2015 1.798.505</b>			<b>Em 2014 1.258.268</b>		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	14,9% governo 5% colaboradores(as) 0% acionistas 66,5% terceiros 13,7% retido			19,5% governo 6,8% colaboradores(as) 0% acionistas 77,1% terceiros -3,4% retido		
7 - Outras Informações						

Responsável pelo Preenchimento: Sergio Luis Felice, fone (19) - 3756-8018, sfelice@cpfl.com.br

(\*) Informações não examinadas pelos auditores independentes

**CPFL GERAÇÃO ENERGIA S/A**  
**Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 2014**  
(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014 (*)
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	195.367	361.467	1.224.637	1.291.531
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	168.873	192.905	419.098	450.101
Dividendo	11	106.668	61.729	89.274	51.931
Títulos e valores mobiliários		-	-	23.633	5.324
Tributos a compensar	7	36.201	22.772	128.961	116.190
Derivativos	31	23.920	-	23.920	-
Estoques		-	-	491	-
Ativo financeiro da concessão	9	-	-	9.630	-
Outros créditos	10	2.343	1.597	105.284	38.753
<b>Total do circulante</b>		<b>533.373</b>	<b>640.469</b>	<b>2.024.929</b>	<b>1.953.831</b>
<b>Não circulante</b>					
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	28.090	28.090	28.090	28.090
Coligadas, controladas e controladora	28	-	-	7.680	6.281
Depósitos judiciais	19	660	670	15.237	8.676
Tributos a compensar	7	-	-	29.669	18.228
Derivativos	31	150.941	29.470	150.941	29.470
Créditos fiscais diferidos	8	-	-	3.878	46.189
Adiantamento para futuro aumento de capital	11	16.415	59.495	-	-
Ativo financeiro da concessão	9	-	-	113.761	77.779
Outros créditos	10	3.483	3.483	502.477	353.840
Investimentos	11	3.918.595	3.695.332	1.247.631	1.098.769
Imobilizado	12	1.205.447	1.260.318	8.988.711	8.955.207
Intangível	13	127.689	144.564	3.394.429	3.576.435
<b>Total do não circulante</b>		<b>5.451.320</b>	<b>5.221.421</b>	<b>14.482.504</b>	<b>14.198.963</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>5.984.692</b>	<b>5.861.890</b>	<b>16.507.433</b>	<b>16.152.794</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

(\*) Contempla os efeitos da nota explicativa 11.4.6

**CPFL GERAÇÃO ENERGIA S/A**  
**Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 2014**  
(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014 (*)
<b>Circulante</b>					
Fornecedores	14	112.908	118.339	200.726	270.035
Encargos de dívidas	15	24.881	20.274	40.958	35.342
Encargos de debêntures	16	56.835	55.012	84.622	149.503
Empréstimos e financiamentos	15	-	-	416.909	398.912
Debêntures	16	-	263.934	458.165	492.775
Entidade de previdência privada	17	-	10	-	10
Taxas regulamentares		17.473	16.189	19.967	17.771
Impostos, taxas e contribuições	18	5.576	5.000	57.181	57.945
Dividendo e juros sobre capital próprio		103.532	-	111.293	3.122
Obrigações estimadas com pessoal		522	568	7.646	7.180
Derivativos	31	-	38	-	38
Uso do bem público	20	-	-	9.457	4.000
Outras contas a pagar	21	3.213	3.304	205.571	186.683
<b>Total do circulante</b>		<b>324.941</b>	<b>482.667</b>	<b>1.612.495</b>	<b>1.623.316</b>
<b>Não circulante</b>					
Fornecedores	14	-	-	633	633
Encargos de debêntures	16	-	-	16.487	-
Empréstimos e financiamentos	15	995.672	878.586	4.848.891	4.807.139
Debêntures	16	2.262.444	2.253.333	3.895.468	3.669.558
Entidade de previdência privada	17	10.340	3.315	10.340	3.315
Débitos fiscais diferidos	8	212.513	204.637	1.363.252	1.391.030
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	19	488	921	50.814	51.822
Derivativos	31	8.089	2.739	8.089	2.739
Uso do bem público	20	-	-	83.124	80.992
Outras contas a pagar	21	284	404	65.158	100.598
<b>Total do não circulante</b>		<b>3.489.830</b>	<b>3.343.936</b>	<b>10.342.255</b>	<b>10.107.826</b>
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social	22	1.043.922	1.039.619	1.043.922	1.039.619
Reserva de capital		239.760	239.760	239.760	239.760
Reserva de lucros		456.969	293.862	456.969	293.862
Resultado abrangente acumulado		429.272	462.046	429.272	462.046
		2.169.922	2.035.286	2.169.922	2.035.286
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores		-	-	2.382.761	2.386.366
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>2.169.922</b>	<b>2.035.286</b>	<b>4.552.683</b>	<b>4.421.652</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>5.984.692</b>	<b>5.861.890</b>	<b>16.507.433</b>	<b>16.152.794</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

(\*) Contempla os efeitos da nota explicativa 11.4.6

**CPFL GERAÇÃO ENERGIA S/A**  
**Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014**  
 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>23</b>	<b>666.433</b>	<b>813.574</b>	<b>2.493.509</b>	<b>2.454.518</b>
<b>Custo do serviço de energia elétrica</b>					
Custo com energia elétrica	24	(174.849)	(297.404)	(477.412)	(799.283)
Custo de operação	25	(77.463)	(81.634)	(673.768)	(562.968)
Custo do serviço prestado a terceiros	25	-	-	(36.118)	(64.858)
<b>Lucro operacional bruto</b>		<b>414.120</b>	<b>434.535</b>	<b>1.306.212</b>	<b>1.027.409</b>
<b>Despesas operacionais</b>					
Despesas com vendas	25	(3.081)	(115)	(3.417)	(3.161)
Despesas gerais e administrativas	25	(24.848)	(24.198)	(134.583)	(143.749)
Outras despesas operacionais	25	(13.045)	(20.987)	(158.959)	(154.444)
<b>Resultado do serviço</b>		<b>373.147</b>	<b>389.236</b>	<b>1.009.253</b>	<b>726.056</b>
<b>Resultado de participações societárias</b>	<b>11</b>	245.168	(8.437)	216.885	59.684
<b>Resultado financeiro</b>					
Receitas financeiras	26	77.764	71.537	248.874	185.773
Despesas financeiras	26	(457.175)	(421.512)	(1.140.162)	(946.820)
		<b>(379.411)</b>	<b>(349.976)</b>	<b>(891.289)</b>	<b>(761.048)</b>
<b>Lucro antes dos tributos</b>		<b>238.903</b>	<b>30.823</b>	<b>334.849</b>	<b>24.693</b>
Contribuição social	8	596	(3.685)	(32.948)	(25.301)
Imposto de renda	8	1.021	(10.640)	(56.003)	(42.530)
		<b>1.617</b>	<b>(14.325)</b>	<b>(88.950)</b>	<b>(67.831)</b>
<b>Lucro (prejuízo) líquido do exercício</b>		<b>240.520</b>	<b>16.499</b>	<b>245.899</b>	<b>(43.138)</b>
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores				240.520	16.499
Lucro (prejuízo) líquido atribuído aos acionistas não controladores				5.379	(59.637)
<b>Lucro líquido por ação básico e diluído atribuído aos acionistas controladores:</b>					
Lucro líquido básico por lote de mil ações ordinárias - R\$		1,10	0,08	1,10	0,08
Lucro líquido básico por lote de mil ações preferenciais - R\$		1,21	0,08	1,21	0,08
Lucro (prejuízo) líquido diluído por lote de mil ações ordinárias - R\$		1,01	(0,00)	1,01	(0,00)
Lucro (prejuízo) líquido diluído por lote de mil ações preferenciais - R\$		1,11	(0,00)	1,11	(0,00)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**CPFL GERAÇÃO ENERGIA S/A**  
**Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014**  
(Em milhares de reais)

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2015</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
<b>Lucro (prejuízo) líquido do exercício</b>	<b>240.520</b>	<b>16.499</b>	<b>245.899</b>	<b>(43.138)</b>
<b>Outros resultados abrangentes</b>				
<b>Itens que não serão reclassificados posteriormente para resultado:</b>				
- Ganho (Perdas) atuariais, líquidos dos efeitos tributários	(6.655)	155	(6.655)	155
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>233.865</b>	<b>16.654</b>	<b>239.244</b>	<b>(42.983)</b>
Resultado abrangente atribuído aos acionistas controladores			233.865	16.654
Resultado abrangente atribuído aos acionistas não controladores			5.379	(59.637)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A**  
**Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014**  
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros	Dividendo adicional proposto	Resultado abrangente acumulado		Lucros acumulados	Total	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
					Custo atribuído	Entidade de previdência privada				
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>1.039.619</b>	<b>59.307</b>	<b>367.768</b>	<b>162.193</b>	<b>494.989</b>	<b>(7.043)</b>	-	<b>2.116.833</b>	<b>1.697.195</b>	<b>3.814.028</b>
<b>Resultado abrangente total</b>										
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	16.499	16.499	(59.637)	(43.138)
Outros resultados abrangentes - ganhos atuariais	-	-	-	-	-	155	-	155	-	155
<b>Mutações internas do patrimônio líquido</b>										
Realização do custo atribuído de ativo imobilizado	-	-	-	-	(36.523)	-	36.523	-	-	-
Efeito fiscal sobre a realização do custo atribuído	-	-	-	-	12.418	-	(12.418)	-	-	-
Efeito reflexo da realização do custo atribuído líquido dos efeitos fiscais	-	-	-	-	(1.950)	-	1.950	-	-	-
Reversão de reserva de retenção de lucros para investimento	-	-	(9.699)	-	-	-	9.699	-	-	-
Absorção de prejuízos acumulados com reservas	-	-	(64.207)	-	-	-	64.207	-	-	-
Outras movimentações de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	(30)	(30)
<b>Transações de capital com os acionistas</b>										
Dividendo intermediário	-	-	-	-	-	-	(116.460)	(116.460)	-	(116.460)
Resgate de reserva de capital sócios não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.191)	(2.191)
Aprovação da proposta de dividendo	-	-	-	(162.193)	-	-	-	(162.193)	(22.439)	(184.632)
Aumento de capital em controladas sem alteração no controle	-	363	-	-	-	-	-	363	760	1.123
Ganho (perda) em participação sem alteração no controle	-	(207)	-	-	-	-	-	(207)	207	-
Combinação de negócios CPFL Renováveis / DESA	-	180.297	-	-	-	-	-	180.297	653.366	833.663
Combinação de negócios CPFL Renováveis / DESA - efeito do não controlador	-	-	-	-	-	-	-	-	119.134	119.134
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014 (*)</b>	<b>1.039.619</b>	<b>239.760</b>	<b>293.862</b>	<b>-</b>	<b>468.934</b>	<b>(6.888)</b>	<b>-</b>	<b>2.035.286</b>	<b>2.386.366</b>	<b>4.421.652</b>
<b>Resultado abrangente total</b>										
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	240.520	240.520	5.379	245.899
Outros resultados abrangentes - perdas atuariais	-	-	-	-	-	(6.655)	-	(6.655)	-	(6.655)
Aumento de capital - AGE de 30/09/2015 (nota 1)	4.303	-	-	-	-	-	-	4.303	-	4.303
<b>Mutações internas do patrimônio líquido</b>										
Realização do custo atribuído de ativo imobilizado	-	-	-	-	(36.748)	-	36.748	-	-	-
Efeito fiscal sobre a realização do custo atribuído	-	-	-	-	12.494	-	(12.494)	-	-	-
Efeito reflexo da realização do custo atribuído	-	-	-	-	(1.865)	-	1.865	-	-	-
Reserva de estatutária de reforço de capital de giro	-	-	163.107	-	-	-	(163.107)	-	-	-
<b>Transações de capital com os acionistas</b>										
Dividendo Intermediário	-	-	-	-	-	-	(103.532)	(103.532)	-	(103.532)
Aprovação da proposta de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	(8.991)	(8.991)
Outras movimentações de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	7	7
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>1.043.922</b>	<b>239.760</b>	<b>456.969</b>	<b>-</b>	<b>442.815</b>	<b>(13.543)</b>	<b>-</b>	<b>2.169.922</b>	<b>2.382.761</b>	<b>4.552.683</b>

(\*) Contempla os efeitos da nota explicativa 11.4.6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.**  
**Demonstrações dos fluxos de caixa**  
**para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014**

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
<b>Lucro antes dos tributos</b>	<b>238.903</b>	<b>30.823</b>	<b>334.849</b>	<b>24.693</b>
<b>Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais</b>				
Depreciação e amortização	81.291	81.840	667.860	564.125
Provisão/(Reversão) para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	427	(126)	6.481	1.948
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(30)	13	306	2.601
Encargos de dívida e atualizações monetárias e cambiais	421.663	410.797	1.061.008	880.488
Despesa (receita) com plano de pensão	413	77	413	77
Equivalência patrimonial	(245.168)	8.437	(216.885)	(59.684)
Perda (ganho) na baixa de não circulante	(3.125)	1.991	(14.519)	2.634
Outros	-	-	357	207
	<b>494.374</b>	<b>533.852</b>	<b>1.839.871</b>	<b>1.417.088</b>
<b>Redução (aumento) nos ativos operacionais</b>				
Consumidores, concessionárias e permissionárias	24.380	(76.126)	31.015	(67.510)
Dividendo e juros sobre o capital próprio recebidos	29.414	70.700	23.616	37.847
Tributos a compensar	(9.606)	(12.802)	(20.358)	(32.787)
Depósitos judiciais	67	(451)	(6.334)	(831)
Ativo financeiro da concessão (transmissoras)	-	-	(44.244)	(64.074)
Outros ativos operacionais	(954)	822	(62.680)	11.216
<b>Aumento (redução) nos passivos operacionais</b>				
Fornecedores	(5.431)	85.833	(69.309)	121.358
Entidade de previdência privada	(1.688)	(1.813)	(1.688)	(1.813)
Outros tributos e contribuições sociais	11.733	3.882	24.877	42.355
Taxas regulamentares	1.284	196	2.196	265
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(873)	(1.288)	(8.138)	(1.606)
Outros passivos operacionais	(310)	476	27.001	51.933
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações</b>	<b>542.390</b>	<b>603.281</b>	<b>1.735.826</b>	<b>1.513.441</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos	(3.851)	(44.651)	(102.022)	(128.038)
Encargos de dívidas e debêntures pagos	(406.010)	(364.844)	(980.057)	(685.593)
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais</b>	<b>132.529</b>	<b>193.786</b>	<b>653.747</b>	<b>699.810</b>
<b>Atividades de investimentos</b>				
Valor pago em combinações de negócios, líquido do caixa adquirido	-	-	-	(68.464)
Caixa incorporado em combinação de negócios	-	-	-	139.293
Aumento de capital em controlada e controlada em conjunto	(10)	(45.445)	-	(45.445)
Venda de participação societária em controlada em conjunto	10.454	-	10.454	-
Aquisições de imobilizado	(4.685)	(4.498)	(494.865)	(249.851)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados	-	-	(143.568)	(5.701)
Adições de intangível	(891)	(1.693)	(5.402)	(4.422)
Adiantamento para futuro aumento de capital	(16.415)	(59.495)	-	-
Operações de mútuo com coligadas	-	-	76	-
Devolução de adiantamento de fornecedores	-	-	-	67.342
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos</b>	<b>(11.547)</b>	<b>(111.131)</b>	<b>(633.305)</b>	<b>(167.248)</b>
<b>Atividades de financiamentos</b>				
Aumento de capital por acionistas não controladores	-	-	7	1.123
Captação de empréstimos e debêntures	-	934.832	1.038.511	1.772.920
Amortização de principal de empréstimos e debêntures	(264.000)	(831.875)	(1.036.711)	(1.974.738)
Liquidação de operações com derivativos	(23.082)	37.723	(23.082)	37.723
Dividendo e juros sobre o capital próprio pagos	-	(278.653)	(4.354)	(303.766)
Pagamento de aquisição de negócios	-	-	(61.708)	-
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento</b>	<b>(287.082)</b>	<b>(137.973)</b>	<b>(87.337)</b>	<b>(466.738)</b>
<b>Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(166.100)</b>	<b>(55.318)</b>	<b>(66.895)</b>	<b>65.824</b>
<b>Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>361.467</b>	<b>416.785</b>	<b>1.291.531</b>	<b>1.225.708</b>
<b>Saldo final de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>195.367</b>	<b>361.467</b>	<b>1.224.637</b>	<b>1.291.531</b>

**CPFL Geração Energia S/A**  
**Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014**  
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
<b>1 - Receita</b>	<b>748.685</b>	<b>891.052</b>	<b>3.225.161</b>	<b>2.883.814</b>
1.1 Receita de venda de energia e serviços	737.862	885.630	2.644.694	2.571.481
1.2 Receita relativa à construção de ativos próprios	7.634	5.494	540.130	247.405
1.3 Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	-	-	37.484	67.588
1.4 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	30	(13)	(306)	(2.601)
1.5 Ganho na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	3.159	(59)	3.159	(59)
<b>2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(214.811)</b>	<b>(341.799)</b>	<b>(1.237.601)</b>	<b>(1.304.383)</b>
2.1 Custo com energia elétrica	(192.628)	(319.176)	(506.062)	(815.437)
2.2 Material	(8.007)	(956)	(366.673)	(209.724)
2.3 Serviços de terceiros	(11.549)	(14.639)	(351.357)	(231.928)
2.4 Outros	(2.628)	(7.028)	(13.508)	(47.294)
<b>3 - Valor adicionado bruto (1+2)</b>	<b>533.873</b>	<b>549.253</b>	<b>1.987.560</b>	<b>1.579.431</b>
<b>4 - Retenções</b>	<b>(81.291)</b>	<b>(81.840)</b>	<b>(669.283)</b>	<b>(564.875)</b>
4.1 Depreciação e amortização	(65.107)	(65.245)	(495.790)	(419.717)
4.2 Amortização do intangível de concessão	(16.184)	(16.595)	(173.493)	(145.158)
<b>5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)</b>	<b>452.582</b>	<b>467.413</b>	<b>1.318.277</b>	<b>1.014.556</b>
<b>6 - Valor adicionado recebido em transferência</b>	<b>324.423</b>	<b>61.357</b>	<b>480.228</b>	<b>243.712</b>
6.1 Receitas financeiras	79.255	69.793	263.343	184.028
6.2 Equivalência patrimonial	245.168	(8.437)	216.885	59.684
<b>7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)</b>	<b>777.005</b>	<b>528.769</b>	<b>1.798.505</b>	<b>1.258.268</b>
<b>8 - Distribuição do valor adicionado</b>				
<b>8.1 Pessoal e encargos</b>	<b>21.697</b>	<b>21.274</b>	<b>89.529</b>	<b>86.043</b>
8.1.1 Remuneração direta	15.135	14.313	67.241	65.617
8.1.2 Benefícios	5.460	5.893	16.750	15.486
8.1.3 F.G.T.S	1.102	1.068	5.538	4.940
<b>8.2 Impostos, taxas e contribuições</b>	<b>57.225</b>	<b>68.867</b>	<b>267.156</b>	<b>245.841</b>
8.2.1 Federais	56.871	68.526	263.988	241.413
8.2.2 Estaduais	37	30	2.804	1.106
8.2.3 Municipais	318	311	365	3.322
<b>8.3 Remuneração de capital de terceiros</b>	<b>457.563</b>	<b>422.129</b>	<b>1.195.920</b>	<b>969.522</b>
8.3.1 Juros	457.105	421.512	1.170.570	948.447
8.3.2 Aluguéis	458	617	25.350	21.075
<b>8.4 Remuneração de capital próprio</b>	<b>240.520</b>	<b>16.499</b>	<b>245.899</b>	<b>(43.138)</b>
8.4.1 Dividendos (incluindo adicional proposto)	103.532	90.405	121.168	90.405
8.4.2 Lucros (prejuízos) retidos	136.988	(73.906)	124.731	(133.543)
	<b>777.005</b>	<b>528.769</b>	<b>1.798.505</b>	<b>1.258.268</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**  
**(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**(1) CONTEXTO OPERACIONAL**

A CPFL Geração de Energia S.A. (“CPFL Geração” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações, de capital aberto, que atua no negócio de geração de energia como concessionária de serviço público e com participação no capital social de outras Companhias. A Companhia detém a Pequena Central Hidrelétrica (“PCH”) Cariobinha e a usina termelétrica de Carioba, com potência total instalada de 1,3 MW e 36 MW respectivamente, sendo que a partir de 30 de setembro de 2015, passou a deter as concessões das Usinas Hidrelétricas (“UHEs”) Macaco Branco e Rio do Peixe – Casa de Força I e II, com potência total instalada de 2,4 MW e 18,1 MW, respectivamente, todas localizadas no Estado de São Paulo. As usinas Macaco Branco e Rio do Peixe – Casa de Força I e II operam em regime de cotas, nos termos da Lei nº 12.783/2013, com receitas anuais de geração definidas por Resolução Homologatória da ANEEL, bem como a tarifa associada às cotas de garantia física de energia e potência. A sede administrativa da Companhia está localizada na Rodovia Engenheiro Miguel Noel Nascentes Burnier.

A concessão da CPFL Geração se encerra em 2042, prazo final das concessões de Macaco Branco e Rio do Peixe, não podendo ser prorrogadas. Possui ainda parte dos ativos do aproveitamento Hidrelétrico de Serra da Mesa, localizado no Rio Tocantins, no Estado de Goiás, cuja concessão e a operação do aproveitamento hidrelétrico pertencem à Furnas Centrais Elétricas S.A. (“FURNAS”), e se encerra em 2027. Por manter estes ativos em operação de forma compartilhada com Furnas, ficou assegurada à CPFL Geração a participação de 51,54% da potência instalada de 1.275 MW (657 MW) e da energia assegurada de 671 MW médios (345,4 MW médios).

A Companhia possui participações nas seguintes sociedades (informações sobre capacidade de produção de energia e dados correlatos não são auditados pelos auditores independentes):

**Empresas consolidadas – Controladas**

**CERAN - Companhia Energética Rio das Antas (“CERAN”)**

A Companhia detém e controla com participação de 65%, a CERAN é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objetivo a implantação e exploração dos aproveitamentos hidrelétricos de Monte Claro, Castro Alves e 14 de Julho, localizadas no Estado do Rio Grande do Sul, cuja potência instalada prevista, conforme contrato de concessão é de 360 MW. O início da operação da Usina Hidrelétrica (“UHE”) Monte Claro foi em dezembro de 2004, da UHE Castro Alves em março de 2008 e da UHE 14 de Julho em dezembro de 2008. A concessão se encerra em 2036, podendo ser prorrogada de acordo com as condições que o Poder Concedente estabelecer.

**CPFL Energias Renováveis S.A. (“CPFL Renováveis”)**

A Companhia detém e controla com participação de 51,61%, a CPFL Renováveis é uma sociedade por ações de capital aberto, que possui operação nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso, Santa Catarina, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraná e Rio Grande do Sul, e tem como principais atividades (i) o investimento em sociedades no segmento de energias renováveis, (ii) a identificação, desenvolvimento e exploração de potenciais de geração e (iii) comercialização de energia elétrica. Em 31 de dezembro de 2015, a CPFL Renováveis era composta por um portfólio de 126 projetos de 2.909,2 MW de capacidade instalada (1.799,3 MW em operação), sendo:

- Geração de energia hidrelétrica: 47 PCH's (557,7 MW) com 38 PCH's em operação (399,0 MW) e 9 PCH's em desenvolvimento (158,7 MW);

- Geração de energia eólica: 70 projetos (1.980,4 MW) com 34 projetos em operação (1.029,2 MW) e 36 projetos em construção/ desenvolvimento (951,2 MW);
- Geração de energia a partir de biomassa: 8 usinas em operação (370,0 MW) ;
- Geração de energia solar: 1 usina solar em operação (1,1 MW)

#### **CPFL Transmissão Piracicaba S.A. (“CPFL Transmissão Piracicaba”)**

Controlada integral com participação de 100%, a CPFL Transmissão Piracicaba é uma sociedade por ações de capital fechado, que foi constituída em 2012 pela CPFL Geração, para implantar e operar as instalações de transmissão, objeto do Leilão de Transmissão ANEEL 007/2012, que previa a construção e operação de uma subestação de 440 KV, localizada no município de Piracicaba, no Estado de São Paulo, além de uma linha de transmissão de aproximadamente 3,5 km de extensão que foi transferida para a CTEEP conforme previsto no edital do Leilão. O prazo de concessão é de 30 anos, a partir de 25 de fevereiro de 2013, conforme contrato de concessão nº 003/2013. Com o início de suas operações em 2 de julho de 2015, passou a ter direito a 100% da receita anual permitida (RAP), estimada em R\$ 10,6 milhões por ano.

#### **CPFL Transmissão Morro Agudo S.A. (“CPFL Transmissão Morro Agudo”)**

Controlada integral com participação de 100%, a CPFL Transmissão Morro Agudo é uma sociedade por ações de capital fechado, que foi constituída em janeiro de 2015 pela CPFL Geração, para implantar e operar as instalações de transmissão, objeto do Leilão de Transmissão ANEEL 007/2014, estando em construção uma subestação de 500 KV, localizada no município de Morro Agudo, no Estado de São Paulo, bem como uma linha de transmissão de aproximadamente 0,2 km de extensão, que será transferida para a Ribeirão Preto Transmissão de Energia S.A. – RPTE, conforme previsto no edital do Leilão. O prazo de concessão é de 30 anos, a partir de 27 de março de 2015, conforme contrato de concessão nº 006/2015. O início das operações estão previstas para setembro de 2017.

### **Empreendimentos controlados em conjunto**

#### **BAESA - Energética Barra Grande S.A. (“BAESA”)**

Controlado em conjunto com participação de 25,01%, a BAESA é uma sociedade por ações de capital aberto, que tem como objetivo construir, operar e explorar o aproveitamento hidrelétrico Barra Grande, localizado no Rio Pelotas, na divisa dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, cuja potência instalada, conforme contrato de concessão, é de 690 MW. As três unidades geradoras, com capacidade de 230 MW cada, entraram em operação comercial em novembro de 2005, fevereiro e maio de 2006. A concessão se encerra em 2036, podendo ser prorrogada de acordo com as condições que o Poder Concedente estabelecer.

#### **Campos Novos Energia S.A. (“ENERCAN”)**

Controlado em conjunto com participação de 48,72%, a ENERCAN é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objetivo a implantação e exploração do aproveitamento Hidrelétrico de Campos Novos, localizado no Rio Canoas, no Estado de Santa Catarina, cuja potência instalada, conforme contrato de concessão, é de 880 MW. O início da operação comercial ocorreu em 2007, sendo que 2 turbinas entraram em operação em fevereiro e a última turbina em maio desse mesmo ano. A concessão se encerra em 2035, podendo ser prorrogada de acordo com as condições que o Poder Concedente estabelecer.

#### **Chapecoense Geração S.A. (“Chapecoense”)**

Controlado em conjunto com participação de 51%, Chapecoense é sociedade por ações de capital fechado que detém a participação integral na Foz do Chapecó Energia S.A. (“Foz do Chapecó”), sendo também uma sociedade por ações de capital fechado, que tem como objetivo construir, operar e explorar o aproveitamento Hidrelétrico Foz do Chapecó, localizado no Rio Uruguai na divisa dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, cuja potência instalada é de 855 MW. Em 2010, entraram em operação 3 (três) unidades geradoras com potência instalada de 213,75 MW cada, cujas datas foram 14 de outubro, 23 de novembro, 30 de dezembro, sendo que a última unidade entrou em operação em 12 de março de 2011. A concessão se encerra em 2036, podendo ser prorrogada de acordo com as condições que o Poder Concedente estabelecer.

### Centrais Elétricas da Paraíba S.A. (“EPASA”)

Controlado em conjunto com participação de 53,34% a partir de 01 de fevereiro de 2015 (57,13% em 31 de dezembro de 2014), a EPASA é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem como objetivo desenvolver, implementar, operar e explorar 2 (duas) Usinas Termoelétricas (“UTE”), denominadas “UTE Termoparaíba” e “UTE Termonordeste”, ambas movidas a óleo combustível, cuja potência instalada é de 170,8 MW cada, que entraram em operação respectivamente em 24 de dezembro de 2010 e 13 de janeiro de 2011. As referidas usinas receberam autorização por 35 anos para serem exploradas por meio de regime de produção independente de energia elétrica.

As UTEs Termonordeste e Termoparaíba tiveram 100% de sua energia vendida no Leilão 002/2007-ANEEL, por um período de 15 anos a partir de janeiro de 2010, por meio de contratos por Disponibilidade de Energia Elétrica. Assim, quando o Operador Nacional do Sistema (ONS) emite um comando de despacho, este custo da energia gerada é pago pelas Distribuidoras compradoras no leilão, pagando-se pelo preço do Custo Variável Unitário (“CVU”) declarado pela energia gerada. Assim, há 2 tipos de Receita nas UTEs:

- Receita fixa: que é representada pela remuneração anual de cada UTE, conforme negociado no leilão, que reflete a receita de disponibilidade da UTE.
- Receita variável: refere-se à receita da energia gerada pelas UTEs e valorada ao CVU, que é o valor do custo variável para cada MW/h gerado pelas UTEs, expresso em R\$/MWh. O CVU compõe-se de duas parcelas: a primeira vinculada ao custo do combustível, e a segunda vinculada aos demais custos variáveis.

#### 1.1 Incorporação das usinas hidrelétricas Macaco Branco e Rio do Peixe

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de setembro de 2015, foi aprovado um aumento de capital na Companhia integralizado pela controladora CPFL Energia S.A. (“CPFL Energia”), com ativos e passivos (“acervo líquido”) referente à transferência das concessões das usinas Macaco Branco e Rio do Peixe anteriormente detidas pela CPFL Centrais Geradoras Ltda. (“CPFL Centrais Geradoras”), controlada direta da CPFL Energia. O acervo líquido apurado na data base de 31 de julho de 2015 no montante de R\$ 4.303 estava assim composto:

##### Ativo

Imobilizado - Macaco Branco	2.881
Imobilizado - Rio do Peixe	1.460
Intangível - Rio do Peixe	8
Adiantamento a empregados	4
<b>Total do Ativo</b>	<b>4.353</b>

##### Passivo

Provisões trabalhistas	50
------------------------	----

<b>Acervo Líquido</b>	<b><u>4.303</u></b>
-----------------------	---------------------

As variações patrimoniais ocorridas entre a data de elaboração do Laudo de Avaliação Contábil e a data da efetiva transferência em 30 de setembro de 2015, foram tributadas na CPFL Centrais Geradoras (“Cindida”) e transferidos para a CPFL Geração (“Incorporadora”).

As transferências das concessões usinas Macaco Branco e Rio do Peixe foram aprovadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica através das Resoluções Autorizativas nºs 5.463 e 5.464, respectivamente, ambas de 22 de setembro de 2015.

## ( 2 ) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas foram preparadas em conformidade às normas internacionais de contabilidade (“IFRS” – Internacional Financial Reporting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

As demonstrações contábeis regulatórias estarão disponíveis no site da ANEEL (“[www.aneel.gov.br](http://www.aneel.gov.br)”) e da Companhia (“[www.cpfl.com.br](http://www.cpfl.com.br)”) a partir de 30 de abril de 2016.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 7 de março de 2016.

### 2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado e ii) instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) estão apresentadas na nota 31 de Instrumentos Financeiros.

### 2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos no momento destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes são:

- Nota 6 – Consumidores, concessionárias e permissionárias;
- Nota 8 – Créditos e débitos fiscais diferidos;
- Nota 9 - Ativo financeiro da concessão;
- Nota 10 – Outros créditos (Provisão para créditos de liquidação duvidosa);
- Nota 12 - Ativo imobilizado e redução ao valor recuperável;
- Nota 13 – Intangível e redução ao valor recuperável;
- Nota 17 – Entidade de previdência privada;

- Nota 19 – Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais;
- Nota 21 – Outras contas a pagar (Provisão para custos sócio-ambientais);
- Nota 23 – Receita operacional líquida;
- Nota 24 – Custo com energia elétrica; e
- Nota 31 – Instrumentos financeiros.

#### **2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação**

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

#### **2.5 Informações por segmento**

Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades operacionais através das quais gera receitas e incorre em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas.

A Administração da Companhia utiliza-se de relatórios para a tomada de decisões estratégicas segmentando os negócios em (i) atividades de geração de energia elétrica por fontes convencionais (“Geração”); (ii) atividades de geração de energia elétrica por fontes renováveis (“Renováveis”); e (iii) atividades de prestação de serviços (“Serviços”).

Estão incluídos na apresentação dos segmentos operacionais, itens diretamente a eles atribuíveis, bem como eventuais alocações necessárias, incluindo ativos intangíveis.

#### **2.6 Informações sobre participações societárias**

As participações societárias detidas pela Companhia nas controladas e empreendimentos controlados em conjunto, direta ou indiretamente, estão descritas na nota 1. Exceto pelas empresas ENERCAN, BAESA, Chapecoense e EPASA que são registradas por equivalência patrimonial, as demais entidades são consolidadas de forma integral. Apesar de deter mais do que 50% da participação acionária das entidades EPASA e Chapecoense, a Companhia controla em conjunto com outros acionistas estes investimentos. A análise do enquadramento do tipo de investimento está baseada no Acordo de Acionistas de cada empreendimento.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a participação de acionistas não controladores destacada no consolidado refere-se à participação de terceiros, detida nas controladas CERAN e CPFL Renováveis.

#### **2.7 Demonstração do valor adicionado**

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) individual e consolidada nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e como informação suplementar às demonstrações financeiras em IFRS, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.

### **( 3 ) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados.

#### **3.1 Instrumentos financeiros**

##### **Ativos financeiros**

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. A Companhia e suas controladas possuem os seguintes principais ativos financeiros:

- Registrados pelo valor justo por meio de resultado: são ativos mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia e suas controladas gerenciam estes ativos e tomam decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Estes ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício.
- Mantidos até o vencimento: são ativos para os quais a Companhia e suas controladas possuem intenção e capacidade de manter até o vencimento. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, após seu reconhecimento inicial, mensurados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros, deduzidos de perdas por redução ao valor recuperável.
- Empréstimos e recebíveis: são ativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados no mercado ativo. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, e, após o reconhecimento inicial, reconhecidos pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros, deduzidos de perdas por redução ao valor recuperável.

##### **Passivos financeiros**

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas possuem os seguintes principais passivos financeiros:

- Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação no curto prazo, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou, (iii) derivativos. Estes passivos são registrados pelos respectivos valores justos e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos, a contrapartida é o resultado.
- Outros passivos financeiros (não mensurados pelo valor justo por meio do resultado): são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos de transação atribuíveis e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota 31.

## Capital social

Ações ordinárias e preferenciais são classificadas como capital social no patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. As ações preferenciais têm direito a um dividendo 10% superior ao pago a detentores de ações ordinárias.

## 3.2 Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Incluem ainda quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que estes estejam em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido caso seja provável que traga benefícios econômicos para as controladas e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente repostado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é calculada linearmente, a taxas anuais variáveis de 3% a 17%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens e também a orientação do órgão regulador.

Os ganhos e perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas operacionais.

Os bens e instalações utilizados nas atividades reguladas são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. A ANEEL, através da Resolução nº 20 de 3 de fevereiro de 1999, alterada pela Resolução Normativa nº 691 de 8 de dezembro de 2015, dispensa as concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica de prévia anuência para desvinculação de bens considerados inservíveis à concessão, sendo o produto da alienação depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

## 3.3 Intangível

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos como ágio direito de exploração de concessões, software e servidão de passagem.

O ágio (“*goodwill*”) resultante na aquisição de controladas é representado pela diferença entre o valor justo da contraprestação transferida pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida.

O ágio é subsequentemente mensurado pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Os ágios, bem como os demais ativos intangíveis de vida útil indefinida, se existirem, não estão sujeitos à amortização, sendo anualmente testados para verificar se os respectivos valores contábeis não superam os seus valores de recuperação.

Os deságios são registrados como ganhos no resultado do exercício quando da aquisição do negócio que os originou.

Nas demonstrações financeiras individuais, a mais valia dos ativos líquidos adquiridos em combinações de negócios é incluída ao valor contábil do investimento e sua respectiva amortização é classificada na demonstração do resultado individual na linha de “resultado de participações societárias” em atendimento ao ICPC 09 (R2). Nas demonstrações financeiras consolidadas este valor é apresentado como intangível e sua amortização é classificada na demonstração do resultado consolidado como “amortização de intangível de concessão” em outras despesas operacionais.

O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões pode ter origens distintas, fundamentadas pelos argumentos a seguir:

- Adquiridos através de combinações de negócios: A parcela oriunda de combinações de negócios que corresponde ao direito de exploração da concessão está sendo apresentado como ativo intangível e amortizado pelo período remanescente das respectivas autorizações de exploração, linearmente ou com base na curva do lucro líquido projetado das concessionárias, conforme o caso; e
- Uso do Bem Público: Algumas concessões de geração foram concedidas mediante a contraprestação de pagamentos para a União a título de Uso do Bem Público. O registro desta obrigação na data da assinatura dos respectivos contratos, a valor presente, teve como contrapartida a conta de ativo intangível. Estes valores, capitalizados pelos juros incorridos da obrigação até a data de entrada em operação, estão sendo amortizados linearmente pelo período de cada concessão.

### 3.4 Redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

#### Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável que possa ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo, e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.

A Companhia e suas controladas avaliam a evidência de perda de valor para recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento tanto no nível individualizado como no nível coletivo para todos os títulos significativos. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

A redução do valor recuperável de um ativo financeiro é reconhecida como segue:

Custo amortizado: pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa efetiva de juros original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada a crédito no resultado.

#### Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros com vida útil indefinida, como o ágio, são testados anualmente para a verificação se seus valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre (i) o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou (ii) o seu valor em uso.

-

Para fins de teste de *impairment*, a Administração utiliza o valor em uso. Para estes casos, os ativos (ex: ágio, intangível de concessão) são segregados e agrupados nos menores níveis existentes para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (Unidade Geradora de Caixa – “UGC”). Caso seja identificada uma perda ao valor recuperável, a respectiva perda é registrada na demonstração do resultado. Exceto pelo ágio, em que a perda não pode ser revertida no período subsequente, caso exista, também é realizada uma análise para possível reversão do *impairment*.

### 3.5 Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

### 3.6 Benefícios a empregados

A Companhia possui benefícios pós-emprego e plano de pensão, reconhecidos pelo regime de competência em conformidade com o CPC 33 (R1) e IAS 19 (revisado 2011) – Benefícios a Empregados, sendo considerada Patrocinadora deste plano, que têm as seguintes características:

- Plano de Contribuição Definida: plano de benefícios pós-emprego pelo qual a Patrocinadora paga contribuições fixas para uma entidade separada, não possuindo qualquer responsabilidade sobre as insuficiências atuariais desse plano. As obrigações são reconhecidas como despesas no resultado do exercício em que os serviços são prestados.
- Plano de Benefício Definido: A obrigação líquida é calculada pela diferença entre o valor presente da obrigação atuarial obtida através de premissas, estudos biométricos e taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, e o valor justo dos ativos do plano na data do balanço. A obrigação atuarial é anualmente calculada por atuários independentes, sob responsabilidade da Administração, através do método da unidade de crédito projetada. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes, conforme ocorrem. Os juros líquidos (receita ou despesa) são calculados aplicando a taxa de desconto no início do período ao valor líquido do passivo ou ativo de benefício definido. O registro de custos de serviços passados, quando aplicável, é efetuado imediatamente no resultado.

Para os casos em que o plano se torne superavitário e exista a necessidade de reconhecimento de um ativo, tal reconhecimento é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos ou reduções futuras nas contribuições ao plano.

### 3.7 Dividendos e juros sobre capital próprio

De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social. De acordo com as práticas contábeis brasileiras e internacionais, CPC 24, IAS 10 e ICPC 08 (R1), apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, os montantes excedentes ao dividendo mínimo obrigatório, conforme rege a Lei 6.404/76, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras.

Conforme definido no Estatuto Social da Companhia e em consonância com a legislação societária vigente, compete ao Conselho de Administração a declaração de dividendo e juros sobre o capital próprio intermediários apurados através de balanço semestral. A declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários na data base 30 de junho, quando houver, só é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia após a data de deliberação do Conselho de Administração.

Os juros sobre o capital próprio recebem o mesmo tratamento dos dividendos e também estão

demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre o capital próprio são contabilizados a débito no patrimônio líquido quando de sua proposição pela Administração, por atenderem, neste momento, o critério de obrigação.

### **3.8 Reconhecimento de receita**

A receita operacional do curso normal das atividades das controladas é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos de comercialização de energia em ambiente regulado e contratos de energia de reserva.

A receita proveniente da transmissão de energia é reconhecida pelo método linear com base na taxa efetiva sobre o montante a receber da receita de construção. A taxa efetiva de juros é apurada descontando-se os fluxos de caixa futuros estimados durante a vida prevista dos ativos financeiros sobre o valor contábil inicial deste ativo financeiro

A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço é efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

### **3.9 Imposto de Renda e Contribuição Social**

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nos quais já são reconhecidos a valores líquidos destes efeitos fiscais, e os decorrentes de contabilização inicial em combinações de negócios.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

A Companhia e determinadas controladas registraram em suas demonstrações financeiras os efeitos dos créditos de imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e diferenças temporariamente indedutíveis, suportados por previsão de geração futura de bases tributáveis de imposto de renda e contribuição social, aprovadas anualmente pelo Conselho de Administração e apreciadas pelo Conselho Fiscal da controladora CPFL Energia. As controladas registraram, também, créditos fiscais referentes ao benefício de ágios incorporados, os quais estão sendo amortizados proporcionalmente aos lucros líquidos individuais projetados para o período remanescente de cada contrato de concessão.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

### 3.10 Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais conforme o caso em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores, ajustado pelos efeitos dos instrumentos que potencialmente impactariam o resultado e pela média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações ordinárias e preferenciais conforme o caso, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

### 3.11 Combinação de negócios

Combinações de negócios são registradas pelo método da aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos incorridos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas pela Companhia e controladas em troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são geralmente reconhecidos no resultado, quando incorridos.

As participações dos acionistas não controladores poderão ser inicialmente mensuradas pelo valor justo ou com base na parcela proporcional das participações de acionistas não controladores nos valores reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida. A seleção do método de mensuração é feita transação a transação.

A diferença líquida positiva, se houver, entre a contraprestação transferida e o valor justo dos ativos identificados (incluindo ativo intangível de exploração da concessão) e passivos assumidos líquidos, na data da aquisição, é registrada como ágio ("*goodwill*"). Em caso de diferença líquida negativa, uma compra vantajosa é identificada e o ganho é registrado na demonstração de resultado do exercício, na data da aquisição.

### 3.12 Base de consolidação

#### (i) Combinações de negócios:

A Companhia mensura o ágio como o valor justo da contraprestação transferida incluindo o valor reconhecido de qualquer participação não-controladora na companhia adquirida, deduzindo o valor justo reconhecido dos ativos e passivos assumidos identificáveis, todos mensurados na data da aquisição.

#### (ii) Controladas e empreendimentos controlados em conjunto:

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir. Para os empreendimentos controlados em conjunto (joint venture), este registro se dá por meio do método de equivalência patrimonial a partir do momento em que o controle compartilhado se inicia.

As políticas contábeis das controladas e dos empreendimentos controlados em conjunto consideradas na consolidação e ou equivalência patrimonial, conforme o caso, estão alinhadas com as políticas contábeis adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas e empreendimentos controlados em conjunto, assim como das coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Nas demonstrações financeiras consolidadas, as informações dos empreendimentos controlados em conjunto e coligadas e empresas que a Companhia tenha influência significativa, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem os saldos e transações da Companhia e de suas controladas. Os saldos e transações de ativos, passivos, receitas e despesas foram consolidados integralmente para as controladas. Anteriormente à consolidação com as demonstrações financeiras da Companhia, as demonstrações financeiras da controlada CPFL Renováveis são consolidadas integralmente com as de suas respectivas controladas.

Saldos e transações entre empresas controladas, e quaisquer receitas ou despesas derivadas destas transações, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas são eliminados na proporção da participação da CPFL Geração na companhia investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Para controladas, a parcela relativa aos acionistas não controladores está destacada no patrimônio líquido e nas demonstrações do resultado e resultado abrangente em cada exercício apresentado.

Os saldos dos empreendimentos controlados em conjunto, bem como o percentual de participação da Companhia em cada um deles, estão descritos na nota 11.1.

(iii) Aquisição de participação de acionistas não-controladores

É registrada como transação entre acionistas. Conseqüentemente, nenhum ganho ou ágio é reconhecido como resultado de tal transação.

### 3.13 Novas normas e interpretações adotadas

Foram emitidas e/ou revisadas diversas normas pelo IASB e CPC, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em 1º de janeiro de 2015:

#### a) Alterações ao IAS 19 - Planos de Benefício Definido: Contribuições dos Empregados

Estas alterações esclarecem o tratamento contábil para contribuições de empregados ou terceiros em planos de benefício definido. Quando os termos formais do plano especificarem contribuições de empregados ou de terceiros, a contabilização depende das contribuições estarem vinculadas ao serviço:

- Se as contribuições não estiverem vinculadas ao serviço, afetam a reavaliação do passivo ou do ativo associado com o benefício definido;
- Se as contribuições estiverem vinculadas ao serviço, reduzem os custos do serviço. Se o valor da contribuição depender do tempo de serviço, a entidade deve atribuí-las ao período de serviço utilizando o método definido no parágrafo 70 da IAS 19. Se o valor da contribuição for independente do tempo de serviço, a entidade pode reduzir o custo do serviço no período em que o serviço for prestado, ou reduzir o custo do serviço atribuindo as contribuições ao período de serviço do empregado, de acordo com o parágrafo 70 da IAS 19.

Estas alterações foram aplicadas e não houve impacto sobre os valores reconhecidos ou divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

#### b) Alterações as IFRSs – Melhorias anuais nas IFRS ciclo 2010-2012 e Melhorias Anuais nas IFRS ciclo 2011-2013 (aplicáveis a partir de 1º de julho de 2014)

As alterações incluídas nas Melhorias Anuais nas IFRS ciclo 2010-2012 e ciclo 2011-2013 não tiveram nenhum impacto sobre as divulgações ou valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

### 3.14 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Diversas novas normas e emendas às normas e interpretações IFRS foram emitidas pelo IASB e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015. A Companhia não adotou as IFRS novas ou revisadas a seguir:

#### a) IFRS 9 - Instrumentos financeiros

O IFRS 9 será aplicável para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

Esta norma estabelece novos requerimentos para classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros. Os ativos financeiros serão classificados em duas categorias: (i) mensurado no reconhecimento inicial pelo valor justo; e (ii) mensurados pelo custo amortizado, baseado no modelo de negócio pelo qual eles são mantidos e nas características de seus fluxos de caixa contratuais.

Com relação aos passivos financeiros, a principal alteração relacionada aos requerimentos já estabelecidos pelo IAS 39/CPC 38 requer que a mudança no valor justo do passivo financeiro designado ao valor justo contra o resultado, que seja atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo, seja apresentada em outros resultados abrangentes e não na demonstração do resultado, a menos que tal reconhecimento resulte em uma incompatibilidade na demonstração do resultado.

Em relação ao *impairment* de ativos financeiros, a IFRS 9 requer o modelo de expectativa de perda no crédito, ao contrário do modelo de perda efetiva do crédito mencionada no IAS 39/CPC 38. O modelo de expectativa de perda no crédito requer que a empresa registre contabilmente a expectativa de perdas em créditos e modificações nessas expectativas a cada data de reporte para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Em outras palavras, não é mais necessário que o evento ocorra antes para que seja reconhecida a perda no crédito.

No que tange as modificações relacionadas a contabilização de *hedge*, a IFRS 9 mantém os três tipos de mecanismo de contabilização de *hedge* previstos na IAS 39. Por outro lado, esta nova norma traz maior flexibilidade no que tange os tipos de transações elegíveis à contabilização de *hedge*, mais especificamente a ampliação dos tipos de instrumentos que se qualificam como instrumentos de *hedge* e os tipos de componentes de risco de itens não financeiros elegíveis à contabilização de *hedge*. Adicionalmente, o teste de efetividade foi renovado e substituído pelo princípio de “relacionamento econômico”. Ainda, a avaliação retroativa da efetividade do *hedge* não é mais necessária e ocorreu a introdução de exigências adicionais de divulgação relacionadas às atividades de gestão de riscos de uma entidade.

Adicionalmente, no que tange à contabilização de *hedge*, a Administração avaliou, de forma preliminar, que não haverá impacto relevante nas informações divulgadas ou valores registrados em suas demonstrações financeiras consolidadas. Com relação às mudanças ao cálculo de *impairment*, a Companhia está avaliando os impactos da adoção em suas demonstrações financeiras consolidadas.

## b) IFRS 15 - Receita de contratos com clientes

A IFRS 15 estabelece um modelo simples e claro para contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes e, quando se tornar efetivo, substituirá o guia atual de reconhecimento da receita presente no IAS 18/CPC 30 (R1) - Receitas, IAS 11/CPC 17 (R1) - Contratos de Construção e as interpretações relacionadas.

Esta norma estabelece que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. A norma introduz um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (1) identificação do contrato com o cliente; (2) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (3) determinação do preço da transação; (4) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (5) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Em suma, pelos novos requerimentos da IFRS 15, a entidade reconhece a receita somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação são efetivamente transferidos ao cliente. Adicionalmente, esta norma estabelecerá um maior detalhamento nas divulgações relacionadas aos contratos com clientes.

A IFRS 15 será aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, sendo permitida sua adoção antecipada. A Companhia está avaliando os potenciais impactos da adoção deste novo pronunciamento, e preliminarmente, avalia que tendem a não ser relevantes em suas demonstrações financeiras consolidadas.

**c) Alterações ao IFRS 11/CPC 19 (R2) – Contabilização para aquisições de participações em operações em conjunto**

As alterações ao IFRS 11/CPC 19 (R2) fornecem instruções para contabilização de aquisições de negócios em conjunto que constituam um “negócio” pela definição estabelecida na IFRS 3/CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios.

Estas alterações estabelecem os princípios relevantes na contabilização de uma combinação de negócios no que se refere ao teste de recuperabilidade de um ativo para o qual o ágio originado na aquisição de um negócio em conjunto foi alocado. Os mesmos requerimentos devem ser aplicados na formação de um negócio em conjunto se, e apenas se, um negócio previamente existente for beneficiado pela combinação de negócios em uma das partes participantes. Também é requerido que um negócio em conjunto divulgue as informações relevantes requeridas pela IFRS 3/CPC 15 (R1) e outras normas de combinação de negócios.

Estas alterações são aplicáveis prospectivamente aos períodos anuais a serem iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016. Com base em uma avaliação preliminar das alterações, a Administração da Companhia acredita que a aplicação dessas alterações à IFRS 11/CPC 19 (R2) caso essas transações venham a ocorrer, poderá impactar suas demonstrações financeiras consolidadas em períodos futuros.

**d) Alterações a IAS 16/CPC 27 e IAS 38/CPC 04 (R1) – Esclarecimento sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização**

As alterações à IAS 16/CPC 27 proíbem as empresas de usarem o método de depreciação baseada na receita para itens do imobilizado. As alterações da IAS 38/CPC 04 (R1) introduzem a premissa refutável de que a receita não é uma base apropriada para determinar a amortização de um ativo intangível. Essa premissa pode ser refutada apenas nas duas condições abaixo:

- (i) quando o ativo intangível for expressamente mensurado pela receita; ou
- (ii) quando for possível demonstrar que a receita e os benefícios econômicos do ativo intangível são altamente correlacionados.

As alterações são aplicáveis prospectivamente aos períodos anuais a serem iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016.

Atualmente, a Companhia utiliza o método linear de depreciação para seu ativo imobilizado. Quanto ao ativo intangível da concessão, a curva do resultado projetado das concessionárias para o prazo remanescente da concessão é utilizado como base para amortização, exceto para a controlada CPFL Renováveis, que utiliza o método linear com base no período remanescente de suas autorizações de exploração.

Considerando que o método aplicado pela Companhia para amortização do ativo intangível da concessão não será mais permitido para fins de amortização, conforme alterações à IAS 16/CPC 27 e à IAS 38/CPC 04 (R1), a Companhia passará a adotar prospectivamente o método linear pelo prazo remanescente das concessões. A estimativa da Administração é que esta alteração resulte em uma despesa de amortização menor em R\$ 16.843 entre os períodos de 2016 a 2020, gerando um lucro estimado à maior em R\$ 11.116. Tal efeito será compensado posteriormente com um aumento da despesa de amortização no período entre 2021 a 2036.

**e) Alterações ao IAS 1/CPC 26 – Iniciativa de Divulgações**

As alterações à IAS 1/CPC26 oferecem orientações com relação à aplicação do conceito de materialidade na prática.

Estas alterações são aplicáveis a períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016. Com base em avaliação preliminar, a Administração da Companhia não acredita que a aplicação dessas alterações à IAS 1/CPC26 terá um impacto relevante sobre suas demonstrações financeiras consolidadas.

**f) Alterações ao IAS 27 - Método de Equivalência Patrimonial em Demonstrações Financeiras Separadas.**

As alterações permitem que uma entidade contabilize investimentos em controladas, empreendimentos controlados em conjunto e coligadas em suas demonstrações financeiras separadas por um dos três métodos: (i) ao custo, (ii) de acordo com a IFRS 9/IAS 39 ou (iii) utilizando o método de equivalência patrimonial, conforme descrito na IAS 28 - Investimentos em Coligadas e Joint Ventures e define que o mesmo critério de contabilização deve ser aplicado a cada categoria de investimentos.

As alterações também definem que quando uma controladora se torna ou deixa de ser uma entidade de investimento, deve contabilizar a alteração a partir da data em que ocorrer a mudança.

Essas alterações são aplicáveis retrospectivamente aos períodos anuais a serem iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016. A Companhia estima que não haverá impactos em suas demonstrações financeiras consolidadas, uma vez que não prepara demonstrações financeiras separadas.

**g) Alterações à IFRS 10 e IAS 28 – Vendas ou Contribuição em Ativos entre Investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto.**

As alterações à IFRS 10 e à IAS 28 tratam de situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto. Especificamente, ganhos e perdas resultantes da perda de controle de uma controlada que não contenha um negócio em uma transação com uma coligada ou empreendimento controlado em conjunto que seja contabilizada utilizando o método de equivalência patrimonial são reconhecidos no resultado da controladora apenas proporcionalmente às participações do “investidor empresa não-relacionada” nessa coligada ou empreendimento controlado em conjunto. Da mesma forma, ganhos e perdas resultantes da reavaliação de investimentos retidos em alguma antiga controlada (que tenha se tornado coligada ou empreendimento controlado em conjunto contabilizada pelo método de equivalência patrimonial) ao valor justo são reconhecidos no resultado da antiga controladora proporcionalmente às participações do “investidor empresa não-relacionada” na nova coligada ou empreendimento controlado em conjunto.

Essas alterações são aplicáveis prospectivamente aos períodos anuais a serem iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016. A Administração da Companhia acredita que a aplicação dessas alterações à IFRS 11/CPC 19 (R2) caso essas transações venham a ocorrer, poderá impactar suas demonstrações financeiras consolidadas em períodos futuros.

**h) Alterações ao IFRS 10, IFRS 12 e ao IAS 28 - Entidades de Investimento: Aplicando a Exceção de Consolidação.**

As alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 esclarecem que a isenção de preparar demonstrações financeiras consolidadas é aplicável para uma entidade controladora que seja a controlada de uma entidade de investimento, mesmo que a entidade de investimento avalie todas as suas controladas ao valor justo de acordo com a IFRS 10. As alterações esclarecem ainda que a exigência para que uma entidade de investimento consolide uma controlada que preste serviços relacionados às atividades de investimento da primeira seja aplicável apenas a controladas que não sejam entidades de investimento.

Essas alterações são aplicáveis retrospectivamente para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016. A Administração da Companhia não acredita que a aplicação das alterações ao IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 terá um impacto relevante sobre suas demonstrações financeiras consolidadas, uma vez que a Companhia não é uma entidade de investimento e não possui controlada, coligada ou controlada em conjunto que se qualifique como entidade de investimento.

**i) Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2012 – 2014**

**j.1) Alterações na IFRS 5 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada: introduzem orientações específicas na IFRS 5 com relação a quando uma entidade reclassifica um**

ativo (ou grupo de alienação) de “mantido para venda” para “mantido para distribuição para titulares” (ou vice-versa). As alterações esclarecem que essa mudança deve ser considerada como uma continuidade do plano original de alienação e, portanto, as exigências previstas na IFRS 5 com relação à alteração do plano de venda não são aplicáveis. As alterações esclarecem ainda a orientação com relação à descontinuidade da contabilização de ativos classificados como “mantido para distribuição”.

- j.2) Alterações na IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações (com alterações refletidas na IFRS 1): fornecem orientações adicionais para esclarecer se um contrato de serviços constitui envolvimento contínuo em um ativo transferido para fins das divulgações necessárias com relação a ativos transferidos.
- j.3) Alterações ao IAS 19 - Benefício a Empregados: esclarecem que a taxa utilizada para desconto de obrigações de benefício pós-aposentadoria deve ser determinada com base nos rendimentos de mercado no final do período de reporte com relação a títulos corporativos de alta qualidade. A avaliação da abrangência de um mercado para títulos corporativos de alta qualidade deve ser ao nível da moeda (isto é, a mesma moeda na qual os benefícios serão pagos). Para moedas para as quais não haja mercado de alta liquidez para esses títulos corporativos de alta qualidade, deve-se tomar por base os rendimentos de mercado sobre títulos governamentais denominados naquela moeda no final do período de reporte.
- j.4) Alterações ao IAS 34 – Demonstrações Financeiras Intermediárias: exigem que as informações relativas ao parágrafo 16A do IAS 34 sejam incluídas ou nas demonstrações financeiras intermediárias ou incorporadas através de referência cruzada para outra parte do relatório financeiro intermediário que esteja disponível para os usuários nos mesmos termos e ao mesmo tempo em que as demonstrações financeiras intermediárias.

Com base em avaliação preliminar, a Administração da Companhia acredita que a aplicação dessas alterações não terá um efeito relevante sobre as divulgações e montantes reconhecidos suas demonstrações financeiras consolidadas.

#### **(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO**

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

Desta forma, a Companhia determina o valor justo conforme IFRS 13/CPC 46, o qual define o valor justo como a estimativa de preço pelo qual uma transação não forçada para a venda do ativo ou para a transferência do passivo ocorreria entre participantes do mercado, sob condições atuais de mercado.

##### **- Imobilizado e intangível**

O valor justo do imobilizado e intangível reconhecido em função de uma combinação de negócios é baseado em valores de mercado. O valor de mercado destes bens é o valor estimado para o qual um ativo poderia ser trocado na data de avaliação entre partes conhecedoras e interessadas em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. O valor justo dos itens do ativo imobilizado é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

##### **- Instrumentos financeiros**

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor

presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da BM&FBovespa S.A e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 31), e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

## ( 5 ) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Saldos bancários	919	232	60.744	126.659
Aplicações financeiras	194.448	361.235	1.163.893	1.164.872
Certificado de depósito bancário (a)	-	-	155.381	83.213
Operações compromissadas em debêntures (a)	-	-	433.693	15.985
Fundos de investimento (b)	194.448	361.235	574.819	1.065.675
<b>Total</b>	<b>195.367</b>	<b>361.467</b>	<b>1.224.637</b>	<b>1.291.531</b>

- a) Essas aplicações financeiras correspondem a operações de curto prazo em CDBs e debêntures compromissadas realizadas com instituições financeiras de grande porte que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diária, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, entre 96,88% a 101% do CDI.
- b) Representa valores aplicados em Fundos Exclusivos, com liquidez diária e remuneração equivalente entre 101% e 104,31% do CDI, tendo como características aplicações pós-fixadas lastreadas em títulos públicos federais, CDB's, letras financeiras e debêntures compromissadas de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito.

## ( 6 ) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
<b>Circulante</b>				
Operações realizadas na CCEE	349	6	6.651	1.368
Concessionárias e permissionárias	168.560	193.281	412.510	450.744
Outros	240	241	240	241
	<b>169.148</b>	<b>193.528</b>	<b>419.400</b>	<b>452.353</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(275)	(623)	(302)	(2.252)
<b>Total</b>	<b>168.873</b>	<b>192.905</b>	<b>419.098</b>	<b>450.101</b>
<b>Não circulante</b>				
Operações realizadas na CCEE	28.090	28.090	28.090	28.090
<b>Total</b>	<b>28.090</b>	<b>28.090</b>	<b>28.090</b>	<b>28.090</b>

**Provisão para créditos de liquidação duvidosa:**

	<b>Consolidado</b>		
	<b>Consumidores, concessionárias e permissionárias</b>	<b>Outros créditos (nota 10)</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31/12/2014</b>	<b>(2.252)</b>	<b>(1.981)</b>	<b>(4.233)</b>
Estorno/(Provisão) constituída	12	(318)	(306)
Baixa de contas a receber provisionadas	1.938	-	1.938
<b>Saldo em 31/12/2015</b>	<b>(302)</b>	<b>(2.299)</b>	<b>(2.601)</b>
Circulante	(302)	(318)	(620)
Não Circulante	-	(1.981)	(1.981)

**a) Concessionárias e Permissionárias**

No ativo circulante o saldo consolidado está composto:

- R\$ 54.202 (R\$ 52.585 em 31 de dezembro de 2014) referente ao saldo a receber da quota parte da Companhia da energia produzida pela Usina Hidrelétrica Serra da Mesa, que está sendo integralmente comercializada com FURNAS;
- R\$ 114.358 (R\$ 140.696 em 31 de dezembro de 2014) referente à energia produzida pela BAESA e comercializada pela Companhia por meio de contrato bilateral junto a Companhia Paulista de Força e Luz (“CPFL Paulista”) e Companhia Piratininga de Força e Luz (“CPFL Piratininga”) e CPFL Brasil;
- R\$ 23.179 (R\$ 26.105 em 31 de dezembro de 2014) decorrente da energia produzida pela CERAN que é comercializada essencialmente com a CPFL Paulista, a CPFL Piratininga e a CPFL Brasil; e
- R\$ 220.771 (R\$ 231.358 em 31 de dezembro de 2014) referente a energia produzida pela controlada CPFL Renováveis que basicamente é comercializada como PROINFA - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica, junto à Eletrobrás e mercado livre.

**b) Operações Realizadas na CCEE**

No longo prazo o montante de R\$ 28.090 referem-se à comercialização no mercado de curto prazo de energia elétrica que compreende: (i) R\$ 7.143 de ajustes de contabilizações realizados pela CCEE para contemplar determinações judiciais (liminares) nos processos de contabilização para o período de setembro de 2000 a dezembro de 2002; e (ii) R\$ 20.947 de registros escriturais provisórios determinados pela CCEE. A Companhia entende não haver riscos significativos na realização desses ativos e, conseqüentemente, nenhuma provisão foi contabilizada para este fim.

## (7) TRIBUTOS A COMPENSAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
<b>Circulante</b>				
Antecipações de contribuição social - CSLL	1.062	335	4.099	9.338
Antecipações de imposto de renda - IRPJ	2.789	1.620	13.639	16.445
Imposto de renda e contribuição social a compensar	14.580	1.032	44.594	25.611
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	9.775	13.152	40.454	39.723
ICMS a compensar	-	-	591	21
Programa de integração social - PIS	1.417	580	4.390	3.741
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	6.539	6.052	20.134	20.304
Instituto nacional de seguridade social - INSS	38	-	38	45
Outros	1	-	1.023	962
<b>Total</b>	<b>36.201</b>	<b>22.772</b>	<b>128.961</b>	<b>116.190</b>
<b>Não circulante</b>				
Contribuição social a compensar - CSLL	-	-	5.624	66
Imposto de renda a compensar - IRPJ	-	-	21.237	5.825
ICMS a compensar	-	-	2.808	3.456
Programa de integração social - PIS	-	-	-	1.576
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	-	-	-	7.305
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>29.669</b>	<b>18.228</b>

**Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF** - No consolidado em 31 de dezembro de 2015 inclui-se o montante de R\$ 25.630 (R\$ 22.208 em 31 de dezembro de 2014) da controlada CPFL Renováveis, referente a retenções sobre aplicações financeiras, que conforme expectativa da Administração será compensado com recolhimento de imposto de renda.

**PIS/COFINS** - No consolidado em 31 de dezembro de 2015 (circulante/não circulante), inclui o montante de R\$ 16.561 (R\$ 26.194 em 31 de dezembro de 2014) que representa os créditos apurados pela controlada CPFL Renováveis relacionados à aquisição de equipamentos, que serão realizados através da depreciação dos respectivos equipamentos.

## ( 8 ) CRÉDITOS (DÉBITOS) FISCAIS DIFERIDOS

### 8.1 – Composição dos créditos (débitos) fiscais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
<b>Crédito/(Débito) de contribuição social</b>				
Bases negativas	10.803	-	11.269	2.912
Diferenças temporariamente indedutíveis	(72.425)	(59.675)	(375.578)	(363.618)
<b>Subtotal</b>	<b>(61.622)</b>	<b>(59.675)</b>	<b>(364.309)</b>	<b>(360.706)</b>
<b>Crédito/(Débito) de imposto de renda</b>				
Prejuízos fiscais	31.911	-	33.205	8.088
Benefício fiscal do ágio incorporado	18.380	20.800	18.380	20.800
Diferenças temporariamente indedutíveis	(201.183)	(165.763)	(1.042.100)	(1.010.186)
<b>Subtotal</b>	<b>(150.891)</b>	<b>(144.962)</b>	<b>(990.514)</b>	<b>(981.297)</b>
<b>Crédito/(Débito) de PIS e COFINS</b>				
Diferenças temporariamente indedutíveis	-	-	(4.551)	(2.838)
<b>Total</b>	<b>(212.513)</b>	<b>(204.637)</b>	<b>(1.359.374)</b>	<b>(1.344.841)</b>
Total crédito fiscal	-	-	3.878	46.189
Total débito fiscal	(212.513)	(204.637)	(1.363.252)	(1.391.030)

O benefício fiscal do ágio incorporado é oriundo da incorporação societária, em 2007, da SEMESA S.A. pela Companhia, que está sendo realizado de acordo com o lucro líquido projetado da Companhia pelo prazo remanescente do contrato de arrendamento com a detentora da concessão (Furnas). Em 31 de dezembro de 2015 a taxa anual de amortização foi de 6,02% ao ano.

### 8.2 – Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis

	<b>Controladora</b>			
	<b>31/12/2015</b>		<b>31/12/2014</b>	
	<b>CSLL</b>	<b>IRPJ</b>	<b>CSLL</b>	<b>IRPJ</b>
<b>Diferenças temporariamente indedutíveis</b>				
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	50	138	88	244
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	53	148	56	156
Provisão relacionada a pessoal	107	297	149	413
Instrumentos financeiros (IFRS / CPC)	(289)	(803)	586	1.628
Perdas atuariais (IFRS / CPC)	554	1.538	554	1.538
Depreciação acelerada incentivada	(34)	(95)	(19)	(54)
Derivativo	(16.147)	(44.854)	-	-
Outros	231	643	334	927
<b>Diferenças temporariamente indedutíveis - resultado abrangente acumulado</b>				
Ativo imobilizado - ajustes custo atribuído (IFRS/CPC)	(58.484)	(162.456)	(61.792)	(171.643)
Perdas atuariais (IFRS / CPC)	1.534	4.261	371	1.029
<b>Total</b>	<b>(72.425)</b>	<b>(201.183)</b>	<b>(59.675)</b>	<b>(165.763)</b>

	<b>Consolidado</b>					
	<b>31/12/2015</b>			<b>31/12/2014</b>		
	<b>CSLL</b>	<b>IRPJ</b>	<b>PIS/COFINS</b>	<b>CSLL</b>	<b>IRPJ</b>	<b>PIS/COFINS</b>
<b>Diferenças temporariamente indedutíveis</b>						
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	50	138	-	88	244	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	53	148	-	56	156	-
Programas de P&D e eficiência energética	650	1.806	-	141	393	-
Provisão relacionada a pessoal	107	297	-	149	413	-
Registro da concessão - ajuste do financeiro (IFRS / CPC)	(1.264)	(2.333)	(4.551)	(257)	(714)	(2.838)
Perdas atuariais (IFRS / CPC)	554	1.538	-	554	1.538	-
Outros ajustes	(289)	(803)	-	10.605	29.323	-
Depreciação acelerada incentivada	(34)	(95)	-	(19)	(54)	-
Derivativos	(16.147)	(44.854)	-	-	-	-
Outros	231	643	-	1.005	2.792	-
<b>Diferenças temporariamente indedutíveis - resultado abrangente</b>						
Ativo imobilizado - ajustes custo atribuído (IFRS/CPC)	(58.484)	(162.456)	-	(61.792)	(171.643)	-
Perdas atuariais (IFRS / CPC)	1.534	4.261	-	371	1.029	-
<b>Diferenças temporariamente indedutíveis - combinação de negócios CPFL Renováveis</b>						
<b>Impostos diferidos - ativo:</b>						
Valor justo de ativo imobilizado (menos valia de ativos)	24.248	67.355	-	25.725	71.458	-
<b>Impostos diferidos - passivo:</b>						
Valor justo de ativo imobilizado (mais valia de ativos)	(29.132)	(80.922)	-	(30.905)	(85.847)	-
Mais valia de ativos recebidos da antiga ERSA	(86.495)	(240.264)	-	(89.882)	(249.671)	-
Intangível - direito de exploração/autorização em controladas indiretas adquiridas	(193.927)	(538.685)	-	(204.549)	(568.192)	-
Outras diferenças temporárias	(17.234)	(47.873)	-	(14.907)	(41.410)	-
<b>Total</b>	<b>(375.578)</b>	<b>(1.042.100)</b>	<b>(4.551)</b>	<b>(363.618)</b>	<b>(1.010.186)</b>	<b>(2.838)</b>

### 8.3 – Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda, registrados nos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

	Controladora			
	2015		2014	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
<b>Lucro antes dos tributos</b>	<b>238.903</b>	<b>238.903</b>	<b>30.823</b>	<b>30.823</b>
<b>Ajustes para refletir a alíquota efetiva:</b>				
Equivalência patrimonial	(245.168)	(245.168)	8.437	8.437
Amortização de intangível adquirido	(1.136)	-	(1.182)	-
Outras adições permanentes líquidas	779	2.182	2.870	3.298
<b>Base de cálculo</b>	<b>(6.622)</b>	<b>(4.083)</b>	<b>40.948</b>	<b>42.558</b>
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
<b>Total</b>	<b>596</b>	<b>1.021</b>	<b>(3.685)</b>	<b>(10.640)</b>
Corrente	2.977	8.151	(6.219)	(15.197)
Diferido	(2.381)	(7.130)	2.534	4.557
	Consolidado			
	2015		2014	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
<b>Lucro antes dos tributos</b>	<b>334.849</b>	<b>334.849</b>	<b>24.693</b>	<b>24.693</b>
<b>Ajustes para refletir a alíquota efetiva:</b>				
Equivalência patrimonial	(216.885)	(216.885)	(59.684)	(59.684)
Amortização de intangível adquirido	(1.136)	-	(1.182)	-
Efeito regime lucro presumido	(176.588)	(234.086)	(14.810)	(56.357)
Incentivo fiscal - lucro de exploração	-	(85.760)	-	(71.308)
Outras adições permanentes líquidas	12.318	13.582	9.029	8.767
<b>Base de cálculo</b>	<b>(47.441)</b>	<b>(188.300)</b>	<b>(41.954)</b>	<b>(153.890)</b>
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
<b>Crédito fiscal apurado</b>	<b>4.270</b>	<b>47.075</b>	<b>3.776</b>	<b>38.472</b>
Crédito fiscal não constituído	(37.217)	(103.078)	(29.077)	(81.002)
<b>Total</b>	<b>(32.948)</b>	<b>(56.003)</b>	<b>(25.301)</b>	<b>(42.530)</b>
Corrente	(38.954)	(73.256)	(33.590)	(63.074)
Diferido	6.006	17.253	8.289	20.544

**Crédito Fiscal Não Constituído** - Refere-se a créditos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre prejuízos fiscais e bases negativas que não foram constituídos pela controlada CPFL Renováveis por não haver neste momento, razoável certeza de geração de lucros tributáveis futuros suficientes à absorção dos referidos créditos. Não há prazo de prescrição para utilização dos prejuízos fiscais e bases negativas.

Em 31 de dezembro de 2015, a controlada CPFL Renováveis possuía créditos de imposto de renda e contribuição social não registrados no montante de R\$ 577.329 (R\$ 435.438 em 31 de dezembro de 2014). Não há prazo de prescrição para utilização dos prejuízos fiscais e bases negativas.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido (outros resultados abrangentes) no exercício de 2015 e 2014 foram os seguintes:

	2015		2014	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Perdas atuariais	8.290	8.290	4.993	4.993
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Tributos apurados	(746)	(2.073)	(449)	(1.248)
Limitação na constituição / reversão de créditos fiscais constituídos	314	870	(912)	(2.534)
Tributos reconhecidos em outros resultados abrangentes	<b>(432)</b>	<b>(1.202)</b>	<b>(1.361)</b>	<b>(3.782)</b>

## ( 9 ) ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

	<b>Consolidado</b>
<b>Saldo em 31/12/2013 (não circulante)</b>	<b>15.480</b>
Adições	67.588
Atualização	2.723
Reclassificação para outros ativos	(8.012)
<b>Saldo em 31/12/2014 (não circulante)</b>	<b>77.779</b>
Adições	37.469
Atualização	11.400
Recebimento RAP	(3.257)
<b>Saldo em 31/12/2015</b>	<b>123.391</b>
Circulante	9.630
Não circulante	113.761

O saldo refere-se ao ativo financeiro corresponde ao direito estabelecido no contrato de concessão das controladas CPFL Transmissão Piracicaba e CPFL Transmissão Morro Agudo (mensurado ao custo amortizado) de receber caixa ao longo da concessão via RAP e via indenização no momento da reversão dos ativos ao Poder Concedente ao término da concessão. A remuneração deste ativo é reconhecida de acordo com a taxa interna de retorno, que leva em consideração o investimento realizado e a RAP, a ser recebida ao longo da concessão. A atualização de R\$ 11.400 (R\$ 2.723 em 31 de dezembro de 2014), tem como contrapartida outras receitas e rendas operacionais.

## ( 10 ) OUTROS CRÉDITOS

	Controladora				Consolidado			
	Circulante		Não Circulante		Circulante		Não Circulante	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Créditos a receber - consórcios	-	-	3.483	3.483	-	-	13.345	25.874
Adiantamentos - Fundação CESP	186	173	-	-	186	173	-	-
Adiantamentos à fornecedores	-	-	-	-	10.675	10.595	-	-
Cauções, fundos e depósitos vinculados	-	-	-	-	-	-	401.512	274.248
Ordens em curso	1	-	-	-	2.688	5.388	-	-
Reembolso RGR	1.439	-	-	-	-	-	-	-
Contratos de pré-compra de energia	-	-	-	-	-	-	31.375	32.119
Despesas antecipadas	391	399	-	-	14.196	8.284	14.355	9.630
Repactuação GSF	-	-	-	-	7.416	-	24.816	-
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 6)	(318)	-	-	-	(318)	-	(1.981)	(1.981)
Adiantamento a funcionários	142	157	-	-	511	461	-	-
Indenizações sinistros	-	-	-	-	49.937	-	-	-
Outros	503	867	-	-	19.992	13.854	19.056	13.950
<b>Total</b>	<b>2.343</b>	<b>1.597</b>	<b>3.483</b>	<b>3.483</b>	<b>105.284</b>	<b>38.753</b>	<b>502.477</b>	<b>353.840</b>

**Créditos a receber – Consórcios** – No saldo consolidado em 31 de dezembro de 2015, inclui o montante de R\$ 10.140, representado pelo direito que a CPFL Bioenergia S.A. (“CPFL Bioenergia”), empresa controlada pela CPFL Renováveis, tem a receber da Baldin Bioenergia S.A. (“Baldin”), pelos investimentos realizados para a construção da usina termelétrica de cogeração movida à queima de biomassa como combustível no montante de R\$ 46.474, líquido ajuste a valor presente a provisão para cobrir potenciais perdas no valor de R\$ 36.334, valor esse considerado suficiente para cobrir riscos na realização desse saldo. A Administração da Baldin Bioenergia S.A. em 22 de novembro de 2014 homologou na justiça um plano de recuperação judicial do saldo acima mediante a subscrição em Debêntures, observando algumas condições previstas no plano de recuperação judicial.

**Cauções, fundos e depósitos vinculados** - São garantias oferecidas para pagamento de empréstimos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento (“BNDES”), sendo da controlada CPFL Renováveis os montantes de R\$ 373.386 (R\$ 248.127 em 31 de dezembro de 2014) e da controlada CERAN os montantes de R\$ 28.126 (R\$ 26.121 em 31 de dezembro de 2014). Estes fundos são remunerados a taxa média equivalente entre 91,15% a 99,11% do CDI.

**Contratos de pré-compra de energia** – Refere-se a pagamentos antecipados realizados pelas controladas da CPFL Renováveis, os quais serão liquidados com energia a ser fornecida no futuro.

**Repactuação GSF (Generating Scaling Factor - “GSF”)** – Refere-se ao prêmio pago antecipadamente referente à transferência do risco de GSF de 2015 para a Conta Centralizadora de Recursos da Bandeira Tarifária (“CCRBT”) das controladas Ceran e CPFL Renováveis, em contrapartida ao custo de energia elétrica comprada para revenda (nota 24). Este montante refere-se ao período de janeiro de 2016 a junho de 2020 e será amortizado neste período de forma linear em contrapartida a outras despesas operacionais.

**Indenizações sinistros** – refere-se aos montantes a receber de seguradora referente à indenização para os sinistros ocorridos em controladas da CPFL Renováveis.

**Outros** – No saldo consolidado de 31 de dezembro de 2015 (não circulante) inclui o montante de R\$ 13.950, referente a indenização que a controladora CPFL Renováveis reconheceu em decorrência da avaliação a valor justo de passivos contingentes identificados na combinação de negócios, conforme condições determinadas no contrato de compra e venda da Jantus, tendo a garantia de reembolso por parte do vendedor da Jantus sobre determinadas contingências, caso estas sejam materializadas dentro do período contratual.

## (11) INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Participações societárias permanentes avaliadas por equivalência patrimonial				
Pelo patrimônio líquido das controladas	3.906.796	3.682.398	1.235.832	1.085.835
Mais valia de ativos, líquidos	11.799	12.934	11.799	12.934
<b>Total</b>	<b>3.918.595</b>	<b>3.695.332</b>	<b>1.247.631</b>	<b>1.098.769</b>

### 11.1 – Participações societárias permanentes por equivalência patrimonial:

As principais informações sobre os investimentos em participações societárias permanentes diretas, são como segue:

Investimentos	Quantidade de ações	Participação no capital-%	31/12/2015			31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
			Capital social	Patrimônio líquido	Resultado do período	Participação patrimônio líquido		Resultado de equivalência patrimonial	
Baesa	99.618.754	25,01	398.381	664.442	10.028	166.150	163.662	2.508	10.583
Enercan	189.428.815	48,72	388.787	971.097	153.269	473.148	415.952	74.677	49.040
Chapecoense	364.399.765	51,00	714.509	880.488	151.935	449.049	399.979	77.487	21.285
EPASA	150.941.659	53,34	221.413	276.500	118.734	147.485	106.243	63.348	(20.041)
Mais valia de ativos, líquidos						-	-	(1.136)	(1.182)
<b>Soma (Consolidado)</b>						<b>1.235.832</b>	<b>1.085.835</b>	<b>216.885</b>	<b>59.684</b>
CPFL Renováveis	259.748.799	51,61	3.390.444	4.176.063	(54.447)	2.155.308	2.183.402	(28.101)	(94.497)
CERAN	306.068.880	65,00	470.875	669.346	74.256	435.075	398.272	48.267	24.413
CPFL Transmissão Piracicaba	72.270.500	100,00	72.271	80.582	8.127	80.582	14.890	8.127	1.963
CPFL Transmissão Morro Agudo	10	100,00	10	(0)	(10)	(0)	-	(10)	-
<b>Total (Controladora)</b>						<b>3.906.796</b>	<b>3.682.398</b>	<b>245.168</b>	<b>(8.437)</b>

A mais valia dos ativos líquidos adquiridos em combinações de negócios são classificados, no balanço da controladora, no grupo de Investimentos, com contrapartida no resultado na rubrica “resultado de participações societárias”, em consonância com o ICPC 09(R2).

A movimentação dos saldos de investimento em controladas e controladas em conjunto nos exercícios de 2015 e 2014 é como segue:

Investimento	Saldo em 31/12/2013			Movimentação em 2014					Saldo em 31/12/2014		
	Controladora	Eliminação	Consolidado	Dividendo Declarado	Combinação de Negócio	Equivalência Patrimonial	Aumento de Capital	Outros	Controladora	Eliminação	Consolidado
CPFL Renováveis	2.097.377	(2.097.377)	-	-	180.409	(94.497)	-	113	2.183.402	(2.183.402)	-
CERAN	401.757	(401.757)	-	(27.898)	-	24.413	-	-	398.272	(398.272)	-
CPFL Transmissão	152	(152)	-	-	-	1.963	12.774	-	14.889	(14.889)	-
EPASA	82.841	-	82.841	-	-	(20.041)	45.444	(2.001)	106.243	-	106.243
BAESA	153.176	-	153.176	(97)	-	10.583	-	-	163.662	-	163.662
ENERCAN	391.728	-	391.728	(24.816)	-	49.040	-	-	415.952	-	415.952
Chapecoense	390.820	-	390.820	(12.126)	-	21.285	-	-	399.979	-	399.979
	<b>3.517.851</b>	<b>(2.499.286)</b>	<b>1.018.565</b>	<b>(64.937)</b>	<b>180.409</b>	<b>(7.255)</b>	<b>58.218</b>	<b>(1.888)</b>	<b>3.682.398</b>	<b>(2.596.563)</b>	<b>1.085.835</b>

Investimento	Saldo em 31/12/2014			Movimentação em 2015					Saldo em 31/12/2015		
	Controladora	Eliminação	Consolidado	Dividendo Declarado	Aporte de Capital	Equivalência Patrimonial	Venda de Participação	Outras	Controladora	Eliminação	Consolidado
CPFL Renováveis	2.183.402	(2.183.402)	-	-	-	(28.101)	-	7	2.155.308	(2.155.308)	-
CERAN	398.272	(398.272)	-	(11.463)	-	48.267	-	-	435.076	(435.076)	-
CPFL Transmissão Piracicaba	14.889	(14.890)	-	(1.930)	59.496	8.127	-	-	80.582	(80.582)	-
CPFL Transmissão Morro Agudo	-	-	-	-	10	(10)	-	-	-	-	-
BAESA	163.662	-	163.662	(20)	-	2.508	-	-	166.150	-	166.150
ENERCAN	415.952	-	415.952	(17.481)	-	74.677	-	-	473.148	-	473.148
Chapecoense	399.979	-	399.979	(28.417)	-	77.487	-	-	449.049	-	449.049
EPASA	106.243	-	106.243	(15.041)	-	63.348	(7.066)	-	147.484	-	147.484
	<b>3.682.398</b>	<b>(2.596.564)</b>	<b>1.085.835</b>	<b>(74.352)</b>	<b>59.506</b>	<b>246.302</b>	<b>(7.066)</b>	<b>7</b>	<b>3.906.796</b>	<b>(2.670.966)</b>	<b>1.235.832</b>

## 11.2 – Dividendos a Receber

Controlada	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
CPFL Sul Centrais Elétricas	4.000	4.000	-	-
EPASA	29.933	14.891	29.933	14.891
BAESA	20	96	20	96
ENERCAN	30.905	24.816	30.905	24.816
CERAN	11.463	5.798	-	-
Chapecoense	28.417	12.128	28.417	12.128
CPFL Transmissão Piracicaba	1.930	-	-	-
	<b>106.668</b>	<b>61.729</b>	<b>89.274</b>	<b>51.931</b>

### 11.3 – Adiantamento para futuro aumento de capital

Controlada	Controladora	
	31/12/2015	31/12/2014
CPFL Transmissão Piracicaba	10.315	59.495
CPFL Transmissão Morro Agudo	6.100	-
	<b>16.415</b>	<b>59.495</b>

### 11.4 – Participação de acionistas não controladores e Controladas em Conjunto

A divulgação da participação em controladas, de acordo com a IFRS 12 e CPC 45, é como segue:

#### 11.4.1 – Movimentação da participação de acionistas não controladores

	CERAN	CPFL Renováveis	Total
	<b>Saldo em 31/12/2013</b>	<b>216.331</b>	<b>1.480.864</b>
<b>Participação acionária e no capital votante</b>	35,00%	41,16%	
Resultado atribuído aos acionistas não controladores	13.145	(72.782)	(59.637)
Oferta pública inicial de ações	-	759.686	759.686
Dividendos	(15.022)	(7.417)	(22.439)
Outras movimentações	-	11.560	11.560
<b>Saldo em 31/12/2014 (*)</b>	<b>214.454</b>	<b>2.171.912</b>	<b>2.386.366</b>
<b>Participação acionária e no capital votante</b>	35,00%	48,39%	
Resultado atribuído aos acionistas não controladores	25.990	(20.611)	5.379
Dividendos	(6.173)	(2.818)	(8.991)
Outras movimentações	-	8	8
<b>Saldo em 31/12/2015</b>	<b>234.271</b>	<b>2.148.491</b>	<b>2.382.761</b>
<b>Participação acionária e no capital votante</b>	35,00%	48,39%	

(\*) Contempla os efeitos da nota explicativa 11.4.6

#### 11.4.2 – Informações financeiras resumidas das controladas que têm participação de não controladores

As informações financeiras resumidas das controladas em que há participação de não controladores, em 31 dezembro de 2015 e 2014 são como segue:

	31/12/2015		31/12/2014	
	CPFL		CPFL	
	CERAN	Renováveis	CERAN	Renováveis
Ativo circulante	203.205	1.296.420	138.684	1.166.223
Caixa e equivalentes de caixa	154.845	871.503	84.201	828.411
Ativo não circulante	997.049	10.607.682	1.040.545	10.515.273
Passivo circulante	128.920	1.174.865	129.255	1.019.960
Passivo financeiro	101.347	929.758	108.355	786.660
Passivo não circulante	401.988	6.425.440	437.249	6.306.222
Passivo financeiro	401.988	5.151.163	437.249	4.972.544
Patrimônio líquido	669.346	4.303.797	612.726	4.355.314
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	669.346	4.176.063	612.726	4.230.498
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores	-	127.734	-	124.816

	31/12/2015		31/12/2014	
	CPFL		CPFL	
	CERAN	Renováveis	CERAN	Renováveis
Receita operacional líquida	281.374	1.499.356	327.066	1.247.627
Depreciação e amortização	(45.986)	(540.578)	(50.017)	(432.267)
Receita de juros	17.532	115.639	11.604	87.131
Despesa de juros	(40.801)	(551.407)	(40.441)	(418.141)
Despesa de imposto sobre a renda	(38.381)	(49.221)	(18.880)	(33.645)
Lucro (prejuízo) líquido	74.256	(48.717)	37.558	(167.362)
Lucro (prejuízo) líquido atribuído aos acionistas controladores	74.256	(54.447)	37.558	(168.771)
Lucro líquido atribuído aos acionistas não controladores	-	5.730	-	1.410

### 11.4.3 – Empreendimentos controlados em conjunto

As informações financeiras resumidas dos empreendimentos controlados em conjunto, em 31 dezembro de 2015 e 2014 são como segue:

Negócio em conjunto	31/12/2015				31/12/2014			
	Enercan	Baesa	Chapecoense	Epasa	Enercan	Baesa	Chapecoense	Epasa
	Ativo circulante	292.133	105.198	356.493	305.371	143.213	71.178	252.223
Caixa e equivalentes de caixa	112.387	75.097	239.192	120.307	45.329	19.178	154.554	96.588
Ativo não circulante	1.253.002	1.174.604	3.079.957	600.413	1.238.047	1.210.974	3.090.190	637.190
Passivo circulante	264.721	188.077	447.142	336.794	149.088	138.909	374.374	480.948
Passivo financeiro	167.845	182.215	251.683	180.190	91.723	130.122	313.222	345.657
Passivo não circulante	309.317	427.284	2.108.820	292.490	378.465	488.751	2.183.767	308.168
Passivo financeiro	265.095	415.868	2.108.109	292.295	338.297	479.329	2.183.155	307.622
Patrimônio líquido	971.097	664.442	880.488	276.500	853.707	654.492	784.272	185.965

  

Negócio em conjunto	2015				2014			
	Enercan	Baesa	Chapecoense	Epasa	Enercan	Baesa	Chapecoense	Epasa
	Receita operacional líquida	523.055	427.561	729.511	949.246	492.921	395.440	820.500
Depreciação e amortização	(53.733)	(55.342)	(130.652)	(32.413)	(53.674)	(50.554)	(130.988)	(32.339)
Receita de juros	15.742	8.426	28.235	11.275	14.295	6.345	26.208	2.368
Despesa de juros	(56.049)	(22.555)	(132.625)	(29.778)	(40.572)	(32.933)	(135.463)	(34.983)
Despesa de imposto sobre a renda	(76.795)	(5.165)	(76.880)	(32.869)	(50.112)	(20.982)	(21.751)	16.862
Lucro (prejuízo) líquido	153.269	10.028	151.935	118.734	100.650	42.901	41.735	(34.271)
<b>Participação acionária e no capital votante</b>	<b>48,72%</b>	<b>25,01%</b>	<b>51,00%</b>	<b>53,34% (*)</b>	<b>48,72%</b>	<b>25,01%</b>	<b>51,00%</b>	<b>57,13% (*)</b>

(\*) A participação Companhia na EPASA era de (i) 52,75% de 01 de janeiro a 28 de fevereiro de 2014, (ii) 57,13% de 01 de março de 2014 a 31 de dezembro de 2014, (iii) 53,84% de 01 a 31 de janeiro de 2015 e (iv) 53,34% a partir de 01 de fevereiro de 2015.

Mesmo detendo mais do que 50% da participação acionária das entidades EPASA e Chapecoense, a Companhia controla em conjunto com outros acionistas estes investimentos. A análise do enquadramento do tipo de investimento está baseada no Acordo de Acionistas de cada empreendimento.

Os empréstimos captados junto ao BNDES pelas controladas em conjunto ENERCAN, BAESA e Chapecoense, determinam restrições ao pagamento de dividendos à Companhia acima do mínimo obrigatório sem a prévia anuência do BNDES.

#### 11.4.4 – Operação controlada em conjunto

A Companhia possui parte dos ativos do aproveitamento Hidrelétrico da Serra da Mesa, localizado no Rio Tocantins, no Estado de Goiás. A concessão e a operação do aproveitamento Hidrelétrico pertencem a Furnas. Por manter estes ativos em operação de forma compartilhada com Furnas (operação controlada em conjunto), ficou assegurada à Companhia a participação de 51,54% da potência instalada de 1.275 MW (657 MW) e da energia assegurada de 671 MW médios (345,4 MW médios), até o ano de 2028 (informações relativas a medidas de capacidade energética não revisadas pelos auditores independentes).

#### 11.4.5 Venda de participação no empreendimento controlado em conjunto Epasa

Em 31 de janeiro de 2014, após realização de aumento de capital no empreendimento controlado em conjunto EPASA, a CPFL Geração que detinha de 52,75% do capital do empreendimento controlado em conjunto EPASA passou a deter 57,13% e alguns acionistas tiveram suas participações diluídas, que conforme o Acordo de Acionistas vigente ficou assegurado o direito de recompra de ações por partes destes acionistas com o objetivo de recompor suas participações até 1º de março de 2015. Este direito foi exercido parcialmente pela Eletricidade do Brasil S/A e OZ&M Incorporação e Participação Ltda. até 25 de fevereiro de 2015, que compraram da CPFL Geração 10.704.756 ações ordinárias pelo montante de R\$ 10.454, gerando um resultado positivo de R\$ 3.389, registrado na rubrica “ganho na alienação de ativos não circulantes” (nota 25).

Acionistas	Posição Após 25/02/2015		Posição em 31/12/2014	
	Ações	Participação - %	Ações	Participação - %
CPFL Geração de Energia S/A	150.941.659	53,34	161.646.415	57,13
Eletricidade do Brasil S/A	118.100.009	41,74	107.903.763	38,13
Aruanã Energia S/A	6.960.800	2,46	6.960.800	2,46
OZ&M Incorporação, Participação Ltda	6.959.277	2,46	6.450.767	2,28
<b>Total</b>	<b>282.961.745</b>	<b>100,00</b>	<b>282.961.745</b>	<b>100,00</b>

#### 11.4.6 Combinação de negócios

##### Associação entre CPFL Renováveis e Dobrevê Energia S.A; (“DESA”)

Em fevereiro de 2014, a Companhia e a controlada CPFL Renováveis celebraram um acordo de associação mediante a incorporação pela CPFL Renováveis da WF2 Holding S.A. (“WF2”), detentora da totalidade das ações de emissão da DESA na data de sua incorporação pela CPFL Renováveis. O Arrow – Fundo de Investimentos e Participações (“FIP Arrow”) era detentor da totalidade do capital social da WF2. A associação foi concluída em 1º de outubro de 2014, após superadas todas as condições precedentes.

Em Assembleias Gerais Extraordinárias com eficácia das aprovações em 1º de outubro de 2014, os acionistas da CPFL Renováveis bem como FIP Arrow, aprovaram o Protocolo de Incorporação e o Termo de Encerramento da Associação. Conseqüentemente, em 1º de outubro de 2014, o FIP Arrow efetuou a contribuição do acervo líquido da WF2 como aumento de capital na CPFL Renováveis, que por sua vez emitiu 61.752.782 novas ações ordinárias em nome do FIP Arrow, que se tornou acionista da CPFL Renováveis com uma participação de 12,27%.

Após o aumento de capital realizado, a CPFL Renováveis incorporou a WF2, extinguindo essa sociedade, e a CPFL Renováveis passou a deter diretamente 100% das ações de emissão da DESA e, conseqüentemente, a DESA passou a ser controlada pela CPFL Renováveis.

A relação de troca de 100% das ações de emissão da WF2 por 12,27% das ações CPFL Renováveis (pós emissão das novas ações ordinárias) foi livremente negociada e pactuada entre as partes e reflete a melhor avaliação da WF2 e da CPFL Renováveis.

Esta associação entre a CPFL Renováveis e a DESA resultou em uma combinação de negócios de acordo com o CPC 15 (R) – Combinação de Negócios e IFRS 3 (R) – “Business Combination”, uma vez que a CPFL Renováveis passou a deter o controle da WF2, e pagou pela obtenção do controle desta companhia mediante a emissão de novas ações.

Em decorrência desta emissão de ações, o patrimônio líquido da CPFL Renováveis foi aumentado em R\$ 833.663, o qual reflete o valor justo das ações emitidas pela CPFL Renováveis que foram transferidas ao FIP Arrow na data da aquisição, e que representa a totalidade do preço pago. A associação foi avaliada a valor justo utilizando o método de abordagem de receita.

Como consequência da operação descrita acima, a Companhia teve a sua participação na CPFL Renováveis diluída de 58,83% para 51,61%, e apurou uma variação positiva na participação societária no montante de R\$180.297, que de acordo com o ICPC 09 (R2) e IFRS 10/CPC 36 (R) foi reconhecida como transação patrimonial, ou seja, transação com os sócios na qualidade de proprietários, e contabilizada diretamente no Patrimônio Líquido da Companhia na conta de reserva de capital, como segue:

Patrimônio Líquido atribuível a:	Antes do aumento de capital			Após o aumento			Aumento de participação
	Número de ações	% de participação no Patrimônio Líquido (1)	Participação	Número de ações	% de participação no Patrimônio Líquido (2)	Participação	
CPFL Geração - acionista controlador	259.748.799	58,83%	2.037.289	259.748.799	51,61%	2.217.587	180.297
Acionistas não controladores	181.781.079	41,17%	1.425.781	243.533.861	48,39%	2.079.146	653.365
	<b>441.529.878</b>	<b>100%</b>	<b>3.463.070</b>	<b>503.282.660</b>	<b>100%</b>	<b>4.296.733</b>	<b>833.663</b>

(1) Participação em 30 de setembro de 2014

(2) Participação em 1º de outubro de 2014

## Informações adicionais à associação (aquisição da WF2)

### a) Ativos adquiridos e passivos a serem reconhecidos na data da aquisição

A totalidade do valor pago na transação (valor justo das ações emitidas pela CPFL Renováveis), foi alocada na data de aquisição aos ativos adquiridos e passivos assumidos a valores justos, incluindo os ativos intangíveis relacionados ao direito de exploração da autorização, o qual será amortizado pelo prazo remanescente das autorizações vinculadas à exploração dos empreendimentos eólicos e de PCHs adquiridos, sendo o prazo médio estimado em 25 anos para todos os empreendimentos. Conseqüentemente, como a totalidade do valor pago foi provisoriamente alocada a ativos e passivos identificados, nenhum valor residual foi alocado como ágio nesta transação.

A Administração da controlada CPFL Renováveis não espera que o valor alocado como direito de exploração dessa associação seja dedutível para fins fiscais e, portanto, constituiu imposto de renda e contribuição social diferidos relacionados à diferença entre o valor alocado e a base fiscal deste ativo.

A aquisição foi realizada com valores justos provisoriamente apurados para as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014, com base em análises conduzidas pela própria Administração da controlada CPFL Renováveis. Os valores justos apresentados estavam pendentes de confirmação até a conclusão do laudo de avaliação econômico-financeiro preparado por avaliador independente, que foi finalizado em 30 de setembro de 2015. Como consequência, foram efetuadas reclassificações nos valores de 31 de dezembro de 2014 referentes a (i) aumento do valor justo do ativo imobilizado, e redução do ativo intangível relacionado ao direito de exploração, como consequência do refinamento das premissas utilizadas para determinação do valor dos tangíveis e intangíveis e; (ii) conclusão da alocação do valor justo das provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas no montante de R\$ 17.293 e (iii) efeitos correlatos dos assuntos anteriormente descritos em (i) e (ii) sobre os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos e patrimônio líquido atribuído ao acionistas não controladores.

O valor justo dos ativos e passivos ajustados, bem como a alocação do preço pago, está apresentado a seguir:

	<b>WF2 consolidado preliminar 01/10/2014</b>	<b>WF2 consolidado final 01/10/2014</b>
<b>Ativos circulantes</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	139.293	139.293
Outros ativos circulantes	32.274	32.274
<b>Ativos não circulantes:</b>		
Imobilizado	1.295.476	1.569.594
Intangível	7.937	7.937
Intangível - direito de exploração	784.459	555.961
Outros ativos não circulantes	98.264	98.264
<b>Passivos circulantes</b>		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	102.996	102.996
Outros passivos circulantes	106.097	106.097
<b>Passivos não circulantes:</b>		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	871.987	871.987
Impostos diferidos	280.234	295.745
Outros passivos não circulantes	56.406	73.699
<b>Ativos líquidos adquiridos</b>	<b>939.983</b>	<b>952.800</b>

#### Ágio gerado na aquisição

Contrapartida transferida	833.663	833.663
(+) Participação dos acionistas não controladores	106.320	119.137
(-) Valor justo dos ativos líquidos adquiridos	939.983	952.800
<b>Ágio</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

#### Reclassificação dos saldos comparativos

Em conformidade com os requerimentos do IFRS 3 – Business Combination e CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios, a Companhia reclassificou os saldos comparativos de 31 de dezembro de 2014, como se a contabilização desta combinação de negócios, considerados os saldos finais apurados, tivesse sido completada na data da aquisição. As reclassificações efetuadas não produziram efeito material no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, como anteriormente apresentadas. As reclassificações efetuadas estão resumidas a seguir:

#### **Ativo**



**b) Entrada de caixa líquido na associação**

Considerando que a aquisição foi efetuada a partir da troca de ações, não houve pagamento em caixa, tendo apenas sido incorporado o caixa da WF2 no montante de R\$ 139.293.

**c) Informações financeiras sobre a receita operacional líquida e lucro líquido da controlada adquirida incluída nas demonstrações financeiras consolidadas em 2014:**

	Receita operacional líquida	Lucro líquido
	2014	2014
DESA consolidado - 01/10/2014 a 31/12/2014	48.036	1.880

As demonstrações financeiras consolidadas da controlada CPFL Renováveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, contemplam 3 (três) meses de operações da DESA.

**d) Participação de acionistas não controladores**

A participação de acionistas não controladores, representada por 40% de participação detida por terceiros na Ludesa Energética S.A., controlada da WF2, foi reconhecida nas demonstrações financeiras consolidadas, na data de aquisição, com base em seu valor justo, totalizavam R\$ 119.137. Essa participação foi avaliada a valor justo utilizando o método de abordagem de receita.

**Informações financeiras combinadas sobre a receita operacional líquida e lucro líquido de 2014 caso as aquisições tivessem ocorrido em 1º de janeiro de 2014.**

	Receita Operacional Líquida	Lucro líquido (prejuízo)
	2014	2014
Consolidado CPFL Geração - histórico	2.454.518	(43.138)
Ajuste pro-forma consolidado (i)	104.038	(46.106)
Total	2.558.556	(89.244)

Os ajustes pro-forma na receita operacional líquida consideram a adição da receita operacional líquida das controladas Rosa dos Ventos e WF2 para o período em que elas não eram controladas e consequentemente não consolidadas pela Companhia.

Os ajustes pro-forma do lucro líquido consideram: (i) adição do resultado das controladas Rosa dos Ventos e WF2 para o período em que elas não eram consolidadas pela Companhia; (ii) inclusão da amortização do direito de exploração, líquido de impactos fiscais, caso a aquisição tivesse sido em 1º de janeiro de 2014; (iii) exclusão dos efeitos de despesas não recorrentes de consultorias para a associação com a WF2; e (iv) inclusão dos efeitos financeiros de debêntures efetuada pela WF2 para adquirir os não controladores de DESA.

## ( 12 ) IMOBILIZADO

	Controladora							Total
	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Em curso	
<b>Saldo em 31/12/2013</b>	<b>11.009</b>	<b>300.979</b>	<b>235.705</b>	<b>760.192</b>	<b>978</b>	<b>1.070</b>	<b>9.786</b>	<b>1.319.720</b>
Custo histórico	11.009	461.463	385.006	1.437.581	1.629	2.602	9.786	2.309.076
Depreciação acumulada	-	(160.484)	(149.301)	(677.388)	(651)	(1.532)	-	(989.356)
Adições	-	-	-	-	-	-	4.498	4.498
Baixas	-	-	-	-	(257)	-	-	(257)
Transferências	-	-	-	1.294	104	-	(1.398)	-
Depreciação	-	(12.336)	(10.022)	(40.921)	(197)	(259)	-	(63.735)
Baixa da depreciação	-	-	-	-	92	-	-	92
<b>Saldo em 31/12/2014</b>	<b>11.009</b>	<b>288.643</b>	<b>225.683</b>	<b>720.566</b>	<b>719</b>	<b>811</b>	<b>12.887</b>	<b>1.260.318</b>
Custo histórico	11.009	461.463	385.006	1.438.875	1.475	2.602	12.887	2.313.317
Depreciação acumulada	-	(172.820)	(159.323)	(718.309)	(756)	(1.791)	-	(1.053.000)
Adições	-	-	-	-	-	-	4.685	4.685
Baixas	(7)	(414)	(36)	(244)	-	-	-	(700)
Transferências	-	140	-	816	-	5	(961)	-
Depreciação	-	(12.310)	(10.015)	(40.841)	(160)	(191)	-	(63.518)
Baixa da depreciação	-	139	23	159	-	-	-	322
Incorporação de ativos de geração - custo	265	1.589	1.078	4.702	-	80	592	8.307
Incorporação de ativos de geração - depreciação	-	(1.139)	(695)	(2.116)	-	(16)	-	(3.966)
<b>Saldo em 31/12/2015</b>	<b>11.268</b>	<b>276.648</b>	<b>216.038</b>	<b>683.043</b>	<b>559</b>	<b>689</b>	<b>17.204</b>	<b>1.205.447</b>
Custo histórico	11.268	462.778	386.048	1.444.150	1.475	2.687	17.204	2.325.609
Depreciação acumulada	-	(186.130)	(170.010)	(761.107)	(917)	(1.998)	-	(1.120.162)
	Consolidado							Total
	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Em curso	
<b>Saldo em 31/12/2013</b>	<b>111.711</b>	<b>983.071</b>	<b>1.310.846</b>	<b>4.265.147</b>	<b>1.964</b>	<b>5.162</b>	<b>922.873</b>	<b>7.600.775</b>
Custo histórico	122.585	1.370.955	1.705.808	5.636.966	3.314	9.452	922.873	9.771.954
Depreciação acumulada	(10.874)	(387.884)	(394.962)	(1.371.818)	(1.350)	(4.291)	-	(2.171.179)
Adições	-	375	372	6.739	-	88	246.512	254.087
Baixas	(1.772)	-	(12.723)	(14.437)	(517)	(11)	(69.825)	(99.285)
Provisão para custos socioambientais	-	-	9.193	-	-	-	-	9.193
Transferências	500	(3.674)	156.286	989.322	106	518	(1.143.058)	-
Transferências de/para outros ativos - custo (*)	(24)	162	(7.468)	(5.280)	-	(104)	(3.688)	(16.402)
Depreciação	(3.981)	(61.813)	(53.869)	(289.789)	(299)	(730)	-	(410.482)
Baixa da depreciação	-	-	-	142	167	11	-	320
Combinação de negócios	71.646	264.146	106.682	844.162	93	241	330.030	1.617.000
<b>Saldo em 31/12/2014</b>	<b>178.081</b>	<b>1.182.266</b>	<b>1.509.319</b>	<b>5.796.004</b>	<b>1.517</b>	<b>5.176</b>	<b>282.843</b>	<b>8.955.207</b>
Custo histórico	193.158	1.632.774	1.962.231	7.472.089	2.998	10.148	282.843	11.556.241
Depreciação acumulada	(15.077)	(450.507)	(452.911)	(1.676.085)	(1.481)	(4.972)	-	(2.601.034)
Adições	-	-	169	510	-	-	526.672	527.350
Baixas	(1.354)	(414)	(2.663)	(14.530)	(154)	(200)	-	(19.314)
Transferências	2.338	140	26.804	141.625	107	30	(171.044)	-
Reclassificação - custo	(212)	327.441	(499.943)	172.833	22	(141)	-	-
Transferências de/para outros ativos - custo (*)	(24)	2	(6.548)	15.067	(1)	(186)	(1.716)	6.594
Depreciação	(6.258)	(68.444)	(49.662)	(363.170)	(354)	(642)	-	(488.532)
Baixa da depreciação	-	139	204	2.574	48	100	-	3.066
Reclassificação - depreciação	-	(68.711)	68.711	83	-	(83)	-	-
Incorporação de ativos de geração - custo	265	1.589	1.078	4.702	-	80	592	8.307
Incorporação de ativos de geração - depreciação	-	(1.139)	(695)	(2.116)	-	(16)	-	(3.966)
<b>Saldo em 31/12/2015</b>	<b>172.837</b>	<b>1.372.869</b>	<b>1.046.773</b>	<b>5.753.583</b>	<b>1.185</b>	<b>4.118</b>	<b>637.346</b>	<b>8.988.711</b>
Custo histórico	194.171	1.961.532	1.480.835	7.793.623	2.972	9.731	637.346	12.080.210
Depreciação acumulada	(21.334)	(588.663)	(434.061)	(2.040.040)	(1.787)	(5.613)	-	(3.091.498)
Taxa média de depreciação 2015	3,86%	3,66%	3,47%	4,59%	15,86%	8,15%		
Taxa média de depreciação 2014	3,86%	2,99%	2,85%	4,44%	14,29%	11,28%		

(\*) O valor de R\$ 6.594 (R\$ 16.402 em 31 de dezembro de 2014), são referentes a transferências do intangível para imobilizado.

O saldo de imobilizado em curso no consolidado refere-se principalmente a obras em andamento das controladas operacionais e/ou em desenvolvimento, com destaque para os projetos da controlada CPFL Renováveis, com imobilizado em curso de R\$ 612.083 (R\$ 262.225 em 31 de dezembro de 2014).

Em 2015 as controladas Ceran e CPFL Renováveis, em função principalmente do processo de adequação das contas contábeis definidas no novo plano de contas da ANEEL, efetuaram reclassificações principalmente entre as contas de “Edificações, obras civis e benfeitorias”, “Máquinas e equipamentos” e “Reservatórios, barragens e adutoras”. Estes valores estão demonstrados nas linhas de “Reclassificação - custo” e “Reclassificação – Depreciação” e não geraram efeitos relevantes na demonstração do resultado do exercício.

Em conformidade com o CPC 20 (R1) e IAS 23, os juros referentes aos empréstimos tomados pelas controladas para o financiamento das obras são capitalizados durante a fase de construção. No consolidado, para 2015 foram capitalizados R\$ 32.485 (R\$ 4.225 em 2014), vide nota 26.

No consolidado, os valores de depreciação estão registrados na demonstração do resultado, na linha de “Depreciação e amortização” (nota 25).

Em 31 de dezembro de 2015, o valor total de ativos imobilizados concedidos em garantia a empréstimos e financiamentos, conforme mencionado na nota 15, foi de R\$ 3.535.263, estando relacionado à controlada CPFL Renováveis.

**Teste de redução ao valor recuperável dos ativos** - Para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros. O resultado de tal avaliação para todos os exercícios apresentados não apontou indicativos de redução no valor recuperável destes ativos, não havendo, portanto, perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

## ( 13 ) INTANGÍVEL

	Controladora		
	Direito de concessão	Outros ativos intangíveis	Total
	Adquirido em combinações de negócio		
<b>Saldo em 31/12/2013</b>	<b>155.698</b>	<b>5.278</b>	<b>160.975</b>
Custo histórico	426.450	12.038	438.488
Amortização acumulada	(270.752)	(6.760)	(277.512)
Adições	-	1.693	1.693
Amortização	(16.595)	(1.510)	(18.105)
<b>Saldo em 31/12/2014</b>	<b>139.103</b>	<b>5.461</b>	<b>144.564</b>
Custo histórico	426.450	13.731	440.180
Amortização acumulada	(287.347)	(8.270)	(295.617)
Adições	-	891	891
Amortização	(16.184)	(1.589)	(17.773)
Incorporação de intangíveis de geração	-	8	8
<b>Saldo em 31/12/2015</b>	<b>122.919</b>	<b>4.770</b>	<b>127.689</b>
Custo histórico	426.450	14.671	441.120
Amortização acumulada	(303.531)	(9.900)	(313.431)

	<b>Consolidado</b>			
	<b>Direito de concessão</b>		<b>Outros ativos intangíveis</b>	<b>Total</b>
	<b>Adquirido em combinações de negócio</b>	<b>Uso do bem público</b>		
<b>Saldo em 31/12/2013</b>	<b>3.006.556</b>	<b>31.581</b>	<b>33.661</b>	<b>3.071.797</b>
Custo histórico	3.561.212	35.840	77.720	3.674.771
Amortização acumulada	(554.657)	(4.259)	(44.059)	(602.975)
Adições	-	-	8.219	8.219
Amortização	(145.126)	(1.419)	(7.735)	(154.280)
Baixa	-	-	(39)	(39)
Combinação de negócios Rosa dos Ventos/Desa	630.197	-	4.139	634.336
Transferência - Imobilizado	-	-	16.402	16.402
<b>Saldo em 31/12/2014</b>	<b>3.491.626</b>	<b>30.162</b>	<b>54.646</b>	<b>3.576.435</b>
Custo histórico	4.191.292	35.840	107.238	4.334.370
Amortização acumulada	(699.666)	(5.678)	(52.591)	(757.935)
Adições	-	-	5.402	5.402
Amortização	(173.492)	(1.419)	(5.838)	(180.749)
Baixa e Transferência - ativo imobilizado	-	-	(6.667)	(6.667)
Incorporação de intangíveis de geração	-	-	8	8
<b>Saldo em 31/12/2015</b>	<b>3.318.134</b>	<b>28.743</b>	<b>47.552</b>	<b>3.394.429</b>
Custo histórico	4.188.544	35.840	106.021	4.330.404
Amortização acumulada	(870.410)	(7.097)	(58.468)	(935.975)

No consolidado, os valores de amortização estão registrados na demonstração do resultado, nas seguintes rubricas: (i) “depreciação e amortização” para a amortização do Uso do Bem Público e Outros Ativos Intangíveis; e (ii) “amortização de intangível de concessão” para a amortização do ativo intangível adquirido em combinação de negócios (nota 25).

**Teste de redução ao valor recuperável dos ativos** - Para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros. O resultado de tal avaliação para todos os exercícios apresentados não apontou indicativos de redução no valor recuperável destes ativos, não havendo, portanto, perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

#### **( 14 ) FORNECEDORES**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b>
<b>Circulante</b>				
Suprimento de energia elétrica	107.346	114.551	158.526	186.868
Encargos de uso da rede elétrica	136	-	2.795	4.967
Materiais e serviços	5.426	3.788	39.406	78.199
<b>Total</b>	<b>112.908</b>	<b>118.339</b>	<b>200.726</b>	<b>270.035</b>
<b>Não circulante</b>				
Materiais e serviços	-	-	633	633
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>633</b>	<b>633</b>

## ( 15 ) ENCARGOS DE DÍVIDAS, EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora					
	31/12/2015			31/12/2014		
	Encargos - circulante	Principal		Encargos - circulante	Principal	
Circulante		Não circulante	Total		Não circulante	Total
<b>Mensuradas ao custo</b>						
<b>Moeda nacional</b>						
Instituições financeiras	24.604	617.520	642.124	20.114	617.520	637.635
<b>Total ao custo</b>	<b>24.604</b>	<b>617.520</b>	<b>642.124</b>	<b>20.114</b>	<b>617.520</b>	<b>637.635</b>
<b>Mensuradas ao valor justo</b>						
<b>Moeda estrangeira</b>						
Instituições financeiras	277	390.480	390.757	159	265.620	265.779
Marcação a mercado	-	(12.328)	(12.328)	-	(4.348)	(4.348)
<b>Total ao valor justo</b>	<b>277</b>	<b>378.152</b>	<b>378.429</b>	<b>159</b>	<b>261.272</b>	<b>261.431</b>
<b>Gastos com captação</b>	-	-	-	-	(206)	(206)
<b>Total</b>	<b>24.881</b>	<b>995.672</b>	<b>1.020.553</b>	<b>20.274</b>	<b>878.586</b>	<b>898.860</b>

	Consolidado							
	31/12/2015				31/12/2014			
	Encargos - circulante	Principal		Total	Encargos - circulante	Principal		Total
Circulante		Não circulante	Circulante			Não circulante		
<b>Mensuradas ao custo</b>								
<b>Moeda nacional</b>								
Investimento	13.398	376.909	3.614.848	4.005.155	6.764	366.912	3.618.413	3.992.090
Instituições financeiras	27.283	40.000	865.398	932.681	28.418	32.000	936.292	996.710
<b>Total ao custo</b>	<b>40.680</b>	<b>416.909</b>	<b>4.480.246</b>	<b>4.937.836</b>	<b>35.183</b>	<b>398.912</b>	<b>4.554.705</b>	<b>4.988.799</b>
<b>Mensuradas ao valor justo</b>								
<b>Moeda estrangeira</b>								
Instituições financeiras	277	-	390.480	390.757	159	-	265.620	265.779
Marcação a mercado	-	-	(12.328)	(12.328)	-	-	(4.348)	(4.348)
<b>Total ao valor justo</b>	<b>277</b>	<b>-</b>	<b>378.152</b>	<b>378.429</b>	<b>159</b>	<b>-</b>	<b>261.272</b>	<b>261.431</b>
<b>Gastos com captação</b>	-	-	(9.507)	(9.507)	-	-	(8.838)	(8.838)
<b>Total</b>	<b>40.958</b>	<b>416.909</b>	<b>4.848.891</b>	<b>5.306.758</b>	<b>35.342</b>	<b>398.912</b>	<b>4.807.139</b>	<b>5.241.393</b>

Mensuradas ao custo	Consolidado		Remuneração anual	Condições de Amortização	Garantias
	31/12/2015	31/12/2014			
Moeda Nacional					
<b>Investimentos</b>					
<b>CERAN</b>					
BNDES	312.149	360.217	TJLP + 3,69% a 5%	168 parcelas mensais a partir de dezembro de 2005	Penhor de Ações, Direitos Creditórios e Emergente da Concessão, Vinculação de Receitas e Aval da CPFL Energia
BNDES	68.993	54.604	Cesta de moedas + 5% (1)	168 parcelas mensais a partir de fevereiro de 2006	Penhor de Ações, Direitos Creditórios e Emergente da Concessão, Vinculação de Receitas e Aval da CPFL Energia
<b>CPFL Transmissão</b>					
<b>CPFL Renováveis</b>					
FINAME	19.466	17.736	Pré-fixado 3,0%	96 parcelas mensais a partir de julho de 2015	Aval CPFL Energia
FINEM I	290.445	321.088	TJLP + 1,95%	168 parcelas mensais a partir de outubro de 2009	PCH Holding devedora solidária, carta fiança
FINEM II	25.308	28.605	TJLP + 1,90%	144 parcelas mensais a partir de junho de 2011	Fiança da CPFL Energia, bens vinculados em alienação fiduciária e cessão fiduciária dos direitos creditórios
FINEM III	528.527	565.890	TJLP + 1,72%	192 parcelas mensais a partir de maio de 2013	Fiança da CPFL Energia, penhor de quotas, bens vinculados em alienação fiduciária e cessão fiduciária de direitos creditórios
FINEM V	90.679	101.723	TJLP + 2,8% e 3,4%	143 parcelas mensais a partir de dezembro de 2011	PCH Holding 2 e CPFL Renováveis devedora solidária
FINEM VI	79.457	84.176	TJLP + 2,05%	192 parcelas mensais a partir de outubro de 2013	Penhor de Ações da CPFL Renováveis, Cessão de Recebíveis
FINEM VII	156.737	176.252	TJLP + 1,92%	156 parcelas mensais a partir de outubro de 2010	Penhor de Ações, Cessão fiduciária, Alienação fiduciária das máquinas e equipamentos
FINEM IX	32.289	39.581	TJLP + 2,15%	120 parcelas mensais a partir de maio de 2010	Penhor de ações, alienação fiduciária de máquinas e equipamentos, hipoteca de imóveis e carta de fiança
FINEM X	528	827	TJLP + 0%	84 parcelas mensais a partir de outubro de 2010	Penhor de ações, cessão fiduciária, alienação fiduciária das máquinas e equipamentos
FINEM XI	115.676	126.670	TJLP + 1,87% a 1,9%	168 parcelas mensais a partir de janeiro de 2012	Fiança da CPFL Energia, penhor de quotas, bens vinculados em alienação fiduciária e cessão fiduciária de direitos creditórios
FINEM XII	335.894	357.620	TJLP + 2,18%	192 parcelas mensais a partir de julho de 2014	Fiança da CPFL Energia, bens vinculados em alienação fiduciária e cessão fiduciária conjunta de direitos creditórios e penhor de ações
FINEM XIII	296.891	315.596	TJLP + 2,02% a 2,18%	192 parcelas mensais a partir de novembro de 2014	Penhor de ações, penhor de máquinas e equipamentos, cessão fiduciária
FINEM XIV	11.599	19.707	TJLP + 3,50%	120 parcelas mensais a partir de junho de 2007	Penhor de ações, penhor de direitos creditórios, propriedade fiduciária das máquinas e equipamentos a serem adquiridos com os recursos da operação
FINEM XV	31.227	35.392	TJLP + 3,44%	139 parcelas mensais a partir de setembro de 2011	Penhor de ações, cessão dos direitos creditórios, penhor dos direitos emergentes e conta reserva
FINEM XVI	8.500	10.581	Pré-fixado 5,5%	101 parcelas mensais a partir de setembro de 2011	Penhor de ações, cessão dos direitos creditórios, penhor dos direitos emergentes e conta reserva
FINEM XVII	490.786	525.540	TJLP + 2,18%	192 parcelas mensais a partir de janeiro de 2013	Penhor das ações, cessão fiduciária dos direitos creditórios, propriedade fiduciária das máquinas e equipamentos, penhor de direitos emergentes, conta reserva
FINEM XVIII	18.481	23.200	Pré-fixado 4,5%	102 parcelas mensais a partir de junho de 2011	Alienação fiduciária de máquinas e equipamentos, cessão fiduciária dos recebíveis e fiança da CPFL Energia
FINEM XX	31.381	33.488	TJLP + 2,02%	192 parcelas mensais a partir de janeiro de 2014	Penhor de ações, conta reserva, cessão de recebíveis
FINEM XX	52.091	59.533	Pré-fixado 2,5%	108 parcelas mensais a partir de janeiro de 2014	Penhor de ações, conta reserva, cessão de recebíveis
FINEM XX	42.765	45.636	TJLP + 2,02%	192 parcelas mensais a partir de janeiro de 2014	Penhor de ações, conta reserva, cessão de recebíveis
FINEM XXII	45.828	52.375	Pré-fixado 2,5%	108 parcelas mensais a partir de janeiro de 2014	Penhor de ações, conta reserva, cessão de recebíveis
FINEM XXIII	2.305	2.882	Pré-fixado 4,5%	102 parcelas mensais a partir de junho de 2011	Penhor de ações, conta reserva, cessão de recebíveis
FINEM XXIV	136.528	163.476	Pré-fixado 5,5%	108 parcelas mensais a partir de janeiro de 2012	Fiança da CPFL Energia, bens vinculados em alienação fiduciária e cessão fiduciária de direitos creditórios
FINEM XXV	79.010	-	TJLP + 2,18%	192 parcelas mensais a partir de junho de 2015	Penhor de ações e de direitos emergentes, cessão fiduciária de direitos creditórios e de máquinas e equipamentos
FINEM XXVI	270.768	-	TJLP + 2,75%	192 parcelas mensais a partir de julho de 2017 a junho 2033	Penhor de Ações da T-16 e das SPEs, dos aerogeradores, cessão fiduciária dos direitos creditórios, conta Reserva serviço da dívida, conta reserva O&M e conta reserva especial
FINAME IV	3.327	3.773	Pré-fixado 2,5%	96 parcelas mensais a partir de fevereiro 2015	Alienação fiduciária e aval da CPFL Renováveis
FINEP I	1.890	2.383	Pré-fixado 3,5%	61 parcelas mensais a partir de outubro de 2014	Fiança Bancária
FINEP II	10.383	10.366	TJLP - 1%	85 parcelas mensais a partir de junho de 2017	Fiança Bancária
FINEP III	6.374	6.945	TJLP + 3%	73 parcelas mensais a partir de julho de 2015	Fiança Bancária
BNB I	108.835	117.516	Pré-fixado 9,5% a 10%	168 parcelas mensais a partir de janeiro de 2009	Alienação fiduciária, penhor de ações e garantida da SIF Energy
BNB II (a)	165.324	172.430	Pré-fixado 10%	222 parcelas mensais a partir de maio de 2010	Fiança da CPFL Energia
BNB III	30.837	32.591	Pré-fixado 9,5%	228 parcelas mensais a partir de julho de 2009	Fiança, bens vinculados em alienação fiduciária e cessão fiduciária de direitos creditórios
NIB	72.739	74.197	IGPM + 8,63%	50 parcelas trimestrais a partir de junho de 2011	Não existem garantias
Ponte BNDES IV	-	49.494	TJLP + 2,40 %	Parcela única em janeiro de 2016	Fiança Bancária
Banco do Brasil	31.015	36.739	Pré-fixado 10%	132 parcelas mensais a partir de junho de 2010	Penhor de ações, penhor de direitos emergentes e de direitos creditórios, cessão e vinculação de receitas, fiança bancária, seguro garantia e conta reserva
<b>Instituições Financeiras</b>					
<b>CPFL Geração</b>					
Banco do Brasil - Capital de Giro	642.124	637.635	109,5% do CDI	Parcela única em março de 2019	Fiança CPFL Energia
<b>CPFL Renováveis</b>					
HSBC (b)	290.679	322.336	CDI + 0,5%	8 parcelas anuais a partir de junho de 2013	Alienação de ações
<b>Subtotal Moeda Nacional - Custo</b>	<b>4.937.836</b>	<b>4.988.799</b>			
<b>Total Mensuradas ao Custo</b>	<b>4.937.836</b>	<b>4.988.799</b>			
<b>Moeda Estrangeira</b>					
<b>Mensuradas ao valor justo</b>					
<b>Instituições Financeiras</b>					
<b>CPFL Geração</b>					
HSBC	390.757	265.779	US\$ + Libor 3 meses + 1,30% (2)	Parcela única em março de 2017	Aval da CPFL Energia e Nota Promissória
<b>Marcação a mercado</b>	(12.328)	(4.348)			
<b>Total Moeda Estrangeira - Valor Justo</b>	<b>378.429</b>	<b>261.431</b>			
<b>Gastos com captação (*)</b>	<b>(9.507)</b>	<b>(8.838)</b>			
<b>Total Consolidado</b>	<b>5.306.758</b>	<b>5.241.393</b>			

(\*) Conforme CPC 08/IAS 39, referem-se aos gastos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas.  
Possui swap convertendo o custo da operação de variação de moeda para variação taxa de juros em reais, correspondente a:  
(1) 143,95% do CDI  
(2) 104,7% do CDI  
Taxa efetiva:  
a) pré-fixado 10,57%  
b) CDI + 0,73%

Conforme segregado nos quadros acima, a Companhia e suas controladas, em consonância com os CPC's 38 e 39 e IAS 32 e 39, classificam suas dívidas como (i) outros passivos financeiros (ou mensuradas ao custo amortizado), e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos mensurados ao valor justo tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente. Em 31 de dezembro de 2015, o saldo da dívida designada ao valor justo totalizava R\$ 378.429 (R\$ 261.431 em 31 de dezembro de 2014).

As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia. Em 31 de dezembro de 2015, os ganhos obtidos na marcação a mercado das referidas dívidas foi de R\$ 12.328 (R\$ 4.348 em 31 de dezembro 2014), foi compensada com uma perda na marcação de mercado dos instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção da variação cambial (nota 31) no montante de R\$ 7.802 (R\$ 2.863 em 31 de dezembro de 2014) gerando um ganho líquido de R\$ 4.526 (R\$ 1.485 em 31 de dezembro de 2014).

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante, considerando somente os respectivos valores registrados ao custo, têm vencimentos assim programados:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2017	390.480	817.800
2018	-	446.531
2019	617.520	1.075.535
2020	-	446.922
2021	-	336.370
2022 a 2027	-	1.213.878
2028 a 2033	-	505.856
2034 a 2039	-	18.328
Marcação a mercado	(12.328)	(12.328)
<b>Total</b>	<b>995.672</b>	<b>4.848.891</b>

#### Adições no exercício:

<u>Empresa</u>	<u>Banco / Modalidade</u>	<u>R\$ mil</u>			<u>Pagamento de juros</u>	<u>Destinação dos recursos</u>
		<u>Total aprovado</u>	<u>Liberado em 2015</u>	<u>Liberado líquido dos gastos de captação</u>		
<b>Moeda nacional:</b>						
<b>Investimento:</b>						
CPFL Transmissão Piracicaba	FINAME (a)	23.824	3.020	3.020	Trimestralmente	Aquisição de máquinas e equipamentos
CPFL Renováveis	FINEM XXV	84.338	75.732	75.732	Mensalmente	Plano de investimentos da controlada
CPFL Renováveis	FINEM XXVI	764.109	270.642	268.117	Mensalmente	Plano de investimentos da controlada
<b>Instituições Financeiras:</b>						
CPFL Renováveis	Votorantim - Notas promissórias (a)	50.000	50.000	50.000	No vencimento da dívida	Construção de PCH
		<u>922.271</u>	<u>399.394</u>	<u>396.869</u>		

(a) Não há cláusulas restritivas financeiras

(a) Não há cláusulas restritivas financeiras

#### CONDIÇÕES RESTRITIVAS

##### CERAN

Os empréstimos captados junto ao BNDES pela controlada CERAN determina:

- Manutenção de índice de cobertura da dívida ("ICSD"), apurado na controlada Ceran, em 1,3 vezes, durante o período de amortização;
- Restrições ao pagamento de dividendos à controlada CPFL Geração acima do mínimo obrigatório de 25% sem a prévia anuência do BNDES.

**CPFL Renováveis (apurados na controlada CPFL Renováveis e suas controladas, exceto quando mencionado em cada item específico):**

**FINEM I e FINEM VI**

- Manutenção de índice de cobertura da dívida "ICSD" (Saldo de caixa do ano anterior + geração de caixa do ano corrente) / Serviço da dívida do ano corrente) em 1,2 vezes.
- Manutenção de Índice de Capitalização Própria maior ou igual a 25%.

Em dezembro de 2015 e de 2014 a controlada CPFL Renováveis obteve do BNDES a dispensa para apuração do ICSD para o FINEM VI referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014, respectivamente.

**FINEM II e FINEM XVIII**

- Restrição à distribuição de dividendos caso não sejam atingidos Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,0 e Índice de Endividamento Geral menor ou igual a 0,8.

**FINEM III**

- Manutenção de patrimônio líquido/(Patrimônio líquido + Dívidas bancárias líquidas) superior a 0,28 e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas anuais da CPFL Energia;
- Manutenção de índice de dívida bancária líquida/EBITDA menor ou igual a 3,75 e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas anuais da CPFL Energia.

**FINEM V**

- Manutenção de índice de cobertura da dívida em 1,2 vezes;
- Manutenção de índice de capitalização própria igual ou superior a 30%.

Em dezembro de 2014 a controlada obteve do Banco do Brasil a dispensa para apuração do ICSD referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

**FINEM VII, FINEM X e FINEM XXIII**

- Manutenção anual de índice de cobertura da dívida em 1,2 vezes;
- Distribuição de dividendos limitada ao índice Exigível Total dividido pelo Patrimônio Líquido ex-Dividendos menor que 2,33.

**FINEM IX, FINEM XIII e FINEM XXV**

- Manutenção de índice de cobertura do serviço da dívida maior ou igual a 1,3.

**FINEM XXVI**

- Manutenção anual do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida das SPEs maior ou igual a 1,3, durante a vigência do contrato.
- Manutenção anual do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida Consolidado maior ou igual a 1,3, apurado nas demonstrações financeiras consolidadas da controlada Turbina 16, durante a vigência do contrato.

**FINEM XI e FINEM XXIV**

- Manutenção de índice de dívida bancária líquida/EBITDA menor ou igual a 3,75 e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas anuais da CPFL Energia.

**FINEM XII**

- Manutenção anual do índice de cobertura do serviço da dívida das controladas indiretas Campo dos Ventos II Energias Renováveis S.A., SPE Macacos Energia S.A., SPE Costa Branca Energia S.A.,

SPE Juremas Energia S.A. e SPE Pedra Preta Energia S.A. maior ou igual a 1,3, após o início de amortização;

- Manutenção anual do índice de cobertura do serviço da dívida Consolidado maior ou igual a 1,3 apurado nas demonstrações financeiras consolidadas da Eólica Holding S.A., após o início de amortização.

#### FINEM XIV

- Manutenção semestral do Índice de Capital Próprio (ICP), definido pela relação Patrimônio Líquido sobre o Ativo Total, igual ou superior a 30% do investimento total do projeto, bem como Índice de Cobertura do Serviço da dívida igual ou maior a 1,3 durante o período de amortização.

Em junho de 2015, a controlada CPFL Renováveis obteve do BNDES a dispensa para apuração dos dois índices acima, referente ao semestre findo em 30 de junho de 2015.

#### FINEM XV e FINEM XVI

- Manutenção trimestral do Índice de Capitalização Própria (ICP) igual ou superior a 25% (vinte e cinco por cento), definido como a razão entre o Patrimônio Líquido e o Ativo Total;
- Manutenção trimestral do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida de, no mínimo 1,2, durante o período de amortização.

#### FINEM XVII

- Manutenção anual do Índice de Cobertura da Dívida - ICSD igual ou maior a 1,2 durante o período de amortização.
- Manutenção anual do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida Consolidado maior ou igual a 1,3, apurado nas demonstrações financeiras consolidadas da Desa Eólicas.

#### FINEM XIX, FINEM XX, FINEM XXI e FINEM XXII

- Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,2 durante a vigência do contrato.
- Manutenção de Índice de Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 6,0 em 2014, 5,6 em 2015, 4,6 em 2016 e 3,75 em 2017 em diante e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Renováveis, durante a vigência do contrato.
- Manutenção de Índice de Patrimônio Líquido/(Patrimônio Líquido + Dívidas Líquidas) maior ou igual a 0,41 nos anos de 2014 a 2016 e 0,45 em 2017 e em diante, apurado nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Renováveis, durante a vigência do contrato.

Em dezembro de 2014 a controla CPFL Renováveis obteve do BNDES a dispensa para apuração do ICSD e do Índice de Dívida Líquida/EBITDA de cumprimento obrigatório por parte da controladora, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Em dezembro de 2015 a controla CPFL Renováveis obteve do BNDES a anuência para descumprimento do ICSD sem que seja declarado o vencimento antecipado da dívida, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

#### HSBC

- A partir de 2014 há a obrigação de manter a relação entre Dívida Líquida e EBITDA inferior a 4,50 em junho de 2014, 4,25 em dezembro de 2014, 4,00 em junho de 2015 e 3,50 nos demais semestres até a quitação.

#### NIB

- Manutenção semestral de Índice de Cobertura da Dívida em 1,2 vezes;
- Manutenção do coeficiente de endividamento igual ou inferior a 70%;

- Manutenção de Índice de cobertura da duração do financiamento maior ou igual a 1,7.

#### Banco do Brasil

- Manutenção anual do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida de, no mínimo, 1,2, durante o período de amortização.

#### **Captação em moeda estrangeira - HSBC (Lei 4.131)**

A captação em moeda estrangeira realizadas através da Lei 4.131 está sujeita a certas condições restritivas, contemplando cláusulas que requerem da Controladora CPFL Energia a manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos, calculados semestralmente. Os índices exigidos são os seguintes: (i) Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 3,75 e (ii) EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

A definição de EBITDA, para fins de apuração de *covenants*, a garantidora CPFL Energia leva em consideração principalmente a consolidação de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto com base na participação societária direta ou indiretamente detida pela controladora CPFL Energia naquelas empresas (tanto para EBITDA como ativos e passivos).

Diversos empréstimos e financiamentos estão sujeitos à antecipação de seus vencimentos no caso de alterações na estrutura societária da controladora CPFL Energia ou na estrutura societária da Companhia que impliquem na perda, por parte dos atuais acionistas da controladora CPFL Energia, do controle acionário ou do controle sobre a gestão da controladora CPFL Energia, exceto se ao menos um dos acionistas (Camargo Corrêa e Previ) permaneça direta ou indiretamente no bloco de controle da controladora CPFL Energia.

Adicionalmente o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento.

A Administração da Companhia e de suas controladas monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia e de suas controladas, todas as condições restritivas e cláusulas estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2015.

## ( 16 ) DEBÊNTURES E ENCARGOS DE DEBÊNTURES

		31/12/2015				31/12/2014			
		Encargos circulante e não circulante	Circulante	Não Circulante	Total	Encargos circulante	Circulante	Não Circulante	Total
<b>Controladora</b>									
3ª Emissão	Série Única	-	-	-	-	7.687	264.000	-	271.687
5ª Emissão	Série Única	13.382	-	1.092.000	1.105.382	11.236	-	1.092.000	1.103.236
6ª Emissão	Série Única	23.531	-	460.000	483.531	19.446	-	460.000	479.446
7ª Emissão	Série Única	16.770	-	635.000	651.770	13.739	-	635.000	648.739
8ª Emissão	Série Única	3.153	-	80.024	83.177	2.903	-	72.390	75.293
Gastos com captação		-	-	(4.580)	(4.580)	-	(66)	(6.056)	(6.122)
<b>Controladora</b>		<b>56.835</b>	<b>-</b>	<b>2.262.444</b>	<b>2.319.279</b>	<b>55.012</b>	<b>263.934</b>	<b>2.253.333</b>	<b>2.572.278</b>
<b>CPFL Renováveis</b>									
1ª Emissão - Renováveis	Série Única	6.579	43.000	365.500	415.079	5.795	21.500	408.500	435.795
2ª Emissão - Renováveis	Série Única	11.893	-	300.000	311.893	9.603	-	300.000	309.603
3ª Emissão - Renováveis	Série Única	4.589	-	296.000	300.589	-	-	-	-
1ª Emissão - WF2	Série Única	-	-	-	-	2.984	30.000	-	32.984
2ª Emissão -WF2	Série Única	-	-	-	-	10.582	132.000	-	142.582
1ª Emissão - SIIF (*)	1ª a 12ª Série	788	38.965	467.577	507.329	798	36.641	476.329	513.767
1ª Emissão - PCH Holding 2	Série Única	616	8.701	140.792	150.108	57.991	8.701	149.491	216.183
1ª Emissão - DESA	Série Única	862	17.500	17.500	35.862	716	-	35.000	35.716
2ª Emissão - DESA	Série Única	16.487	-	65.000	81.487	6.022	-	65.000	71.022
1ª Emissão - SPE Turbina 16	Série Única	1.810	277.200	-	279.010	-	-	-	-
1ª Emissão - Campo Ventos V	Série Única	374	42.000	-	42.374	-	-	-	-
1ª Emissão - Santa Úrsula	Série Única	276	30.800	-	31.076	-	-	-	-
		<b>44.274</b>	<b>458.165</b>	<b>1.652.369</b>	<b>2.154.808</b>	<b>94.492</b>	<b>228.841</b>	<b>1.434.320</b>	<b>1.757.652</b>
Gastos com captação		-	-	(19.345)	(19.345)	-	-	(18.096)	(18.096)
<b>Consolidado</b>		<b>101.109</b>	<b>458.165</b>	<b>3.895.468</b>	<b>4.454.742</b>	<b>149.503</b>	<b>492.775</b>	<b>3.669.558</b>	<b>4.311.836</b>

(\*) Estas debêntures podem ser conversíveis em ações e, portanto, são consideradas no cálculo do efeito dilutivo para o lucro em ação (nota 22.6)

A controladora possui swap convertendo o componente pré-fixado dos juros da operação para variação de taxa de juros em reais, correspondente a:

(1) de 106,65% a 106,79% do CDI

(2) 100,15% do CDI

		Quantidade em Circulação	Remuneração anual	Taxa Efetiva a.a.	Condições de Amortização	Garantias
<b>Controladora</b>						
<b>3ª Emissão</b>	Série Única	264	107,0% do CDI	108,23% do CDI	Parcela única em abril de 2015	Fiança da CPFL Energia
<b>5ª Emissão</b>	Série Única	10.920	CDI + 1,40%	CDI + 1,48%	2 parcelas anuais a partir de junho de 2017	Fiança da CPFL Energia
<b>6ª Emissão</b>	Série Única	46.000	CDI + 0,75% (1)	CDI + 0,75%	03 Parcelas anuais a partir de agosto de 2018	Fiança da CPFL Energia
<b>7ª Emissão</b>	Série Única	63.500	CDI + 1,06%	CDI + 1,11%	Parcela única em abril de 2019	Fiança da CPFL Energia
<b>8ª Emissão</b>	Série Única	1	IPCA + 5,86% (2)	103,33% do CDI	Parcela única em abril de 2019	Fiança da CPFL Energia
<b>CPFL Renováveis</b>						
<b>1ª Emissão - Renováveis</b>	Série Única	43.000	CDI + 1,70%	CDI + 1,82%	9 parcelas anuais a partir de maio de 2015	Cessão Fiduciária dos dividendos da BVP e PCH Holding
<b>2ª Emissão - Renováveis</b>	Série Única	300.000	114,0% do CDI	115,43% do CDI	5 parcelas anuais a partir de março de 2017	Quirografária
<b>3ª Emissão - Renováveis</b>	Série Única	29.600	117,25% CDI	120,64% CDI	Parcela única em maio de 2020	Quirografária
<b>1ª Emissão - WF2</b>	Série Única	12	CDI + 1,5%	CDI + 1,5%	Parcela única em março de 2015	Quirografária
<b>2ª Emissão -WF2</b>	Série Única	20	CDI + 2,0%	CDI + 2,0%	Parcela única em novembro de 2015	Quirografária
<b>1ª Emissão - SIIF</b>	1ª a 12ª Série	432.299.666	TJLP + 1,0%	TJLP + 1% + 0,6%	39 parcelas semestrais a partir de 2009	Alienação Fiduciária
<b>1ª Emissão - PCH Holding 2</b>	Série Única	1.581	CDI + 1,60%	CDI + 1,80%	9 parcelas anuais a partir de junho de 2015	Fiança da CPFL Renováveis
<b>1ª Emissão - DESA</b>	Série Única	20	CDI + 1,75%	CDI + 1,75%	3 parcelas semestrais a partir de maio 2016	Quirografária
<b>2ª Emissão - DESA</b>	Série Única	65	CDI + 1,34%	CDI + 1,34%	3 parcelas semestrais a partir de abril 2018	Quirografária
<b>1ª Emissão - SPE Turbina 16</b>	Série Única	27.720	112,75% CDI	116,94% CDI	Parcela única em dezembro de 2016	Fiança CPFL Renováveis
<b>1ª Emissão - Campo Ventos V</b>	Série Única	4.200	112,75% CDI	116,94% CDI	Parcela única em dezembro de 2016	Fiança CPFL Renováveis
<b>1ª Emissão - Santa Úrsula</b>	Série Única	3.080	112,75% CDI	116,87% CDI	Parcela única em dezembro de 2016	Fiança CPFL Renováveis

A controladora possui swap convertendo o componente pré-fixado dos juros da operação para variação de taxa de juros em reais, correspondente a:

(1) de 106,65% a 106,79% do CDI

(2) 100,15% do CDI

O saldo de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2017	543.742	681.907
2018	697.667	1.011.818
2019	867.810	1.176.280
2020	153.226	440.055
2021	-	218.143
2022 a 2027	-	308.680
2028 a 2033	-	58.585
<b>Total</b>	<b>2.262.444</b>	<b>3.895.468</b>

### Adições no exercício:

Empresa	Emissão	Quantidade emitida	Montantes R\$ mil		Pagamento de juros	Destinação dos recursos
			Liberado em 2015	Liberado líquido dos gastos de emissão		
CPFL Renováveis - controladora	3a emissão - Série única	29.600	296.000	293.596	Semestralmente	Mudança no perfil de dívidas e melhora na liquidez
CPFL Renováveis - T-16	1a emissão - Série única	27.720	277.200	275.659	Semestralmente	Necessidades de aporte de recursos em projetos
CPFL Renováveis - Campo dos Ventos V	1a emissão - Série única	4.200	42.000	41.757	Semestralmente	Necessidades de aporte de recursos em projetos
CPFL Renováveis - Santa Úrsula	1a emissão - Série única	3.080	30.800	30.618	Semestralmente	Necessidades de aporte de recursos em projetos
			<b>646.000</b>	<b>641.629</b>		

### Condições restritivas:

As debêntures estão sujeitas a certas condições restritivas, contemplando cláusulas que requerem da garantidora (controladora CPFL Energia) de suas controladas a manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos. Os principais índices são os seguintes:

#### CPFL Geração (3ª, 5ª, 6ª, 7ª e 8ª emissões)

Manutenção, pela Companhia, dos seguintes índices: i) Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 3,75; e ii) EBITDA dividido pelo Resultado Financeiro maior ou igual a 2,25.

A definição de EBITDA, para fins de apuração de *covenants*, a garantidora CPFL Energia leva em consideração principalmente a consolidação de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto com base na participação societária direta ou indiretamente detida pela controladora CPFL Energia naquelas empresas (tanto para EBITDA como ativos e passivos).

#### CPFL Renováveis

As emissões de debêntures vigentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 contemplam cláusulas que requerem da controlada CPFL Renováveis a manutenção dos seguintes índices financeiros:

##### 1ª emissão:

- Índice de cobertura do serviço da dívida operacional maior ou igual a 1,00;
- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,05;
- Índice de Dívida Líquida dividido pelo EBITDA menor ou igual 5,6 em 2015, 5,4 em 2016 e 4,6 em 2017, 4,0 em 2018 e 2019 e 3,75 a partir de 2020.;
- EBITDA dividido pela Despesa Financeira Líquida maior ou igual a 1,75

A controlada obteve anuência dos debenturistas para os descumprimentos abaixo:

- (i) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida Operação referente a apuração de junho de 2015, por meio de Assembleia Geral de Debenturistas, realizada em 30 de junho de 2015.
- (ii) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida referente a apuração de dezembro de 2015, por meio de Assembleia Geral de Debenturistas, realizada em 21 de dezembro de 2015.

**2ª e 3ª emissão:**

- Índice de Dívida Líquida dividido pelo EBITDA menor ou igual a 5,6 em 2015, 5,4 em 2016, 4,6 para 2017, 4,0 em 2018 e 2019 e 3,75 a partir de 2020.

**1ª emissão controlada indireta PCH Holding 2 S.A:**

- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida da controlada Santa Luzia maior ou igual a 1,2 a partir de setembro de 2014;
- Índice de Dívida Líquida dividido pelo EBITDA inferior ou igual a 5,6 em 2015, 5,4 em 2016, 4,6 em 2017, 4,0 em 2018 e 2019 e 3,75 a partir de 2020.

**2ª emissão controlada indireta Dobrevê Energia S/A (DESA):**

- Manutenção de Índice de Dívida Líquida dividido pelos Dividendos Recebidos menor ou igual a 5,5 em 2014, 5,5 em 2015, 4,0 em 2016, 3,5 em 2017 e 3,5 em 2018.

**1ª emissão controlada indireta T-16 (Turbina 16 Energia):**

- Manutenção de Índice de Dívida Líquida dividido pelo EBITDA consolidado menor ou igual a 5,6 em 2015.

**1ª emissão controlada indireta Campos dos Ventos V Energias Renováveis:**

- Manutenção de Índice de Dívida Líquida dividido pelo EBITDA consolidado menor ou igual a 5,6 em 2015.

**1ª emissão controlada indireta Santa Úrsula Energias Renováveis:**

- Manutenção de Índice de Dívida Líquida dividido pelo EBITDA consolidado menor ou igual a 5,6 em 2015.

Diversas debêntures das controladas e empreendimentos controlados em conjunto estão sujeitas à antecipação de seus vencimentos no caso de alterações na estrutura societária da Companhia ou na estrutura societária das controladoras CPFL Energia que impliquem na perda, por parte dos atuais acionistas da Companhia, do controle acionário ou do controle sobre a gestão da Companhia.

O não cumprimento das restrições mencionadas acima pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*), dependendo de cada contrato.

A Administração da Companhia e de suas controladas monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia e de suas controladas, todas as condições restritivas e cláusulas estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2015.

## **( 17 ) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA**

A Companhia, através da Fundação CESP, mantém um Plano de Suplementação de Aposentadoria e Pensões para seus empregados.

### **17.1 – Características**

Atualmente vigora para os funcionários da Companhia um Plano de Benefício Misto, com as seguintes características:

- d) Plano de Benefício Definido (“BD”) - vigente até 31 de outubro de 1997 - plano de benefício saldado que concede um Benefício Suplementar Proporcional Saldado (“BSPS”), na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos em data anterior a 31 de outubro de 1997, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da Companhia.
- d) Adoção de um modelo misto, a partir de 1º de novembro de 1997, que contempla:
- Os Benefícios de risco (invalidez e morte) no conceito de benefício definido, em que a responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da Companhia, e
  - As aposentadorias programáveis, no conceito de contribuição variável que consiste em um plano previdenciário que, até a concessão da renda é do tipo contribuição definida, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível ou não em pensão, é que o plano previdenciário passa a ser do tipo Benefício Definido e, portanto, passa a gerar responsabilidade atuarial para a Companhia.

Adicionalmente, para os gestores da Companhia há possibilidade de opção por um Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL (Contribuição Definida), mantido através do Banco do Brasil ou Bradesco.

## 17.2 Movimentações dos planos de benefício definido

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	90.609	88.621
Valor justo dos ativos do plano	(80.332)	(85.360)
<b>Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço</b>	<b>10.277</b>	<b>3.261</b>

As movimentações do valor presente das obrigações atuariais e do valor justo dos ativos do plano são como segue:

	<b>Passivo</b>	
	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b>
<b>Valor presente das obrigações atuariais no início do exercício</b>	<b>88.621</b>	<b>82.167</b>
Custo do serviço corrente bruto	160	152
Juros sobre obrigação atuarial	9.944	9.250
Perda (ganho) atuarial: efeito da alteração de premissas demográficas	(12)	1.113
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	(400)	3.089
Benefícios pagos no ano	(7.704)	(7.150)
<b>Valor presente das obrigações atuariais no final do exercício</b>	<b>90.609</b>	<b>88.621</b>

	Ativo	
	31/12/2015	31/12/2014
<b>Valor justo dos ativos do plano no início do exercício</b>	<b>(85.360)</b>	<b>(83.309)</b>
Rendimento esperado no ano	(9.691)	(9.459)
Contribuições de patrocinadoras	(1.687)	(1.809)
Perda (ganho) atuarial	8.702	2.067
Benefícios pagos no ano	7.704	7.150
<b>Valor justo dos ativos do plano no final do exercício</b>	<b>(80.332)</b>	<b>(85.360)</b>

### 17.3 Movimentação do passivo registrado

As movimentações ocorridas no exercício foram as seguintes:

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
<b>Passivo atuarial líquido no início do exercício</b>	3.261	-
Despesas reconhecidas na demonstração do resultado	413	77
Contribuições da patrocinadora vertidas no exercício	(1.687)	(1.809)
Perda atuarial: efeito da alteração de premissas demográficas	(12)	1.113
Perda atuarial: efeito de premissas financeiras	8.302	3.880
<b>Passivo atuarial líquido no final do exercício</b>	<b>10.277</b>	<b>3.261</b>
Outras contribuições	63	64
<b>Total Passivo</b>	<b>10.340</b>	<b>3.325</b>
<b>Circulante</b>	-	10
<b>Não Circulante</b>	10.340	3.315
	<b>10.340</b>	<b>3.325</b>

### 17.4 Contribuições e benefícios esperados

As contribuições esperadas ao plano para o exercício de 2016 estão estimadas no montante de R\$ 1.331.

Os benefícios esperados a serem pagos pela Fundação CESP nos próximos 10 anos estão apresentados a seguir:

#### Ano de Pagamento

2016	8.214
2017	8.596
2018	8.945
2019	9.343
2020 a 2025	64.037
<b>Total</b>	<b>99.135</b>

Em 31 de dezembro de 2015, a duração média da obrigação do benefício definido foi de 8,4 anos.

A Companhia negociou com a Fundação Cesp carência no valor de pagamento do principal das contribuições mensais dos respectivos planos durante o período de setembro de 2015 a agosto de 2017, com retomada destes pagamentos a partir de setembro de 2017.

### 17.5 Reconhecimento das despesas com entidade de previdência privada:

A estimativa do atuário externo para as despesas a serem reconhecidas no exercício de 2016 e as despesas reconhecidas em 2015, são como segue:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>Estimado</b>	<b>Realizado</b>
	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Custo do serviço	68	160
Juros sobre obrigações atuariais	10.960	9.944
Rendimento esperado dos ativos do plano	(9.742)	(9.691)
<b>Total de Despesa</b>	<b>1.286</b>	<b>413</b>

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial com base nos laudos atuariais preparados para as datas-bases do balanço foram:

	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b>
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:	12,67% a.a.	11,46% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano:	12,67% a.a.	11,46% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários:	6,79% a.a.	8,15% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:	0,0% a .a.	0,0% a .a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para a determinação das taxas nominais acima):	5,00% a.a.	5,00% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral:	AT-2000 (-10)	AT-2000 (-10)
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	Light fraca	Light fraca
Taxa de rotatividade esperada:	ExpR_2012**	ExpR_2012*
Probabilidade de ingresso na aposentadoria:	100% na primeira elegibilidade a um benefício pelo Plano	100% na primeira elegibilidade a um benefício pelo Plano

\* Experiência FUNCESP.

\* Experiência FUNCESP, agravada em 40%.

## 17.6 Ativos do plano

A tabela abaixo demonstra a alocação (por segmento de ativo) dos ativos dos planos de pensão da Companhia, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, administrados pela Fundação CESP. Também é demonstrada a distribuição dos recursos garantidores estabelecidos como meta para 2016, obtidos à luz do cenário macroeconômico em dezembro de 2015.

A composição dos ativos administrados pelos planos é como segue:

	Cotados em mercado ativo		Não cotados em mercado ativo	
	2015	2014	2015	2014
<b>Renda fixa</b>	<b>80%</b>	<b>75%</b>	-	-
Títulos públicos federais	57%	65%	-	-
Títulos privados (instituições financeiras)	5%	5%	-	-
Títulos privados (instituições não financeiras)	1%	1%	-	-
Fundos de investimento multimercado	16%	2%	-	-
Outros investimentos de renda fixa	1%	2%	-	-
<b>Renda variável</b>	<b>13%</b>	<b>18%</b>	-	-
Ações da CPFL Energia	5%	6%	-	-
Fundos de investimento em ações	8%	12%	-	-
<b>Imóveis</b>	-	-	<b>4%</b>	<b>4%</b>
<b>Operações com participantes</b>	-	-	<b>2%</b>	<b>2%</b>
<b>Outros ativos</b>	-	-	<b>1%</b>	<b>1%</b>
Depósitos judiciais e outros	-	-	1%	1%
	<b>93%</b>	<b>93%</b>	<b>7%</b>	<b>7%</b>

Não há propriedades ocupadas pela Companhia entre os ativos do plano. O valor justo das ações apresentadas na linha “Ações da controladora CPFL Energia” em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 4.859 e (R\$ 6.123 em 31 de dezembro de 2014).

	<b>Meta 2016</b>
	<b>Fundação CESP</b>
	<b>CPFL Geração</b>
Renda fixa	81,0%
Renda variável	11,2%
Imóveis	3,9%
Empréstimos e financiamentos	1,5%
Investimentos estruturados	0,2%
Investimentos no exterior	2,1%
	<b>100,0%</b>

A meta de alocação para 2016 foi baseada nas recomendações de alocação de ativos da Fundação CESP efetuada ao final de 2015 em sua Política de Investimentos. Tal meta pode mudar a qualquer momento ao longo do ano de 2016, à luz de alterações na situação macroeconômica ou do retorno dos ativos, dentre outros fatores.

A gestão de ativos visa maximizar o retorno dos investimentos, mas sempre procurando minimizar os riscos de déficit atuarial. Desta forma, os investimentos são efetuados sempre tendo em mente o passivo que os mesmos devem honrar. Uma das principais ferramentas utilizadas para atingir os objetivos da gestão da Fundação CESP é o ALM (*Asset Liability Management* – Gerenciamento Conjunto de Ativos e Passivos), realizado no mínimo uma vez ao ano, para um horizonte superior a 10 anos. O ALM auxilia também no estudo da liquidez dos planos previdenciários, posto que considera o fluxo de pagamento de benefício vis-à-vis os ativos considerados líquidos.

A base utilizada para determinar as premissas do retorno geral estimado sobre os ativos é suportada pelo ALM. As principais premissas são projeções macroeconômicas pelas quais são obtidas as rentabilidades esperadas de longo prazo, levando-se em conta as carteiras atuais dos planos de benefícios. O ALM processa a alocação média ideal dos ativos do plano para o longo prazo e, baseado nesta alocação e nas premissas de rentabilidade dos ativos, é apurada a rentabilidade estimada para o longo prazo.

## 17.7 Análise de sensibilidade

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são taxa de desconto e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado pelo método da unidade de crédito projetada no fim do período de relatório, que é igual ao aplicado no cálculo do passivo da obrigação de benefício definido reconhecido no balanço patrimonial conforme CPC 33 / IFRS 19.

Abaixo temos demonstrados os efeitos na obrigação de benefício definido caso a taxa de desconto fosse 0,25 pontos percentuais mais alta (baixa) e caso a expectativa de vida aumentasse (diminuisse) em um ano para homens e mulheres:

### Valor da obrigação de benefício definido

	<b>CPFL Geração</b>
Obrigação do benefício definido	90.609

### Aumento / (redução) total da obrigação do benefício definido

<u>Premissas</u>	<u>Premissa laudo (A)</u>	<u>Aumento / (redução) (B)</u>	<u>Projetado (A+B)</u>	<u>CPFL Geração</u>	<u>Aumento / (redução) total da obrigação do benefício definido</u>
Taxa de desconto nominal (a.a.)	12,67%	-0,25% 0,25%	12,42% 12,92%	1.929 (1.855)	1.929 (1.855)
Expectativa de vida (anos)	AT-2000(-10)	-1 ano +1 ano		(1.485) 1.446	(1.485) 1.446

## 17.8 Risco de investimento

Os planos de benefícios da Companhia possuem a maior parte de seus recursos aplicados no segmento de renda fixa e, dentro do segmento de renda fixa, a maior parte dos recursos encontra-se aplicado em títulos públicos federais, referenciados ao IGP-M, IPCA e SELIC, que são os índices de correção do passivo atuarial dos planos da Companhia (planos de benefício definido) representando a associação entre ativos e passivos.

Os planos de benefícios da Companhia têm sua gestão monitorada pelo Comitê Gestor de Investimentos e Previdência da Companhia, o qual inclui representantes de empregados ativos e aposentados além de membros indicados pela Companhia. Dentre as tarefas do referido Comitê, está a análise e aprovação de recomendações de investimentos realizadas pelos gestores de investimentos da Fundação CESP o que ocorre ao menos trimestralmente.

Além do controle do risco de mercado através da metodologia da divergência não planejada exigida pela legislação, a Fundação CESP utiliza, para o controle do risco de mercado dos segmentos de Renda Fixa e Renda Variável, as seguintes ferramentas: VaR, *Tracking Risk*, *Tracking Error* e *Stress Test*.

A Política de Investimentos da Fundação CESP impõem restrições adicionais que, em conjunto com aquelas já expressas na legislação, definem os percentuais de diversificação para investimentos em ativos de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica a serem praticados internamente.

## ( 18 ) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
<b>Circulante</b>				
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	-	1	-	829
Programa de integração social - PIS	872	807	3.544	3.247
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	4.268	3.716	16.719	15.061
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	-	-	20.228	18.411
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	-	-	9.770	14.186
Outros	436	477	6.919	6.211
<b>Total</b>	<b>5.576</b>	<b>5.000</b>	<b>57.181</b>	<b>57.945</b>

## ( 19 ) PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Controladora				Consolidado			
	2015		2014		2015		2014	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais
<b>Trabalhistas</b>								
Diversos	488	373	921	497	3.745	920	4.217	941
<b>Cíveis</b>								
Danos pessoais e outros	-	-	-	-	30.348	5.725	30.884	2.195
Outras	-	52	-	-	-	52	-	5.368
	-	52	-	-	30.348	5.777	30.884	7.563
<b>Fiscais - outras</b>								
Outras	-	235	-	173	-	-	-	173
	-	235	-	173	13.706	6.231	13.706	-
	-	235	-	173	13.706	6.231	13.706	173
<b>Outros</b>								
Outros	-	-	-	-	3.015	2.310	3.015	-
<b>Total</b>	<b>488</b>	<b>660</b>	<b>921</b>	<b>670</b>	<b>50.814</b>	<b>15.237</b>	<b>51.822</b>	<b>8.676</b>

As movimentações das provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, estão demonstradas a seguir:

	Consolidado					
	Saldo em 31/12/2014	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2015
Trabalhistas	4.217	1.607	(1.246)	(1.025)	192	3.745
Cíveis	30.884	6.925	(806)	(7.113)	458	30.348
Fiscais	13.706	-	-	-	-	13.706
Outros	3.015	-	-	-	-	3.015
<b>Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas</b>	<b>51.822</b>	<b>8.533</b>	<b>(2.052)</b>	<b>(8.138)</b>	<b>650</b>	<b>50.814</b>

Na rubrica de Outros estão registrados, principalmente, passivos contingentes avaliados ao seu valor justo na combinação de negócios na controlada CPFL Renováveis.

As provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia e suas controladas são parte, cuja probabilidade de perda é

provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia e de suas controladas.

**Perdas possíveis** - A Companhia e suas controladas são parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis, devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas. As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2015 estavam assim representadas: (i) trabalhistas de R\$ 8.046 (R\$ 4.465 em 31 de dezembro de 2014) representadas basicamente por acidentes de trabalho, adicional de periculosidade, horas extras dentre outros.; (ii) cíveis R\$ 271.467 (R\$ 172.017 em 31 de dezembro de 2014), representada, basicamente por danos pessoais e impactos ambientais; (iii) fiscais com R\$ 819.161 (R\$ 634.362 em 31 de dezembro de 2014), sendo basicamente de ações de cobrança retroativas de impostos de Pis, Cofins, ISS, CSSL e IRPJ e iv) regulatórias R\$ 22.852 (R\$ 17.450 em 31 de dezembro de 2014).

A perda possível regulatória esta relacionada com a cobrança do encargo de serviços do sistema – ESS, prevista na Resolução CNPE nº 03, de 06 de março de 2013. O montante do risco total é de R\$ 20.856, sendo R\$ 288 da Companhia, R\$ 12.642 da controlada CPFL Renováveis e R\$ 7.926 da CERAN.

No tocante às contingências trabalhistas, a Companhia informa que há discussão a respeito da possibilidade de alteração do índice de correção adotado pela Justiça do Trabalho. Atualmente há decisão do STF que suspende a alteração levada a efeito pelo TST, a qual pretendia alterar o índice atual praticado pela Justiça do Trabalho (“TR”) pelo IPCA-E. A Suprema Corte considerou que a decisão do TST conferiu interpretação extensiva ilegítima e descumpriu a modulação de efeitos de precedentes anteriores, além de usurpar sua competência para decidir matéria constitucional. Diante de tal decisão, e até que haja nova decisão do STF, continua válido o índice atual praticado pela Justiça do Trabalho (“TR”). Desta forma, a Administração da Companhia e de suas controladas considera como possível o risco de eventuais perdas, e, em função do assunto ainda demandar definição por parte do Judiciário, não é possível estimar com razoável segurança os montantes envolvidos.

Nos processos cíveis há uma ação em que a Companhia em conjunto com Furnas, é citada como ré no qual solicita-se que as referidas empresas promovam medidas reparadoras e mitigadoras relativas aos impactos ambientais causados pela construção e operação da Usina Hidrelétrica Serra da Mesa, cujo montante atribuível à Companhia é estimado em R\$ 17.939 (R\$ 15.024 de 31 de dezembro de 2014).

A Administração da Companhia baseada na opinião de seus assessores legais externos acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

## ( 20 ) USO DO BEM PÚBLICO

Empresas	Consolidado		Quantidade de parcelas restante	Taxa de juros
	31/12/2015	31/12/2014		
CERAN	92.581	84.992	243	IGP-M + 9,6%a.a.
<b>TOTAL</b>	<b>92.581</b>	<b>84.992</b>		
Circulante	9.457	4.000		
Não circulante	83.124	80.992		

## ( 21 ) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Controladora				Consolidado			
	Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Consumidores e concessionárias	36	2	-	-	14.049	2.660	-	-
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	-	-	-	-	11.031	12.988	-	-
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	-	-	-	-	143	179	-	-
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	-	-	-	-	80	90	-	-
Adiantamentos	9	-	30	-	136.542	74.297	8.030	23.843
Provisão para custos socioambientais e desmobilização de ativos	-	-	-	-	-	-	53.378	49.938
Folha de pagamento	1.236	1.213	-	-	2.434	2.455	-	-
Participação nos lucros	1.932	2.039	254	404	10.131	10.640	254	404
Aquisição de negócios	-	-	-	-	29.935	70.419	-	16.152
Outros	-	51	-	-	1.227	12.955	3.496	10.260
<b>Total</b>	<b>3.213</b>	<b>3.304</b>	<b>284</b>	<b>404</b>	<b>205.571</b>	<b>186.683</b>	<b>65.158</b>	<b>100.598</b>

**Adiantamentos:** referem-se substancialmente a adiantamento de clientes relativo ao faturamento antecipado pela controlada CPFL Renováveis, sem que tenha havido ainda o fornecimento de energia ou serviço.

**Provisão para custos socioambientais e desmobilização de ativos:** Referem-se principalmente a provisões constituídas pela controlada CPFL Renováveis, relacionadas a licenças socioambientais decorrentes de eventos já ocorridos e obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamento de terrenos onde estão localizados os empreendimentos eólicos. Tais custos são provisionados em contrapartida ao ativo imobilizado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo.

**Aquisição de negócios:** Refere-se, principalmente a valores registrados pela controlada CPFL Renováveis, relacionados principalmente à aquisição de participação de não controladores. Neste montante inclui saldos advindos da incorporação da WF2, em 1º de outubro de 2014. Anteriormente à aquisição da WF2 pela CPFL Renováveis, a adquirida havia firmado contrato de compra e venda de ações e outras avenças, com os acionistas não controladores da DESA, detentores, naquela data, de 21,14% do capital votante e total da DESA. Mediante referido contrato, os acionistas não controladores de DESA se comprometem em alienar a totalidade de suas ações ao valor total de R\$ 203.000, nos termos e sujeito às condições estabelecidas no contrato. O valor remanescente de R\$ 16.190, em aberto em 31 de dezembro de 2015, vem sendo realizado em cinco parcelas trimestrais, cujo vencimento da última parcela ocorreu em 29 de janeiro de 2016. O valor de cada parcela trimestral será corrigido pela taxa CDI, acrescida de 1,2% ao ano, calculada *pro rata die*.

## ( 22 ) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A CPFL Energia detém 100% do capital social da Companhia, representado por 68.500.209 mil ações ordinárias e 136.991.811 mil ações preferenciais, totalizando 205.492.020 mil ações (68.495.906 mil ações ordinárias e 136.991.811 mil ações preferenciais, totalizando 205.487.717 mil ações, em dezembro de 2014), conforme detalhe na nota 1.1.

### 22.1 – Reserva de capital

O saldo da reserva de capital em 31 de dezembro de 2015 de R\$ 239.760, que compreende: i) R\$ 59.307, refere-se a variações de participação societária na CPFL Renováveis em decorrência do lançamento de ações e ii) R\$ 180.453 pela combinação de negócios com a DESA. De acordo com o ICPC 09 (R2) e IFRS 10 / CPC 36, estes efeitos foram reconhecidos como transações entre acionistas e contabilizado diretamente no Patrimônio Líquido.

## 22.2 – Reserva de lucros

O saldo da reserva de lucros de R\$ 456.969 compreende: i) Reserva Legal de R\$ 136.010, ii) Reserva de Lucros a Realizar de R\$ 157.852 e iii) Reserva estatutária de reforço de capital de giro de R\$ 163.107 constituída em 2015 em função do atual cenário econômico adverso.

## 22.3 – Resultado abrangente acumulado – custo atribuído

O saldo de R\$ 429.272 é representado por: i) Custo atribuído no montante de R\$ 442.815, e ii) Perda atuarial com entidade de previdência privada no montante de R\$ 13.543.

## 22.4 – Distribuição de Dividendo e Juros Sobre o Capital Próprio (“JCP”)

Na AGO de 28 de abril de 2015 foi aprovada a destinação do lucro do exercício de 2014 na forma de: i) reversão de reserva de retenção de lucros para investimento de R\$ 9.699; ii) dividendo intermediário relativo ao lucro do 1º semestre de 2014 de R\$ 116.460; e iii) absorção de prejuízo acumulados de R\$ 64.207.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de novembro de 2015, foi aprovado a declaração de dividendo intermediário relativo ao lucro acumulado existente até setembro de 2015 no montante de R\$ 103.532.

## 22.5 – Destinação do lucro líquido do exercício

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações.

A proposta de destinação do lucro líquido do exercício está demonstrada no quadro a seguir:

<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>240.520</b>
Realização do resultado abrangente	26.119
<b>Lucro líquido base para destinação</b>	<b>266.639</b>
Dividendo intermediário	(103.532)
<b>Base para destinação</b>	<b>163.107</b>
Reserva estatutária de reforço de capital de giro	(163.107)

A Companhia não está constituindo Reserva Legal, por ter ultrapassado o limite estabelecido na legislação societária vigente.

## 22.6 – Lucro por ação básico e diluído

O cálculo do lucro por ação básico e diluído para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 foi baseado no lucro líquido atribuível aos acionistas controladores e o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante os períodos apresentados. Especificamente para o cálculo do lucro por ação diluído, considera-se os efeitos dilutivos de instrumentos conversíveis em ações, conforme demonstrado:

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
<b>Numerador</b>		
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	240.520	16.499
<b>Denominador</b>		
Média ponderada de ações em poder dos acionistas - ações ordinárias	68.496.990.728	68.495.906.264
Média ponderada de ações em poder dos acionistas - ações preferenciais	136.991.810.529	136.991.810.529
Lucro líquido atribuído básico por lote de mil ações ordinárias	1,10	0,08
Lucro líquido atribuído básico por lote de mil ações preferenciais	1,21	0,08
<b>Numerador</b>		
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	240.520	16.499
Efeito dilutivo de debêntures conversíveis da controlada CPFL Renováveis (*)	<u>(19.811)</u>	<u>(17.265)</u>
Lucro (prejuízo) líquido atribuído aos acionistas controladores	220.709	(767)
Lucro (prejuízo) líquido atribuído diluído por lote de mil ações ordinárias	1,01	(0,00)
Lucro (prejuízo) líquido atribuído diluído por lote de mil ações preferenciais	1,11	(0,00)

(\*) Proporcional ao percentual de participação da Companhia na controlada nos respectivos períodos.

O efeito dilutivo do numerador no cálculo de lucro por ação diluído considera os efeitos dilutivos das debêntures conversíveis em ações emitidas por subsidiárias da controlada CPFL Renováveis. Os efeitos foram calculados considerando a premissa de que tais debêntures seriam convertidas em ações ordinárias da controlada no início de cada período.

## ( 23 ) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora				Consolidado			
	GWh (*)		R\$ mil		GWh (*)		R\$ mil	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
<b>Receita de operações com energia elétrica</b>								
<b>Classe de consumidores</b>								
Industrial	-	-	-	-	20	-	7.172	-
Comercial	-	-	-	-	18	-	6.033	-
<b>Fornecimento faturado</b>	-	-	-	-	<b>38</b>	-	<b>13.205</b>	-
Fumas Centrais Elétricas S.A.	3.026	3.026	485.410	471.247	3.026	3.026	485.410	471.247
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas	1.240	1.079	245.065	340.612	8.846	8.276	1.980.827	1.867.379
Energia elétrica de curto prazo	3	139	979	67.631	1.221	1.120	112.647	221.009
<b>Suprimento de energia elétrica</b>	<b>4.269</b>	<b>4.244</b>	<b>731.455</b>	<b>879.489</b>	<b>13.093</b>	<b>12.422</b>	<b>2.578.884</b>	<b>2.559.635</b>
Receita de construção da infraestrutura de concessão			-	-			37.485	67.588
Outras receitas e rendas			6.407	6.141			52.602	11.847
<b>Outras receitas operacionais</b>			<b>6.407</b>	<b>6.141</b>			<b>90.087</b>	<b>79.435</b>
<b>Total da receita operacional bruta</b>			<b>737.862</b>	<b>885.630</b>			<b>2.682.176</b>	<b>2.639.070</b>
<b>Deduções da receita operacional</b>								
ICMS			-	-			(2.767)	(1.075)
PIS			(12.158)	(12.796)			(30.931)	(31.669)
COFINS			(56.001)	(58.949)			(142.556)	(145.952)
ISS			(318)	(311)			(318)	(311)
Reserva global de reversão - RGR			-	-			(2.529)	(2.362)
Programa de P & D e eficiência energética			-	-			(2.744)	(3.182)
Outros			(2.952)	-			(6.823)	-
			<b>(71.429)</b>	<b>(72.056)</b>			<b>(188.667)</b>	<b>(184.552)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>			<b>666.433</b>	<b>813.574</b>			<b>2.493.509</b>	<b>2.454.518</b>

(\*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

## ( 24 ) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	Controladora				Consolidado			
	GWh (*)		R\$ mil		GWh (*)		R\$ mil	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
<b>Energia comprada para revenda</b>								
Energia de curto prazo	-	-	17	46	1.123	970	101.966	110.074
Energia adquirida no ambiente de contratação livre - ACL	1.587	1.218	192.204	319.130	1.608	1.940	306.300	654.980
Crédito de PIS e COFINS	-	-	(17.779)	(21.772)	-	-	(27.491)	(36.910)
<b>Subtotal</b>	<b>1.587</b>	<b>1.218</b>	<b>174.441</b>	<b>297.404</b>	<b>2.731</b>	<b>2.910</b>	<b>380.775</b>	<b>728.144</b>
<b>Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição</b>								
Encargos da rede básica			-	-			69.413	51.846
Encargos de uso do sistema de distribuição			408	-			26.246	19.508
Encargos de serviço do sistema - ESS			-	-			1.542	12
Encargos de energia de reserva - EER			-	-			12	1
Crédito de PIS e COFINS			-	-			(577)	(227)
<b>Subtotal</b>			<b>408</b>	<b>-</b>			<b>96.636</b>	<b>71.139</b>
<b>Total</b>			<b>174.849</b>	<b>297.404</b>			<b>477.412</b>	<b>799.283</b>

(\*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

### Generating Scaling Factor (“GSF”)

As UHEs e algumas PCHs conectadas ao Sistema Interligado Nacional (“SIN”) participam do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, que funciona como um compartilhamento de riscos hidrológicos entre essas usinas, uma vez que as usinas geram energia pelo comando do Operador Nacional do Sistema ONS e/ou pelo regime hidrológico, ou seja, não possuem gestão sobre o momento e montante que geram a energia. A participação neste mecanismo é proporcional à Garantia Física de cada usina, que também se configura como o limite de contrato de venda de energia de cada usina.

Quando o conjunto das usinas do MRE gera energia superior à soma das suas garantias físicas, denominada Energia Secundária, este excedente é liquidado ao valor do Preço de Liquidação das Diferenças – PLD e rateado entre as usinas participantes na proporção de suas garantias físicas. Por outro lado, se a geração do conjunto for inferior à soma das garantias físicas, haverá o *Generating Scaling Factor* (“GSF”), sendo este déficit de energia também alocado na proporção da garantia física de cada usina e consequentemente expondo-a no mercado de curto prazo, valorizando a energia faltante ao PLD.

Nos anos de 2005 a 2012, o GSF anual do MRE ficou acima de 100%, não onerando os geradores hidrelétricos, sendo que a partir do ano de 2013, este cenário começou a se alterar, agravando-se nos anos de 2014 e 2015, quando ficou abaixo dos 100% durante todo o ano.

### Repactuação do Risco Hidrológico de 2015

A Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015 e a Resolução Normativa Aneel nº 684 de 11 de dezembro de 2015, estabeleceram as condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica para os agentes participantes do MRE, com efeito iniciando em 2015, atribuindo regras distintas para os contratos celebrados no Ambiente de Contratação Regulada (“ACR”) e no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”).

A repactuação do risco hidrológico da parcela referente no ACR se deu por meio da transferência do risco hidrológico ao consumidor mediante pagamento de prêmio de risco pelos geradores hídricos de R\$ 9,50/MWh até o final dos contratos de venda de energia ou ao final da concessão, dos dois o menor. O pagamento deste prêmio e a transferência do GSF terão como destino a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias.

Para a parcela do risco hidrológico relativa ao ACL, o risco será mitigado pela compra de Energia de Reserva, com os direitos e obrigações associados a esta aquisição assumido pelos geradores hídricos. Neste caso o prêmio de risco equivale ao preço de R\$ 2,10/MWh pela energia de reserva destinada a seu uso, que será aportado na Conta de Energia de Reserva (CONER).

Os geradores que aderissem à repactuação deveriam encerrar os processos judiciais contra o órgão regulador das concessões e efetuar o pagamento do prêmio de risco referente à transferência do risco de GSF para a CCRBT de 2015.

Em dezembro de 2015, as controladas Ceran e CPFL Renováveis e os empreendimentos controlados em conjunto ENERCAN e Chapecoense aderiram à repactuação de seus contratos do ACR e também cancelaram seus processos judiciais. Portanto, os riscos hidrológicos foram transferidos para a CCRBT.

## ( 25 ) CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora									
	2015									
	Despesa operacional									
	Custo de operação	Gerais e								Total
Vendas		administrativas		Outros						
2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	
Pessoal	9.754	12.894	3.005	-	12.019	11.758	-	-	24.777	24.653
Entidade de previdência privada	413	77	-	-	-	-	-	-	413	77
Material	1.317	324	9	-	173	153	-	-	1.498	478
Serviços de terceiros	1.249	1.719	42	9	9.063	8.011	-	-	10.355	9.740
Depreciação e amortização	64.224	64.563	15	-	868	682	-	-	65.107	65.245
Outros	506	2.057	10	106	2.726	3.592	13.045	20.987	16.286	26.742
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(30)	13	-	-	-	-	(30)	13
Arrendamento e aluguéis	-	-	-	-	457	617	-	-	457	617
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	658	1.479	-	-	658	1.479
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	476	397	-	-	476	397
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	93	12	223	-	-	12	316
Taxa de fiscalização	-	-	-	-	-	-	-	2.400	-	2.400
Perda/(Ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	(3.125)	1.991	(3.125)	1.991
Amortização de intangível de concessão	-	-	-	-	-	-	16.184	16.595	16.184	16.595
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	208	1.920	-	-	-	-	-	-	208	1.920
Outros	298	137	40	-	1.123	876	(15)	-	1.446	1.013
<b>Total</b>	<b>77.463</b>	<b>81.634</b>	<b>3.081</b>	<b>115</b>	<b>24.848</b>	<b>24.198</b>	<b>13.045</b>	<b>20.987</b>	<b>118.437</b>	<b>126.934</b>

	Consolidado											
	2015											
	Despesa operacional											
	Custo de operação	Custo do serviço prestado a terceiros		Gerais e								Total
Vendas		administrativas		Outros								
2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014			
Pessoal	33.688	31.493	-	-	3.005	-	67.197	69.048	-	-	103.889	100.541
Entidade de previdência privada	413	77	-	-	-	-	-	-	-	-	413	77
Material	17.374	7.089	-	-	9	-	1.506	1.427	-	-	18.889	8.516
Serviços de terceiros	98.144	77.210	-	-	42	9	49.415	48.959	-	-	147.601	126.179
Depreciação e amortização	490.062	414.170	-	-	15	-	4.290	4.796	-	-	494.367	418.967
Custos com construção da infraestrutura	-	-	36.118	64.858	-	-	-	-	-	-	36.118	64.858
Outros	34.087	32.929	-	-	346	3.152	12.176	19.518	158.959	154.444	205.568	210.043
Taxa de arrecadação	-	264	-	-	-	-	-	-	-	-	-	264
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-	306	2.601	-	-	-	-	306	2.601
Arrendamento e aluguéis	14.834	11.176	-	-	-	-	7.503	7.865	-	-	22.337	19.041
Publicidade e propaganda	50	232	-	-	-	12	700	1.570	-	-	750	1.815
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	-	9.789	2.054	-	-	9.789	2.054
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	539	12	638	-	-	-	12	1.177
Taxa de fiscalização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.090	-	6.090
Perda/(Ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	(14.519)	2.634	(14.519)	2.634
Amortização de intangível de concessão	-	-	-	-	-	-	-	-	173.493	145.158	173.493	145.158
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	12.149	13.003	-	-	-	-	-	-	-	-	12.149	13.003
Outros	7.054	8.255	-	-	40	-	(5.829)	7.392	(15)	561	1.251	16.208
<b>Total</b>	<b>673.768</b>	<b>562.968</b>	<b>36.118</b>	<b>64.858</b>	<b>3.417</b>	<b>3.161</b>	<b>134.583</b>	<b>143.749</b>	<b>158.959</b>	<b>154.444</b>	<b>1.006.844</b>	<b>929.180</b>

## ( 26 ) RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
<b>Receitas</b>				
Rendas de aplicações financeiras	29.665	62.314	163.544	161.764
Acréscimos e multas moratórias	6	-	2.397	1.601
Atualização de créditos fiscais	4.480	2.570	4.490	2.572
Atualização de depósitos judiciais	57	54	228	54
Atualizações monetárias e cambiais	28.360	-	30.896	119
PIS e COFINS - sobre Outras Receitas Financeiras	(1.491)	-	(5.130)	-
Outros	16.687	6.598	52.449	19.663
<b>Total</b>	<b>77.764</b>	<b>71.537</b>	<b>248.874</b>	<b>185.773</b>
<b>Despesas</b>				
Encargos de dívidas	(415.850)	(392.069)	(991.147)	(848.961)
Atualizações monetárias e cambiais	(35.888)	(16.547)	(109.052)	(23.114)
(-) Juros Capitalizados	-	-	32.485	4.225
Uso do Bem Público - UBP	-	-	(16.028)	(10.649)
Outros	(5.436)	(12.896)	(56.420)	(68.321)
<b>Total</b>	<b>(457.175)</b>	<b>(421.512)</b>	<b>(1.140.162)</b>	<b>(946.820)</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(379.411)</b>	<b>(349.976)</b>	<b>(891.289)</b>	<b>(761.048)</b>

Os juros são capitalizados a uma taxa média de 11,16% a.a. durante o ano de 2015 (8,6% a.a. durante o ano de 2014) sobre os ativos qualificáveis, de acordo com o CPC 20 (R1) e IAS 23.

As rubricas de atualizações monetárias e cambiais contemplam os efeitos dos ganhos e perdas com instrumentos derivativos, sendo apurado um ganho no montante de R\$ 116.998 em 2015 (R\$ 15.732 em 2014), conforme detalhe na nota 31.

## ( 27 ) INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A segregação dos segmentos operacionais da Companhia é baseada na estrutura interna das informações financeiras e da Administração, e é efetuada através da segmentação pelos tipos de negócio: atividades de geração (fontes convencionais e renováveis) e serviços prestados.

Os resultados, ativos e passivos por segmento incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento e também aqueles que possam ser alocados razoavelmente, quando aplicável. Os preços praticados entre os segmentos são determinados com base em transações similares de mercado. A nota explicativa 1 apresenta as subsidiárias de acordo com a sua respectiva área de atuação e contém mais informações sobre cada controlada e seu respectivo ramo de negócio e segmentos.

Estão apresentadas a seguir as informações segregadas por segmento de acordo com os critérios estabelecidos pela Administração da Companhia:

2015	Geração (Fontes convencionais)	Geração (Fontes renováveis)	Outros	Eliminações	Total
Receita operacional líquida	946.542	1.499.356	47.611	-	2.493.509
(-) Vendas entre segmentos	1.269	98.920	4	(100.193)	-
Resultado do serviço	537.502	460.778	10.974	-	1.009.253
Receita financeira	109.078	139.080	716	-	248.874
Despesa financeira	(540.207)	(599.348)	(607)	-	(1.140.162)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	323.257	510	11.082	-	334.849
Imposto de renda e contribuição social	(36.764)	(49.222)	(2.965)	-	(88.950)
Lucro (prejuízo) líquido	286.494	(48.712)	8.117	-	245.899
Total do ativo (*)	4.474.856	11.904.102	128.474	-	16.507.433
Aquisições do imobilizado e outros intangíveis	6.605	493.584	78	-	500.267
Depreciação e amortização	(127.276)	(540.578)	(5)	-	(667.859)

2014	Geração (Fontes convencionais)	Geração (Fontes renováveis)	Serviços	Eliminações	Total
Receita operacional líquida	1.139.396	1.247.627	67.495	-	2.454.518
(-) Vendas entre segmentos	1.244	132.616	-	(133.861)	-
Resultado do serviço	492.151	231.363	2.469	-	725.983
Receita financeira	86.065	98.991	716	-	185.773
Despesa financeira	(482.518)	(463.988)	(314)	-	(946.820)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	95.699	(133.634)	2.871	-	(35.065)
Imposto de renda e contribuição social	(33.205)	(33.645)	(981)	-	(67.831)
Lucro (prejuízo) líquido	62.494	(167.279)	1.890	-	(102.895)
Total do ativo (*)	4.371.530	11.635.876	99.768	-	16.107.174
Aquisições do imobilizado e outros intangíveis	6.191	251.106	-	-	257.297
Depreciação e amortização	(131.940)	(432.185)	-	-	(564.125)

(\*) Os intangíveis, líquidos de amortização, foram alocados nos respectivos segmentos

## ( 28 ) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia tem como controlador a CPFL Energia, que tem como acionistas controladores as seguintes Companhias:

- **ESC Energia S.A.**

Companhia controlada pelo grupo Camargo Corrêa, que atua em segmentos diversificados como construção, cimento, calçados, têxtil, alumínio e concessão de rodovias, entre outros.

- **Energia São Paulo Fundo de Investimento em Ações**

Companhia controlada pelos seguintes fundos de pensão: (a) Fundação CESP, (b) Fundação SISTEL de Seguridade Social, (c) Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS, e (d) Fundação SABESP de Seguridade Social - SABESPREV.

- **Bonaire Participações S.A.**

Companhia controlada pela Energia São Paulo Fundo de Investimento em Ações.

- **BB Carteira Livre I - Fundo de Investimento em Ações**

Fundo controlado pela PREVI - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil.

As participações diretas e indiretas em controladas operacionais estão descritas na nota 1.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores, controladas e coligadas, entidades com controle conjunto, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influências significativas sobre a Companhia.

As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir:

- a) **Saldo bancário e aplicação financeira** - Refere-se basicamente a saldos bancários e aplicações financeiras junto a instituições financeiras, conforme descrito na nota 5. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas possuem Fundos de Investimentos Exclusivos, sendo um dos administradores o BB DTVM.
- b) **Empréstimos financiamentos, debêntures e derivativos** - Corresponde a captação de recursos junto a instituições financeiras conforme condições descritas na nota 15.
- c) **Outras operações financeiras** - Os valores de despesa relacionados ao Banco Bradesco referem-se a custos bancários, despesas associadas ao processo de arrecadação e despesas de escrituração.
- d) **Venda de energia** - Refere-se basicamente à venda de energia, através de contratos de curto ou longo prazo realizados em condições consideradas pela Companhia como sendo as de mercado à época da negociação, em consonância com as políticas internas pré-estabelecidas pela Administração da Companhia.
- e) **Compra de energia** - Refere-se basicamente à aquisição de energia através de contratos de curto ou longo prazo, em consonância com as políticas internas pré-estabelecidas pela Administração.
- f) **Material e prestação de serviços** - Referem-se à aquisição cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de geração, e contratação de serviços como construção civil e consultoria em informática. .
- g) **Arrendamento e aluguel – Correspondem a compartilhamento da infra-estrutura.**

A Companhia possui plano de suplementação de aposentadoria mantido junto à Fundação CESP e oferecido aos respectivos empregados. Estes planos detêm investimentos em ações da controladora CPFL Energia (nota 17).

Para zelar para que as operações comerciais com partes relacionadas sejam realizadas em condições usuais de mercado, a controladora, CPFL Energia, possui um “Comitê de Partes Relacionadas”, formado por representantes dos acionistas controladores, que analisa as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

A Companhia renegociou para pagamento em janeiro de 2016, o vencimento de faturas de compra de energia com os empreendimentos controlados em conjunto BAESA, cujos vencimentos originais eram de julho a dezembro de 2015.

A remuneração total do pessoal-chave da administração para o exercício de 2015, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560/2008 foi de R\$ 12.200 (R\$ 12.208 em 2014). Este valor é composto por R\$ 12.107 (R\$ 11.824 em de 2014) referente a benefícios de curto prazo e R\$ 110 (R\$ 87 em 2014) de benefícios pós-emprego e reversão de provisão de R\$ 17 (provisão de R\$ 297 em 2014) de outros benefícios em 2014, valores registrados pelo regime de competência.

**28.1) Transações entre partes relacionadas envolvendo acionistas controladores da CPFL Energia, entidades sob o controle comum ou influência significativa:**

Empresas	Consolidado							
	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	2015	2014	2015	2014
<b>Saldo Bancário e Aplicação Financeira</b>								
Banco do Brasil S.A.	113.809	96.007	-	-	28.450	12.113	-	-
Banco Bradesco S.A. (*)	758.940	-	-	-	121.201	-	-	-
<b>Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Derivativos</b>								
Banco do Brasil S.A.	-	-	2.107.920	2.002.345	-	-	223.625	214.472
Banco Bradesco S.A. (*)	-	-	608.062	-	-	-	83.655	-
<b>Outras Operações Financeiras</b>								
Banco Bradesco S.A. (*)	-	-	-	-	122	-	-	-
<b>Venda de energia</b>								
Aliança Gestão de Energia S.A.	-	-	-	-	1	-	-	-
Companhia Energética de Pernambuco - CELPE	517	850	-	-	6.997	6.244	-	-
Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA	582	760	-	-	14.419	12.538	-	-
Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN	227	280	-	-	2.542	2.369	-	-
Companhia Hidrelétrica Teles Pires S.A.	-	-	-	-	17	-	-	-
Energetica Águas da Pedra S.A.	-	-	-	-	2	-	-	-
InterCement Brasil S.A.	-	-	-	-	1	-	-	-
Itapebi Geração de Energia S.A.	-	-	-	-	1	-	-	-
NC Energia S.A.	-	-	-	-	5.336	-	-	-
Norte Energia S.A.	1	-	-	-	1	-	-	-
Samarco Mineração S.A.	-	-	-	-	1	-	-	-
Termopernambuco S.A.	-	-	-	-	3	-	-	-
ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico	-	-	-	-	1	-	-	-
Vale Energia S.A.	7.843	7.371	-	-	92.353	87.077	-	-
<b>Compra de energia</b>								
Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A.	-	-	-	-	-	-	108	76
Companhia Energética de Pernambuco - CELPE	-	-	-	-	-	-	206	-
Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA	-	-	-	-	-	-	46	-
Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN	-	-	-	191	-	-	-	1.063
SE Naranjiba S.A.	-	-	-	-	-	-	12	12
<b>Material e Prestação de Serviço</b>								
Banco do Brasil S.A.	-	-	-	-	-	-	170	163
Banco Bradesco S.A. (*)	-	-	2	-	-	-	19	163
TOTVS	-	-	-	-	-	-	2	8
LUPATECH	-	-	-	-	-	-	2	-
<b>Outras Receitas</b>								
Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN	-	-	-	-	-	19	-	-
Ferrovia Centro-Atlântica S.A.	-	-	-	-	-	-	22	-

(\*) Parte relacionada a partir de 2015.

**28.2) Transações entre partes relacionadas envolvendo controladas e controladas em conjunto da CPFL Energia S.A., são como segue:**

Empresas	Consolidado							
	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	2015	2014	2015	2014
<b>Alocação de despesas entre empresas</b>								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	-	-	-	-	1.643	1.614
Companhia Piratininga de Força e Luz	-	-	-	-	-	-	495	372
Companhia Luz e Força Santa Cruz	-	-	-	-	-	-	(31)	(38)
Companhia Leste Paulista de Energia	-	-	-	3	-	-	(9)	(11)
Companhia Sul Paulista de Energia	-	-	-	9	-	-	(12)	(15)
Companhia Jaguarí de Energia	-	-	-	1	-	-	(7)	(8)
Companhia Luz e Força de Mococa	-	-	-	3	-	-	(6)	(7)
Rio Grande Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	(175)	(216)
CPFL Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	(154)	-
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	-	-	-	-	-	-	(59)	(73)
<b>Arrendamento e Aluguel</b>								
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	-	97	-	-	232	388
<b>AFAC</b>								
CPFL Transmissão Piracicaba S.A.	10.315	59.495	-	-	-	-	-	-
CPFL Transmissão Morro Agudo S.A.	6.100	-	-	-	-	-	-	-
<b>Dividendos/Juros sobre o capital próprio</b>								
Centrais Elétricas da Paraíba S.A.	29.933	14.891	-	-	-	-	-	-
BAESA - Energética Barra Grande	20	96	-	-	-	-	-	-
Campos Novos Energia	30.905	24.816	-	-	-	-	-	-
CERAN - Companhia Energética Rio das Antas	11.463	5.798	-	-	-	-	-	-
Chapecoense Geração	28.417	12.128	-	-	-	-	-	-
CPFL Energia S/A	-	-	103.532	-	-	-	-	-
CPFL Transmissão Piracicaba S.A.	1.930	-	-	-	-	-	-	-
CPFL Sul Centrais Elétricas Ltda	4.000	4.000	-	-	-	-	-	-
<b>Contratos de Mútuos</b>								
Socios não controladores	-	6.281	-	-	-	-	-	-
<b>Materiais e Prestação de Serviços</b>								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	-	-	-	-	-	1.204	-
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	-	-	-	-	4	3
Rio Grande Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	36	-
Geração de Energia	-	-	-	-	-	-	1.460	1.183
Centrais Elétricas da Paraíba S.A.	(4)	(4)	-	191	-	182	-	-
BAESA - Energética Barra Grande	66	66	7	6	1.579	1.465	-	-
ENERCAN - Campos Novos Energia	-	-	7	6	1.579	1.465	-	-
CERAN - Companhia Energética Rio das Antas	-	-	-	-	1.698	-	-	-
Chapecoense Geração S.A.	-	-	-	-	1.887	1.491	-	-
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	-	-	4.476	211	-	-	-	-
Nect Serviços Adm. Ltda.	-	-	656	193	-	-	2.921	2.048
CHIMAY Empresa de Participações Ltda.	-	-	2.464	2.256	-	-	-	-
<b>Venda de Energia</b>								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	45.631	97.878	-	-	351.723	449.231	-	-
Companhia Paulista de Força e Luz	95.279	66.782	-	-	212.875	115.618	-	-
Companhia Piratininga de Força e Luz	21.245	5.984	-	-	115.196	64.771	-	-
Companhia Luz e Força Santa Cruz	76	70	-	-	1.000	509	-	-
Companhia Leste Paulista de Energia	-	-	-	-	1	-	-	-
Companhia Sul Paulista de Energia	-	-	-	-	3.109	-	-	-
Rio Grande Energia S.A.	21	15	-	-	247	211	-	-
BAESA -Energética Barra Grande S.A.	-	-	-	-	8	-	-	-
Campos Novos Energia S.A.	-	-	-	-	1	-	-	-
Foz do Chapecó Energia S.A.	-	-	-	-	1	-	-	-
CPFL Renováveis S.A.	-	-	2.464	-	4	-	-	-
<b>Compra de Energia</b>								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	-	19.497	28.980	-	-	85.749	261.437
CPFL Comercialização Cone Sul S.A.	-	-	-	-	-	-	-	122
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	388	345	-	-	4.527	3.277
Companhia Leste Paulista de Energia	-	-	-	-	-	-	184	297
Companhia Jaguarí de Energia	-	-	-	-	-	-	20	64
Rio Grande Energia S.A.	-	-	6	5	-	-	55	60
BAESA -Energética Barra Grande	-	-	88.015	88.863	-	-	112.870	107.640
Companhia Sul Paulista de Energia	-	-	-	-	-	-	-	39
Companhia Luz e Força de Mococa	-	-	-	-	-	-	-	57
CPFL Transmissão Piracicaba S.A.	-	-	-	-	-	-	4	-

## ( 29 ) SEGUROS

Descrição	Ramo da apolice	Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014
Ativo imobilizado	Incêndio, raio, explosão, quebra de máquinas, danos elétricos e risco de engenharia	1.282.400	1.188.422	6.627.578	4.975.670
Material estocado	Incêndio, raio, explosão e roubo	-	-	7.362	6.636
Automóveis	Cobertura compreensiva	390	392	1.445	1.136
Responsabilidade civil	Distribuidoras de energia elétrica	1.330	744	99.330	148.744
Pessoas	Vidas em grupo e acidentes pessoais	7.535	8.172	103.114	92.207
Outros	Riscos operacionais e outros	5.353	3.746	177.744	169.339
<b>Total</b>		<b>1.297.008</b>	<b>1.201.477</b>	<b>7.016.573</b>	<b>5.393.732</b>

Informações não examinadas pelos auditores independentes

## ( 30 ) GESTÃO DE RISCOS

Os negócios da Companhia e de suas controladas compreendem a geração de energia elétrica.

### Estrutura do gerenciamento de risco

Compete ao Conselho de Administração da controladora CPFL Energia orientar a condução dos negócios, observando, dentre outros, o monitoramento dos riscos empresariais, exercido através do modelo de gerenciamento corporativo de riscos adotado pela Companhia. A Diretoria Executiva tem a atribuição de desenvolver os mecanismos para mensurar o impacto das exposições e probabilidade de ocorrência, acompanhar a implantação das ações para mitigação dos riscos e dar ciência ao Conselho de Administração. Para auxiliá-la neste processo existe: i) o Comitê Executivo de Gestão de Riscos, com a missão de auxiliar na identificação dos principais riscos de negócios, contribuir nas análises de mensuração do impacto e da probabilidade e na avaliação das ações de mitigação endereçadas ii) a Diretoria de Gestão de Riscos e Controles Internos, responsável pela coordenação do processo de gestão de riscos, desenvolvendo e mantendo atualizadas metodologias de Gestão Corporativa de Riscos que envolvem a identificação, mensuração, monitoramento e reporte dos riscos aos quais o Grupo CPFL está exposto.

A política de gerenciamento de risco foi estabelecida para identificar, analisar e tratar os riscos enfrentados pela Companhia e suas controladas, que inclui revisões do modelo adotado sempre que necessário para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do grupo, objetivando o desenvolvimento de um ambiente de controle disciplinado e construtivo.

O Conselho da Administração do Grupo no seu papel de supervisão conta ainda com o apoio do Comitê de Processos de Gestão de Riscos na orientação dos trabalhos de Auditoria Interna, Gestão de Riscos e Compliance. A Auditoria Interna realiza tanto revisões regulares como *ad hoc* para assegurar o alinhamento dos processos às diretrizes e estratégias dos acionistas e da Administração.

Ao Conselho Fiscal da controladora CPFL Energia compete, entre outros, certificar que a administração tem meios para identificar os riscos sobre elaboração e divulgação das demonstrações financeiras aos quais a Companhia está exposta bem como monitorar a eficácia do ambiente de controles.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como seguem:

**Risco de taxa de câmbio:** Esse risco decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira e parcela da receita do empreendimento controlado em conjunto ENERCAN de contratos de venda de energia com correção anual de parte da tarifa baseada

na variação do dólar. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está substancialmente coberta por operações financeiras de *swap*, o que permitiu à Companhia e suas controladas trocarem os riscos originais da operação para o custo relativo à variação do CDI. A exposição relativa à receita da ENERCAN foi protegida com a contratação de instrumento financeiro do tipo *zero-cost collar*, descrito na nota 31.b.1. A quantificação destes riscos está apresentada na nota 31.

**Risco de taxa de juros:** Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. As controladas têm buscado aumentar a participação de empréstimos pré indexados ou atrelados a indicadores com menores taxas e baixa flutuação no curto e longo prazo. A quantificação deste risco está apresentada na nota 31.

**Risco de crédito:** O risco surge da possibilidade das controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado pelas controladas como baixo.

**Risco quanto à escassez de energia:** A energia vendida pelas controladas é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação de seu volume, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica ou adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001.

As condições de armazenamento do Sistema Interligado Nacional (“SIN”) apresentaram uma melhora nos últimos meses, apesar do nível baixo do armazenamento no subsistema Nordeste. A melhora da condição do armazenamento do SIN, associada à redução da demanda verificada nos últimos meses e a disponibilidade de geração termelétrica, reduzem de forma importante a probabilidade de cortes de carga adicionais.

**Risco de aceleração de dívidas:** A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros. Essas cláusulas restritivas são monitoradas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, se atendidas nas periodicidades exigidas contratualmente ou se obtida a anuência prévia dos credores para o não atendimento.

#### **Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros**

A Companhia e suas controladas mantêm políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado.

**Controles para gerenciamento dos riscos:** Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, a Companhia e suas controladas utilizam-se de sistema de software (Luna e Bloomberg), tendo condições de calcular o Mark to Market, Stress Testing e Duration dos instrumentos, e avaliar os riscos aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia e suas controladas suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que a Companhia e suas controladas têm a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a Administração considera como risco. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas não realizam transações envolvendo derivativos especulativos.

## ( 31 ) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

Categoria	Mensuração	Nível(*)	Controladora				Consolidado				
			31/12/2015		31/12/2014		31/12/2015		31/12/2014		
			Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo	
<b>Ativo</b>											
Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	(a)	(2)	Nível 1	139.258	139.258	179.017	179.017	831.261	831.261	610.601	610.601
Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	(a)	(2)	Nível 2	56.110	56.110	182.451	182.451	393.377	393.377	680.931	680.931
Títulos e valores mobiliários	(a)	(2)	Nível 1	-	-	-	-	23.633	23.633	5.324	5.324
Derivativos (nota 31)	(a)	(2)	Nível 2	166.041	166.041	29.470	29.470	166.041	166.041	29.470	29.470
Derivativos - zero-cost collar (nota 31)	(a)	(2)	Nível 3	8.820	8.820	-	-	8.820	8.820	-	-
				<b>370.228</b>	<b>370.228</b>	<b>390.937</b>	<b>390.937</b>	<b>1.423.131</b>	<b>1.423.131</b>	<b>1.326.325</b>	<b>1.326.325</b>
<b>Passivo</b>											
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos (nota 15)	(c)	(1)	Nível 2 (**)	642.124	640.826	637.429	649.088	4.928.329	4.046.922	4.979.962	4.339.881
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos (nota 15) (**)	(a)	(2)	Nível 2	378.429	378.429	261.431	261.431	378.429	378.429	261.431	261.431
Debêntures - principal e encargos (nota 16)	(c)	(1)	Nível 2 (***)	2.319.279	2.288.424	2.572.278	2.610.042	4.454.742	3.527.898	4.311.836	3.817.844
Derivativos (nota 31)	(a)	(2)	Nível 2	5.648	5.648	2.777	2.777	5.648	5.648	2.777	2.777
Derivativos - zero-cost collar (nota 31)	(a)	(2)	Nível 3	2.441	2.441	-	-	2.441	2.441	-	-
				<b>3.347.921</b>	<b>3.315.768</b>	<b>3.473.915</b>	<b>3.523.338</b>	<b>9.769.589</b>	<b>7.961.338</b>	<b>9.556.006</b>	<b>8.421.933</b>

(\*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo

(\*\*) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, o consolidado apresentou um ganho de R\$ 7.980 em 2015 (R\$ 8.293 em 2014)

(\*\*\*) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1) IFRS 7

### Legenda

Categoria:	Mensuração:
(a) - Valor justo contra o resultado	(1) - Mensurado ao custo amortizado
(b) - Disponível para venda	(2) - Mensurado ao valor justo
(c) - Outros passivos financeiros	

Os instrumentos financeiros cujos valores registrados se aproximam dos valores justos na data destas demonstrações financeiras, devido à natureza destes saldos, são:

- Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias, (ii) coligadas, controladas e controladora, (iii) ativo financeiro da concessão das transmissoras e, (iv) cauções, fundos e depósitos vinculados;
- Passivos financeiros: (i) fornecedores, (ii) taxas regulamentares, (iii) uso do bem público, (iv) consumidores e concessionárias a pagar, (v) Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, (vi) Empresa de Pesquisa Energética - EPE, e (vii) contas a pagar de aquisição de negócios.

Adicionalmente, não houve em 2015 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

### a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais.

O CPC 40 (R1) e IFRS 7 requerem a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O CPC 40 (R1) e IFRS 7 também definem informações observáveis como dados de mercado obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes são dados não observáveis de mercado.

Adicionalmente, as principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo do derivativo “zero-cost collar”, cuja classificação de hierarquia de valor justo é Nível 3, estão divulgadas na nota 31 b.1).

## b) Instrumentos derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge*) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização dos instrumentos derivativos. A Companhia possui *hedge* cambial em volume compatível com a exposição cambial líquida, incluindo todos os ativos e passivos atrelados à variação cambial.

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos. Adicionalmente, a Companhia contratou em 2015, derivativo do tipo *zero-cost collar* (vide item b.1 abaixo).

Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia, possui prazos perfeitamente alinhados com as respectivas dívidas protegidas (nota 15 e 16), e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo. As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia detinha as seguintes operações de derivativos, todas negociadas no mercado de balcão:

Estratégia / Empresa / Contrapartes	Valores de mercado (contábil)		Valores justos, líquidos	Valores a custo, líquidos	Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda / indexador	Vencimento final	Nocional
	Ativo	Passivo						
<b>Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo:</b>								
<b>Hedge variação cambial:</b>								
HSBC	149.331	-	149.331	157.133	(7.802)	dólar	03/2017	232.520
<b>Derivativos de proteção de dívidas não designadas a valor justo:</b>								
<b>Hedge variação cambial:</b>								
Votorantim	16.710	-	16.710	16.963	(253)	dólar	12/2016	44.282
<b>Hedge variação índice de preços:</b>								
Santander	-	(713)	(713)	3.104	(3.817)	IPCA	04/2019	35.235
JP Morgan	-	(713)	(713)	3.104	(3.817)	IPCA	04/2019	35.235
<b>Subtotal</b>	<b>-</b>	<b>(1.426)</b>	<b>(1.426)</b>	<b>6.208</b>	<b>(7.634)</b>			
<b>Hedge variação de taxa de juros (1):</b>								
Votorantim	-	(4.221)	(4.221)	(241)	(3.980)	CDI	08/2020	460.000
<b>Outros derivativos (2):</b>								
Itaú	2.843	(1.831)	1.012	-	1.012	dólar	09/2020	34.858
Votorantim	1.989	(611)	1.378	-	1.378	dólar	09/2020	34.858
Santander	3.989	-	3.989	-	3.989	dólar	09/2020	42.100
<b>Subtotal</b>	<b>8.820</b>	<b>(2.441)</b>	<b>6.380</b>	<b>-</b>	<b>6.380</b>			
<b>Total</b>	<b>174.861</b>	<b>(8.089)</b>	<b>166.774</b>	<b>180.063</b>	<b>(13.289)</b>			
Circulante	23.920	-						
Não circulante	150.941	(8.089)						
<b>Total</b>	<b>174.861</b>	<b>(8.089)</b>						

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide notas 15 e 16.

(1) Os swaps para hedge de taxa de juros possuem validade semestral, assim o valor nocional reduz-se conforme ocorre a amortização da dívida.

(2) Devido às características deste derivativo (zero-cost collar), o nocional está apresentado em dólar norte americano.

A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratarem de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para os exercícios de 2015 e 2014, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado consolidado, registrados na rubrica de despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais:

Risco protegido / operação	Ganho (Perda)	
	2015	2014
Variação de taxas de juros	2.600	303
Variação cambial	122.294	21.650
Marcação a mercado	(7.896)	(6.221)
	<b>116.998</b>	<b>15.732</b>

#### b.1) Contratação de derivativo pela CPFL Geração (zero-cost collar)

Em 2015 a Companhia contratou operação de compra de opções de venda (*put options*) e venda de opções de compra (*call options*) em dólar, ambas tendo a mesma instituição como contraparte, e que combinadas caracterizam uma operação usualmente conhecida como *zero-cost collar*. A contratação desta operação não apresenta caráter especulativo, tendo como objetivo minimizar eventuais impactos negativos na receita futura do empreendimento controlado em conjunto ENERCAN, que possui contratos de venda de energia com correção anual de parte da tarifa baseada na variação do dólar. Adicionalmente, na visão da Administração, o cenário atual é favorável para contratação deste tipo de instrumento financeiro, considerando a alta volatilidade implícita nas opções de dólar e o fato de que não há custo inicial para este tipo de operação.

O montante total contratado foi de US\$ 111.817, com vencimentos entre 1º de outubro de 2015 a 30 de setembro de 2020. Em 31 de dezembro de 2015 o montante total contratado é de US\$ 107.434, consideradas as opções já liquidadas no quarto trimestre de 2015. Os preços de exercício das opções de dólar variam de R\$4,20 a R\$4,40 para as *put options* (opções de venda) e de R\$ 5,40 a R\$7,50 para as *call options* (opções de compra).

Estas opções foram mensuradas a valor justo de forma recorrente conforme requerimentos do IAS 39/CPC 38. O valor justo das opções que são parte desta operação foi calculado com base nas seguintes premissas:

Técnica(s) de avaliação e informações-chave	Foi utilizado o Modelo de Black Scholes de Precificação de Opções, o qual visa obter o preço justo das opções, envolvendo as seguintes variáveis: valor do ativo objeto, preço de exercício da opção, taxa de juros, prazo e volatilidade.
Informações não observáveis significativas	Volatilidade determinada com base nos cálculos da precificação média do mercado, dólar futuro e outras variáveis aplicáveis a essa operação em específico, com variação média de 22,9%.
Relação entre informações não observáveis e valor justo (sensibilidade)	Um pequeno aumento na volatilidade no longo prazo, analisado isoladamente, resultaria em um aumento não significativo do valor justo. Se a volatilidade fosse 10% mais alta e todas as outras variáveis fossem mantidas constantes, o valor contábil líquido (ativo) diminuiria em R\$ 441, resultando em um ativo líquido de R\$ 5.939.

A mensuração ao valor justo destes instrumentos financeiros, no montante líquido de R\$ 7.902, sendo R\$ 10.342 referente à mensuração dos instrumentos ativos e R\$ 2.440 referente à mensuração dos

instrumentos passivos, foi reconhecida no resultado do exercício na rubrica receita financeira, não tendo sido reconhecidos quaisquer efeitos em outros resultados abrangentes.

Apresentamos abaixo quadro de conciliação dos saldos iniciais e saldos finais das opções de compra e venda para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, conforme requerido pelo IFRS 13/CPC 46:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>Ativo</b>	<b>Passivo</b>
<b>Saldo em 31/12/2014</b>	-	-
Mensuração a valor justo	10.342	(2.440)
Recebimento líquido de caixa pela liquidação dos fluxos	(1.522)	-
<b>Saldo em 31/12/2015</b>	<b>8.820</b>	<b>(2.440)</b>

### c) Análise de Sensibilidade

Em consonância com a Instrução CVM nº 475/2008, a Companhia e suas controladas realizaram análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um conseqüente impacto negativo no resultado da Companhia e suas controladas. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma, a Companhia e suas controladas estão quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, CDI, IGP-M, IPCA e TJLP), conforme demonstrado:

#### c.1) Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 31 de dezembro de 2015 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para três cenários distintos seria:

Consolidado					
Instrumentos	Exposição (R\$ mil) (a)	Risco	Redução (aumento) - R\$ mil		
			Depreciação cambial (b)	Apreciação cambial de 25%(c)	Apreciação cambial de 50%(c)
Instrumentos financeiros passivos	(447.422)		(68.154)	60.740	189.634
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	464.173		70.705	(63.014)	(196.734)
<b>Total - R\$</b>	<b>16.751</b>	baixa dólar	<b>2.552</b>	<b>(2.274)</b>	<b>(7.100)</b>

  

Consolidado					
Instrumentos	Exposição (USD mil) (a)	Risco	(Aumento) - R\$ mil		
			Depreciação cambial (b)	Depreciação cambial de 25%(c)	Depreciação cambial de 50%(c)
Derivativos - <i>zero-cost collar</i>	107.434 (d)	alta dólar	(26.870)	(65.621)	(104.373)

(a) A Taxa de câmbio considerada em 31.12.2015 foi de R\$ 3,90.

(b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela BM&FBOVESPA, sendo a taxa de câmbio considerada R\$ 4,50, e a depreciação cambial de 15,23%(\*)

(c) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/08, os percentuais de elevação dos índices aplicados são referentes às informações disponibilizadas pela BM&FBOVESPA.

Em função da exposição cambial líquida ser um ativo, o risco é baixa do dólar e portanto o câmbio local apreciado em 25% e 50% em relação ao câmbio provável.

(d) A contratação deste derivativo tem como objetivo proteger o risco de exposição da receita da controlada em conjunto ENERCAN, que tem parte da sua tarifa indexada à variação do dólar. Assim, os efeitos apresentados para cada um dos cenários hipotéticos de depreciação cambial seriam compensados pela variação positiva da receita da ENERCAN.

## c.2) Variação das taxas de juros

Supondo: (i) que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2015 fosse mantido, e (ii) que os respectivos indexadores acumulados nos últimos 12 meses para esta data base (CDI 13,18% a.a.; IGP-M 10,54% a.a.; TJLP 6,21% a.a. e IPCA de 10,67%), permaneçam estáveis, os efeitos que seriam registrados nas demonstrações financeiras para os próximos 12 meses seriam uma despesa financeira líquida de R\$ 715.233 (CDI R\$ 474.125, IGP-M R\$ 7.667, TJLP R\$ 232.639 e IPCA de R\$ 802). Caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o valor da despesa financeira líquida seria impactado em:

Consolidado					
Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Redução (aumento)		
			Cenário I(*)	Elevação de índice em 25%(**)	Elevação de índice em 50%(**)
Instrumentos financeiros ativos	1.596.718		41.834	104.904	167.975
Instrumentos financeiros passivos	(4.820.964)		(126.309)	(316.737)	(507.165)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	(373.063)		(9.774)	(24.510)	(39.246)
	<b>(3.597.309)</b>	alta CDI	<b>(94.249)</b>	<b>(236.343)</b>	<b>(378.437)</b>
Instrumentos financeiros passivos	(72.739)	alta IGP-M	2.204	838	(527)
Instrumentos financeiros passivos	(3.746.202)	alta TJLP	(29.595)	(95.154)	(160.712)
Instrumentos financeiros passivos	(83.177)		1.747	(35)	(1.817)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	75.662		(1.589)	32	1.653
	<b>(7.514)</b>	alta IPCA	158	(3)	(164)
<b>Total</b>	<b>(7.423.764)</b>		<b>(121.483)</b>	<b>(330.662)</b>	<b>(539.841)</b>

(\*) Os índices de CDI, IGP-M, TJLP e IPCA considerados de: 15,80%, 7,51%, 7,00%, 8,57%, respectivamente, foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(\*\*) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/08, os percentuais de elevação dos índices aplicados são referentes às informações do cenário I.

#### d) Análise de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2015, considerando principal e juros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Companhia e suas controladas devem liquidar as respectivas obrigações.

31/12/2015	Nota explicativa	Consolidado							Total
		Média ponderada das taxas de juros	Menos de 1 mês	1-3 meses	3 meses a 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	
Fornecedores	14		198.677	259	1.790	633	-	-	201.359
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	15	10,81%	55.359	174.747	664.292	2.082.822	1.977.420	2.776.643	7.731.282
Derivativos	31	14,60%	-	-	-	-	8.089	-	8.089
Debêntures - principal e encargos	16		1.768	61.771	985.613	2.799.771	1.795.553	671.843	6.316.318
Taxas regulamentares			19.967	-	-	-	-	-	19.967
Uso do bem publico	20	15,95%	788	5.270	18.965	69.172	118.313	253.232	465.741
Outros	21		16.481	236	27.490	-	-	-	44.207
Consumidores e concessionárias			304	-	13.745	-	-	-	14.049
Tecnológico - FNDCT			(14)	157	-	-	-	-	143
Empresa de Pesquisa Energética - EPE			1	79	-	-	-	-	80
Aquisição de negocios			16.190	-	13.745	-	-	-	29.935
<b>Total</b>			<b>293.039</b>	<b>242.284</b>	<b>1.698.150</b>	<b>4.952.397</b>	<b>3.899.374</b>	<b>3.701.717</b>	<b>14.786.963</b>

## ( 32 ) COMPROMISSOS

Os compromissos da Companhia relacionados a contratos de longo prazo para compra de energia e para projetos para construção de usinas, em 31 de dezembro de 2015, são como segue:

Obrigações contratuais em 31/12/2015	Duração	Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Encargos de uso do sistema de distribuição e transmissão	Até 34 anos	98.121	210.681	216.527	2.031.164	2.556.494
Prêmio de Risco - Repactuação do Risco Hidrológico	Até 25 anos	39.122	-	5.682	174.279	219.083
Projetos de construção de usina	Até 18 anos	986.564	322.760	24.532	88.099	1.421.955
Fornecedores de materiais e serviços	Até 31 anos	138.266	126.490	104.283	327.913	696.951
<b>Total</b>		<b>1.262.073</b>	<b>659.930</b>	<b>351.025</b>	<b>2.621.455</b>	<b>4.894.483</b>

Os projetos para construção de usinas incluem compromissos firmados basicamente para disponibilizar recursos na construção relacionados às controladas do segmento de energia renovável.

### ( 33 ) TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Transações oriundas de combinação de negócios:				
Impostos diferidos passivos	-	-	-	(303.266)
Imobilizado	4.342	-	4.342	1.345.577
Intangível	-	-	-	852.201
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	(1.009.877)
Outros ativos líquidos	(38)	-	(38)	19.958
	4.303	-	4.303	904.593
Contraprestação transferida mediante emissão de ações		-		(833.663)
Contraprestação paga com o caixa adquirido		-		(70.930)
Outras transações não envolvendo caixa:				
Adiantamentos para futuro aumento de capital integralizados	59.495	12.775	-	-
Provisão de custos socioambientais capitalizadas no imobilizado	-	-	-	9.193
Juros capitalizados	-	-	32.485	4.235
Transferência entre imobilizado e intangível	-	-	6.594	16.402
Realização de reserva de capital de não controlador contra contas a receber	-	-	-	2.191

### ( 34 ) FATO RELEVANTE E EVENTO SUBSEQUENTE

#### 34.1 Empréstimos e financiamentos

Em 20 de janeiro de 2016, foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia a captação de recursos de até R\$ R\$ 1.300.000.

---

**CONSELHO DE  
ADMINISTRAÇÃO**

---

**KARIN REGINA LUCHESI**

Presidente

**GUSTAVO ESTRELLA**

Conselheiro

**JURANDYR LORENA PIMENTEL**

Conselheiro

---

**DIRETORIA**

---

**FERNANDO MANO DA SILVA**

Diretor Presidente

**GUSTAVO ESTRELLA**

Diretor Financeiro  
e de Relações com Investidores

**WAGNER LUIZ SCHNEIDER DE FREITAS**

Diretor Administrativo

**RODOLFO COLI DA CUNHA**

Diretor de Gestão de Energia

---

**DIRETORIA DE CONTABILIDADE**

---

**SERGIO LUIS FELICE**

Diretor de Contabilidade  
CT CRC 1SP192767/O-6

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da  
CPFL Geração de Energia S.A.  
Campinas - SP

### **Introdução**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CPFL Geração de Energia S.A. (“CPFL Geração” ou “Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras**

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## **Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da CPFL Geração de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

## **Outros assuntos**

### Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVAs), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Campinas, 7 de março de 2016

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Christian Canezin  
Contador  
CRC nº 1 SP 237470/O-9

## DECLARAÇÃO

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº. 480, de 07 de dezembro de 2009, o presidente e os diretores da CPFL Geração de Energia S.A, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rod. Engenheiro Miguel Noel Nascentes Burnier, 1755 - Km 2,5 - Parque São Quirino - CEP: 13088-140 - Campinas - SP - Brasil, inscrita no CNPJ sob nº. 03.953.509/0001-47, declaram que:

- a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da DELOITTE TOUCHE TOHMATSU, relativamente as demonstrações contábeis da **CPFL Geração de Energia** do exercício social findo em 31 de dezembro de 2015; e
- b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis da **CPFL Geração de Energia** do exercício social findo em 31 de dezembro de 2015.

Campinas, 7 de março de 2016.

---

**Fernando Mano da Silva**  
Diretor Presidente

---

**Gustavo Estrella**  
Diretor Financeiro e de Relações com  
Investidores

---

**Wagner Luiz Schneider de Freitas**  
Diretor Administrativo

---

**Rodolfo Coli da Cunha**  
Diretor de Gestão de Energia

---

**Sérgio Luis Felice**  
Diretor de Contabilidade  
CT CRC 1SP192.767/O-6